

Débora Maria Gomes Braga Monte

A large, stylized sunburst graphic on the left side of the cover. It consists of multiple overlapping circular shapes, each filled with radiating lines. The colors transition from green at the top, through yellow and orange in the middle, to blue at the bottom. The word 'ENLACE' is superimposed over the middle section of this graphic.

ENLACE

O espaço livre em comunidade

Orientador: Bruno Melo Braga

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ENLACE

o espaço livre em comunidade

Débora Maria Gomes Braga Monte

sob a orientação do prof. Bruno Braga

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M766e Monte, Débora Maria.
ENLACE : O Espaço Livre em Comunidade / Débora Maria Monte. – 2018.
100 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2018.

Orientação: Prof. Me. Bruno Melo Braga.

Coorientação: Prof. Me. Nággila Taissa Silva Frota.

1. Espaço Livre. 2. Urbanismo. 3. Paisagem. I. Título.

CDD 720

ENLACE

o espaço livre em comunidade

Débora Maria Gomes Braga Monte

Banca examinadora

Prof. M.e Bruno Melo Braga (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Newton Célio Becker de Moura
Universidade Federal do Ceará

Arq. M.^a Nággila Taissa Silva Frota (Co-orientadora)

Fortaleza
Dezembro/2018

"Precisamos dar um sentido humano às nossas construções. E, quando o amor ao dinheiro, ao sucesso nos estiver deixando cegos, saibamos fazer pausas para olhar os lírios do campo e as aves do céu."

Érico Veríssimo

Nunca se está grato demais. E não será possível para mim agradecer o suficiente aos meus, e tudo que já fizeram por mim.

Aos meus pais e minha irmã, os primeiros, e as fontes da minha força e da minha vontade de crescer. A eles eu também agradeço a oportunidade de estudar, e poder conhecer tudo aquilo que me levou até aqui.

À minha escola, de um modo geral: Professores e amigos que me ajudaram a construir a base da minha educação.

Ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará e todo o seu corpo docente, por me mostrar uma arquitetura diferente da qual eu imaginava e me desafiar a contribuir ainda mais para esse campo.

Ao meu orientador, que me inspirou muito antes de saber que seria minha direção nesse trabalho, e vai continuar me inspirando como pessoa, como professor e como arquiteto na sociedade. Agradeço a ele também todo o suporte emocional que foi tão necessário.

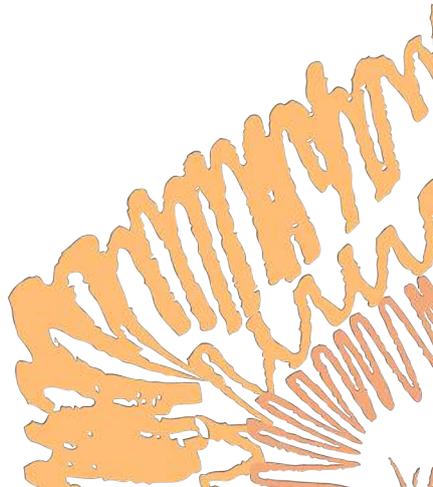
Aos meus companheiros de curso e amigos, que foram os braços que me apoiaram quando eu pensei que não iria alcançar tão cedo essa formação.

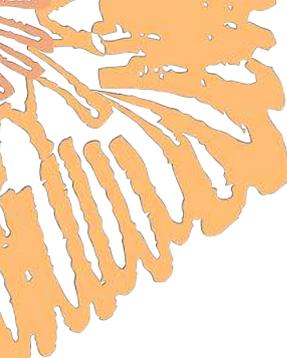
Ao meu companheiro, meu melhor e mais paciente amigo, meu namorado Daniel Cunha. Eu não estaria aqui sem seu ombro e seu abraço, nem saberia o quanto eu sou capaz de fazer. Te agradecer nunca vai ser o bastante, mas eu espero poder continuar tentando.

sumário

1.	Introdução – <i>Apresentação das premissas de trabalho</i>	
1.1.	Justificativa	10
1.2.	Objetivo Geral	11
1.3.	Objetivos Específicos	11
1.4.	Metodologia	12
2.	Conceitos pré-projetuais – <i>Definindo a base teórica</i>	
2.1.	O que é um espaço livre?	16
2.2.	O papel social da arquitetura na estrutura da cidade	18
2.3.	O desenho pré-existente e a identidade local	21
2.4.	O programa <i>aberto</i>	21
3.	Onde? – <i>Mapeando localidades</i>	
3.1.	Levantamento de espaços livres públicos sem uso em Fortaleza	27
3.2.	Definição do terreno escolhido para a intervenção	29
3.3.	Análise dos atributos do terreno	32
	- O BAIRRO	33
	- HISTÓRICO DA ÁREA	35
	- POPULAÇÃO	36
	- SEGURANÇA	38
	- ASPECTO AMBIENTAL	40
	- LEGISLAÇÃO	41
	- SISTEMA VIÁRIO	43
	- CONDIÇÕES DE MORADIA	46
	- INFRAESTRUTURA	47
	- ÁREA DE INTERVENÇÃO	50

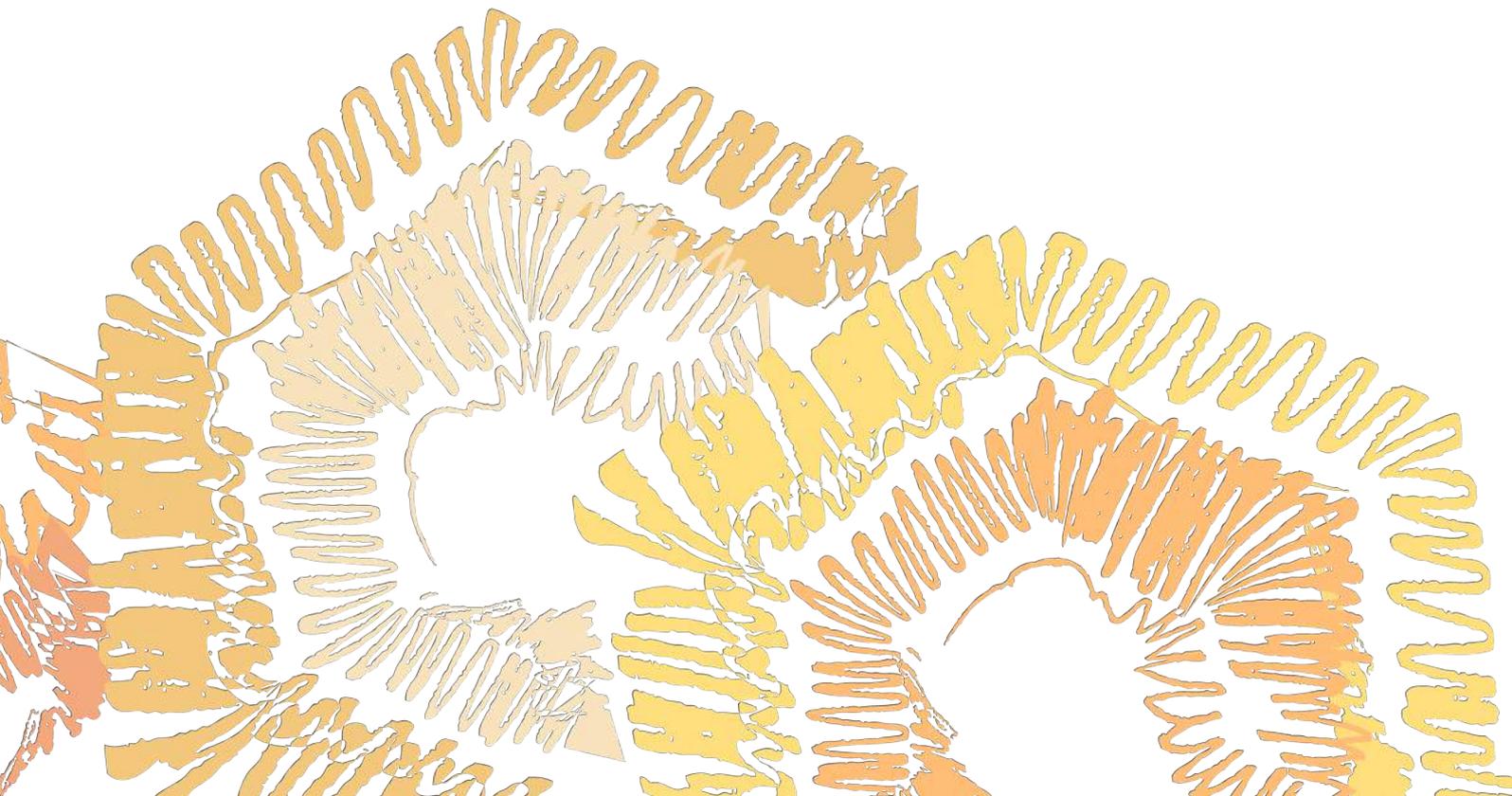
4.	O que fazer? – Propondo ideias	
4.1.	Viés cultural e recreativo do projeto	56
4.2.	Integração social: O direito socioespacial da população	58
5.	Como fazer? – Buscando referências	
5.1.	HIGH LINE PARK – James Corner Field Operations, Diller Scofidio + Renfro e Piet Oudolf	62
5.2.	PARQUE CANTINHO DO CÉU – Boldarini Arquitetura e Urbanismo	64
6.	Espacializando as ideias – Propondo os espaços	
6.1.	Realocação e Demolições	69
6.2.	Partido do Parque	70
6.3.	Parâmetros urbanos da ocupação	72
6.4.	Masterplan	73
6.5.	Mapa de Forrações e Pavimentações	74
6.6.	Mapa de Edificações	75
6.7.	Mapa Viário e de Recursos Naturais	85
6.8.	Perspectivas	87
6.9.	Considerações Finais	96
7.	Referências Bibliográficas	97





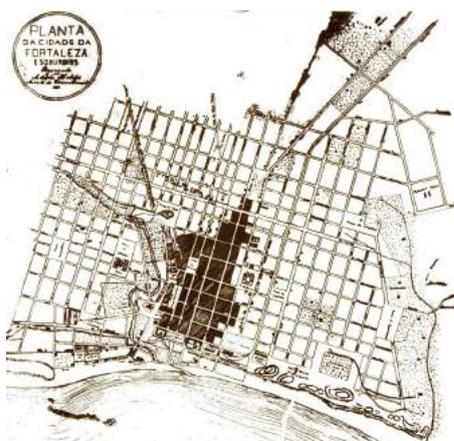
capítulo 1: introdução

apresentação das premissas de trabalho



1.1. justificativa

No decorrer do seu desenvolvimento urbano, Fortaleza, que nasceu de uma vila e, ao longo do tempo, tomou as dimensões de uma cidade pequena, observou sua população sofrer um crescimento vertiginoso desde a segunda metade do século XX até os dias de hoje. Infelizmente, a infraestrutura urbanística necessária para manter de maneira adequada todas essas pessoas não foi planejada, e a população recorreu a uma ocupação espontânea que não abrange todos os aspectos de uma boa qualidade de moradia. Muitos pontos foram deixados em segundo plano ou até mesmo esquecidos, uma situação que, com o passar dos anos, acarretou em acontecimentos desagradáveis de diversas maneiras, como deslizamentos, inundações e outros eventos, principalmente nos locais mais pobres.



Planta de Fortaleza desenhada em 1875 por Adolfo Herbster. Retirado do site Fortaleza em Fotos e Fatos, postada em 30 de dezembro de 2012

A falta de um real plano diretor urbanístico a ser seguido e fiscalizado (muitos foram apresentados, porém rejeitados, no decorrer do século XX) deixou a urbanização da cidade de Fortaleza nas mãos da especulação imobiliária e da informalidade. Já que nenhum desses agentes tem como objetivo principal a criação de espaços livres voltados à população em geral, esse importante fator para uma qualidade de vida razoável se tornou ausente, e boa parte da população de Fortaleza não tem contato com um espaço público de qualidade, com equipamentos e em boas condições infra estruturais. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (PDDU-FOR), lançado em 1992 postulou definições a uma cidade que já estava desorganizada, muito inflamada no quesito populacional e muito ferida no aspecto ambiental. Deste momento até os dias atuais, pouco foi realmente mudado, e a maioria da população segue em desconhecimento de um espaço livre para si – um lugar de encontro, de reconhecimento, de pertencimento e conforto.

A proposição do trabalho é projetar, dentro desse cenário, um espaço livre composto por equipamentos destinados a suprir a população adjacente – principalmente nos aspectos cultural, infra estrutural e recreativo – afim de visualizar a possibilidade da existência desse tipo de espaço também para a população menos abastada, que também precisa de identidade, de cultura, de conforto e qualidade de vida.

Em resumo, o trabalho irá abordar, após uma análise urbana, a reinterpretação de um espaço livre, de modo que haja um novo conceito do que significa o espaço livre para a cidade

1.2. objetivo geral

A elaboração de um projeto de intervenção em área de lazer ociosa na cidade de Fortaleza, constituído de desenho urbano e paisagístico das áreas livres e arquitetônico de equipamento cultural de apoio, com o intuito de ressignificar não apenas o uso do local, mas, de maneira mais ampla, a abordagem vigente sobre espaços livres.

1.3. objetivos específicos

- Conceituação do espaço livres e áreas verdes; A diferença e complementação dos dois tipos de espaço
- Investigação dos vazios de Fortaleza; onde projetar para mais pessoas
- Definição do local de intervenção e estudo do local, levantando aspectos físicos, econômicos e sociais
- Elaboração do programa de necessidades
- Espacialização, setorização e lançamento do partido preliminar da proposta.

1.4. metodologia

DEFINIÇÃO DO TEMA

A primeira etapa da execução deste trabalho se restringe a definição do tema, inicialmente com uma ideia geral, que é amadurecida por meio de recortes temporais e espaciais, até dar lugar, mais tarde, a uma ideia mais específica.

ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SUPORTE TEÓRICO

Se inicia então a segunda etapa com a revisão bibliográfica, que consiste na seleção, leitura e fichamento de textos relevantes. Em paralelo, é feito um esforço adicional para fortalecer o tema com a elaboração da justificativa, objetivo geral, objetivos específicos e metodologia. Procuraremos construir o arsenal teórico que sustentará o produto final com conceitos relevantes.

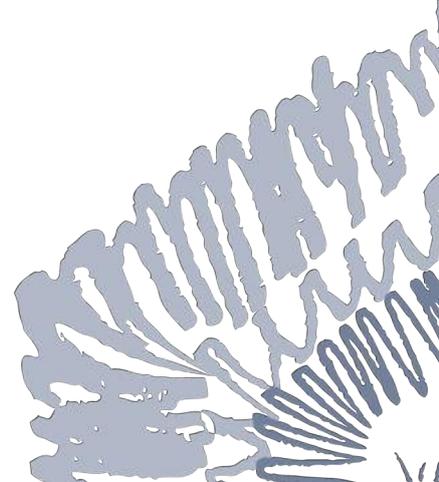
MONTAGEM E ANÁLISE DE UM BANCO DE DADOS DA ÁREA DE ESTUDO

Simultaneamente a segunda etapa, são reunidos diferentes dados, coletados junto a órgãos institucionais e por visita de campo, e também reflexões obtidas junto à comunidade habitante da região alvo, que serão manipulados e darão origem a informações úteis para a caracterização da área. Ainda nesta etapa, esses dados serão organizados de forma a produzirem um diagnóstico que será organizado por temática e em quatro escalas diferentes: a escala da cidade, do entorno, do bairro e do recorte dos terrenos escolhidos. Os

produtos do diagnóstico serão, em suma, mapas temáticos, gráficos e a suas análises.

APLICAÇÃO DA TEORIA NO BANCO DE DADOS PARA GERAÇÃO DO PROJETO

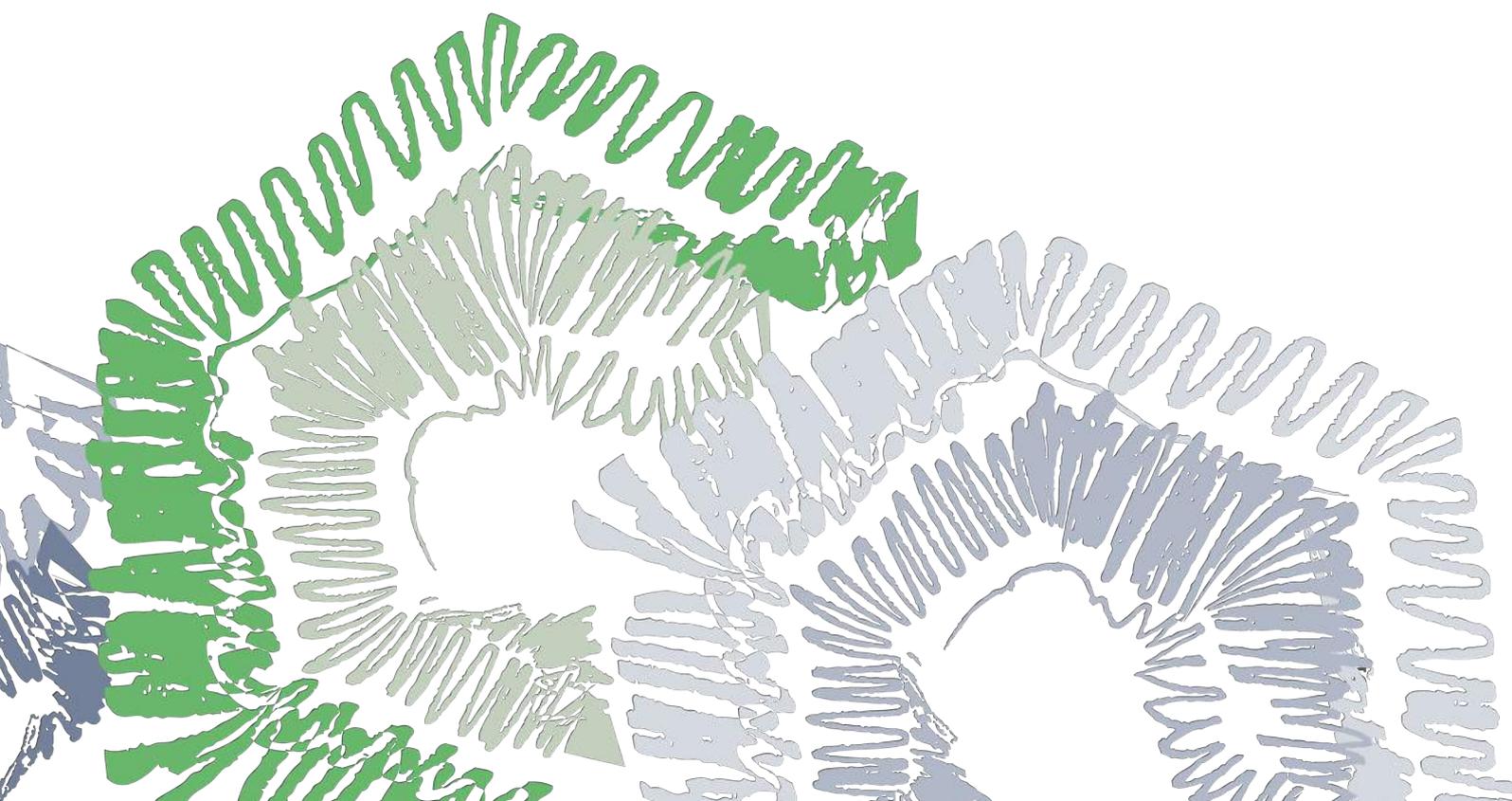
Por fim, de posse desse raio-x da área, buscaremos elaborar diretrizes que combatam as carências e estimulem as potencialidades diagnosticadas. Seguindo o que dizem as diretrizes, será feito um exercício projetual para que elas sejam rebatidas no espaço gerando o projeto urbanístico, arquitetônico e paisagístico de ressignificação da área livre escolhida.





capítulo 2: conceitos pré- projetuais

Definindo a base teórica



2.1. o que é um espaço livre?

Para que se tenha uma perspectiva do que significa e qual a importância dos espaços livres e suas interligações na esfera urbana, é necessário se observar a cidade como um organismo vivo; cada função diferente que existe em um ambiente urbano depende das outras funções para conseguir operar de maneira eficaz. Os espaços livres existem para permitir aos outros espaços uma maior fluidez, diluir o adensamento urbano e permitir um melhor conforto ambiental no que diz respeito a temperatura e circulação de ventos.

Entretanto, o espaço livre pode ser entendido para além do simples espaço não edificado, de acordo com sua função e características. Há diferenças, por exemplo, entre áreas verdes, vazios urbanos e espaços livres públicos, apesar de todos esses termos poderem se enquadrar na definição de espaço não edificado.



Imagem retirada do vídeo Parque do Cocó nosso Paraíso Verde - Propriedade da Sema - Secretaria do Meio Ambiente

(...)As áreas verdes caracterizam-se pela continuidade e predominância da cobertura vegetal, distinguindo-as da arborização como apenas um elemento acessório, típico em canteiros centrais de avenidas.

Portanto, as áreas verdes constituem-se de diversas formas, desde praças, jardins, parques urbanos entre outros, não podendo ser confundidas e relacionadas a conceitos ou grupos que são distintos um dos outros, como é o caso de clubes e coberturas vegetais.

Definição e diferenciação dos conceitos de áreas verdes/espaços livres e degradação ambiental/impacto ambiental, RUBIRA, Felipe Gomes, 2016, p.137

FREITAS, M. R. P. e NEGRÃO, G. N. (2014) conceituam os vazios urbanos como "áreas inutilizadas ou subutilizadas no pleno em suas possibilidades ou em desuso, em termos genéricos". De tal forma é possível abranger dentro desse conceito grandes espaços abandonados e estruturas construídas vazias, como galpões, pátios de manobra e logística, docas, entre outros, que agora não mais possuem função e encontram-se ociosos. Mesmo estes sendo espaços edificados, abre-se aqui esta exceção, já que tais espaços não cumprem função alguma no cenário atual, podendo assim ser classificados com espaços vazios funcionais.

Também pode-se incluir os locais degradados, que não necessariamente já desempenharam alguma função, mas que sofreram deterioração com o passar do tempo, por diversos motivos.



Espaço degradado no bairro Cambéba. Imagem retirada do Google Earth, 2018

Uma boa concepção de espaço livre público foi colocada por Llardent (1982), e podemos traduzi-la da seguinte forma: "São espaços urbanos ao ar livre, destinado a todos os tipos de conceitos para o pedestre, para o descanso, a caminhada, a prática de esportes e, em geral, a recreação e entretenimento de suas horas de lazer."



Imagem retirada do site Ceara Pop Marketing, 2 de junho de 2017

Após analisarmos os conceitos de espaços livres concernentes ao que será observado no diagnóstico posterior, é válido também observar o conjunto desses diversos tipos de espaço em união no ambiente urbano. Uma observação válida a se colocar sobre esse conjunto é a que segue:

"Os conjuntos urbanos são compostos, do ponto de vista físico, de espaços com construções (habitação, indústria, comércio, hospitais, escolas, etc.), espaços livres de construção (praças, parques, águas superficiais, etc.) e espaços de Integração urbana (rede rodoferroviária) (Cavalheiro e Del Picchia, 1992), e a distribuição quantitativa desses três tipos de espaços na cidade é importante como parâmetro da análise da qualidade de vida, pois as áreas densamente construídas, impermeabilizadas e com pouca vegetação são as que apresentam as mais altas temperaturas, baixa umidade, e são consideradas por Sukopp et al. (1979) em estudo de classificação do solo de Berlim Ocidental, como áreas estressadas. Douglas (1983) afirma que a natureza da cobertura da terra é o principal fator que afeta o clima, os nutrientes e a diversidade de ecossistemas interurbanos como podem ser chamados habitats da cidade e comunidades bióticas."

CAVALHEIRO F., NUCCI J. C. (287,289)

Continuando o pensamento anterior, pode-se entender os espaços livres como áreas de respiração da cidade, no seu conceito mais simples, configurado pelas características de existência de vegetação, não possuir construções, ter dimensões adequadas para permitir a circulação de ventilação e normalização dos níveis de temperatura, pressão e poluição sonora. Tais áreas também podem servir ao complexo urbano como ponto de absorção das águas pluviais, pontos de recolhimento de resíduos urbanos e articulações de transporte público, em se tratando dos aspectos infra-estruturais da cidade.

Considerando os aspectos necessários ao funcionamento social adequado de um conjunto de indivíduos, o espaço livre também pode servir como espaço livre público e não somente como área verde infraestrutural. Isto implicaria na agregação de espaços de convivência, atividades de lazer que poderiam ser esportivas, recreativas ou de repouso.

O tipo de espaço livre estudado aqui é o espaço público, incluindo as particularidades sociais ao espaço livre. Sendo de domínio público, é possível também inserir dentro deste espaço serviços com este caráter, capazes de promover, por exemplo, acesso à cultura e à informação.

2.2. O papel social da arquitetura na estrutura da cidade

Antes de caracterizar o papel da arquitetura no quesito social urbano, é necessário refletir sobre as mudanças que o ambiente urbano sofreu com o passar do tempo. Não somente o ambiente urbano, mas também a própria sociedade, que adquiriu maneiras mais rápidas e eficientes para conhecer sua realidade como um todo. Assim, suas mazelas, os erros, e as ineficiências, juntamente com novas maneiras de agir e tentar resolver os problemas até então encobertos para a maioria dos cidadãos tornaram-se possíveis de se conhecer com mais facilidade.

Se, nos tempos de ouro da Arquitetura Moderna, o que regia a arquitetura como essência era a forma pura, bruta, estrutural e funcional, quem toma (ou quem seria mais adequado a tomar) as rédeas da essência da arquitetura atual é a função, por vezes, social (o que mais iremos abordar), por vezes econômica, estatal, e assim em diante.

“Uma nova arquitetura deveria ser ligada ao problema do Homem criador de seus próprios espaços. De conteúdos puros, conteúdos que criassem as próprias formas. Uma arquitetura nas quais os Homens-Livres criassem os próprios espaços. Esse tipo de arquitetura requer uma humildade absoluta da figura do arquiteto, uma omissão do arquiteto como criador de formas de vida, como artista: a criação de um arquiteto novo, um homem novo ligado a problemas técnicos, a problemas sociais, a problemas políticos, abandonando completamente toda aquela enorme herança do Movimento Moderno que acarreta umas amarras enormes, essas amarras que produzem a atual crise da arquitetura ocidental.”

LINA BO BARDI em *Arquitetura e a Transformação do Espaço*, de Walter Lima Jr, (1972)

Ao mesmo tempo que a sociedade se transforma e se conhece mais a fundo, o peso dos problemas atuais criados pela modernização contínua dos elementos urbanos, como a criação de novas funções, o aumento do número de veículos, a exponencial exploração dos recursos naturais e as crescentes necessidades da população em geral, evidencia a urgência da sociedade como um todo agir para que um colapso coletivo seja evitado, pelo menos em um futuro recente.

Se a cidade precisa agir de uma maneira coletiva na resolução de seus problemas e o trabalho do arquiteto é parte ativa do cenário urbano, é racional pensar que a maneira de trabalhar dos arquitetos e urbanistas também tenha que ser coletiva para que esta seja aplicada da forma mais eficiente.

Trabalhar de maneira coletiva não significa apenas trabalhar com várias pessoas, no sentido literal da expressão; O coletivo constitui a consideração do bem-estar geral, o que beneficiaria um maior número de pessoas que vivem no ambiente a ser trabalhado. Pensar coletivamente significa levar em conta diversos aspectos, o impacto social, ambiental, viário e econômico do que virá a ser projetado. Voltando à citação da Lina Bo Bardi, também deve-se considerar a atividade do arquiteto, além de coletiva, também silenciosa. Isso significa que a “marca registrada” do arquiteto poderia desaparecer diante da linguagem arquitetônica local, das necessidades presentes na área, do que é mais adequado à população e que os representaria de forma mais concreta. A arquitetura em forma de arte tem sua notoriedade, e não é uma luta contra esta que aqui se defende. É importante observar que a necessidade de projetos voltados para a resolução de problemáticas urbanas urgentes cresce e precisa ser atendida pelo exercício da arquitetura no cenário atual.

Uma boa exemplificação desse tipo de projeto silencioso é Praça da Pampulha, projeto do escritório Arquitetos Associados, um estúdio colaborativo dedicado à arquitetura e urbanismo sediado em Belo Horizonte, Minas Gerais.



Vista da Praça da Pampulha. Imagem retiradas da postagem do projeto, na página virtual dos Arquitetos Associados

“A praça ocupa o último grande espaço livre de uso público da orla da Lagoa da Pampulha, próxima à Igreja de São Francisco de Assis, projeto de Oscar Niemeyer. O projeto redesenha a topografia criando planos inclinados variados que resolvem a drenagem, definem áreas de permanência – arquibancadas, bancos,

patamares – e cobre espaços de apoio – lanchonete e sanitários públicos. Ao evitar a construção de objetos contra o fundo da praça, amplia seu caráter público e urbano.”

Trecho retirado do memorial descritivo do projeto, na página virtual dos Arquitetos Associados



Vista da Praça da Pampulha. Imagem retiradas da postagem do projeto, na página virtual dos Arquitetos Associados

2.3. O desenho pré-existente e a identidade local

Antes de debruçar-se sobre um terreno e idealizar dentro deste diversos novos usos, equipamentos e estruturas, é sempre necessário observar o que ali já existe. Não somente dentro dos limites do terreno escolhido, mas também seus arredores, para que o projeto esteja em harmonia ao que já existia antes em suas adjacências. Também é preciso realizar uma pesquisa sobre a população que ali habita, quais são suas prioridades, a sua história, e como essas pessoas se relacionam com o espaço em que vivem; o que dá o sentimento de pertencimento àquela área? Existe algum símbolo local mais forte? Este símbolo é material ou imaterial? Todas essas perguntas são

extremamente pertinentes quando existe uma preocupação projetual em satisfazer a comunidade local de maneira mais completa e mais profunda, que vai além de oferecer infraestruturas básicas. Quando também importa incluir a comunidade local na própria linguagem do projeto, para que esta se permita a utilizar o espaço como seu, é necessário consultá-la sobre como esses indivíduos veem o espaço, como se conectam com ele, e traduzir essas informações no desenho. Um corpo social se conecta muito melhor seus espaços públicos quando este reflete sua cultura, seus costumes e sua história.

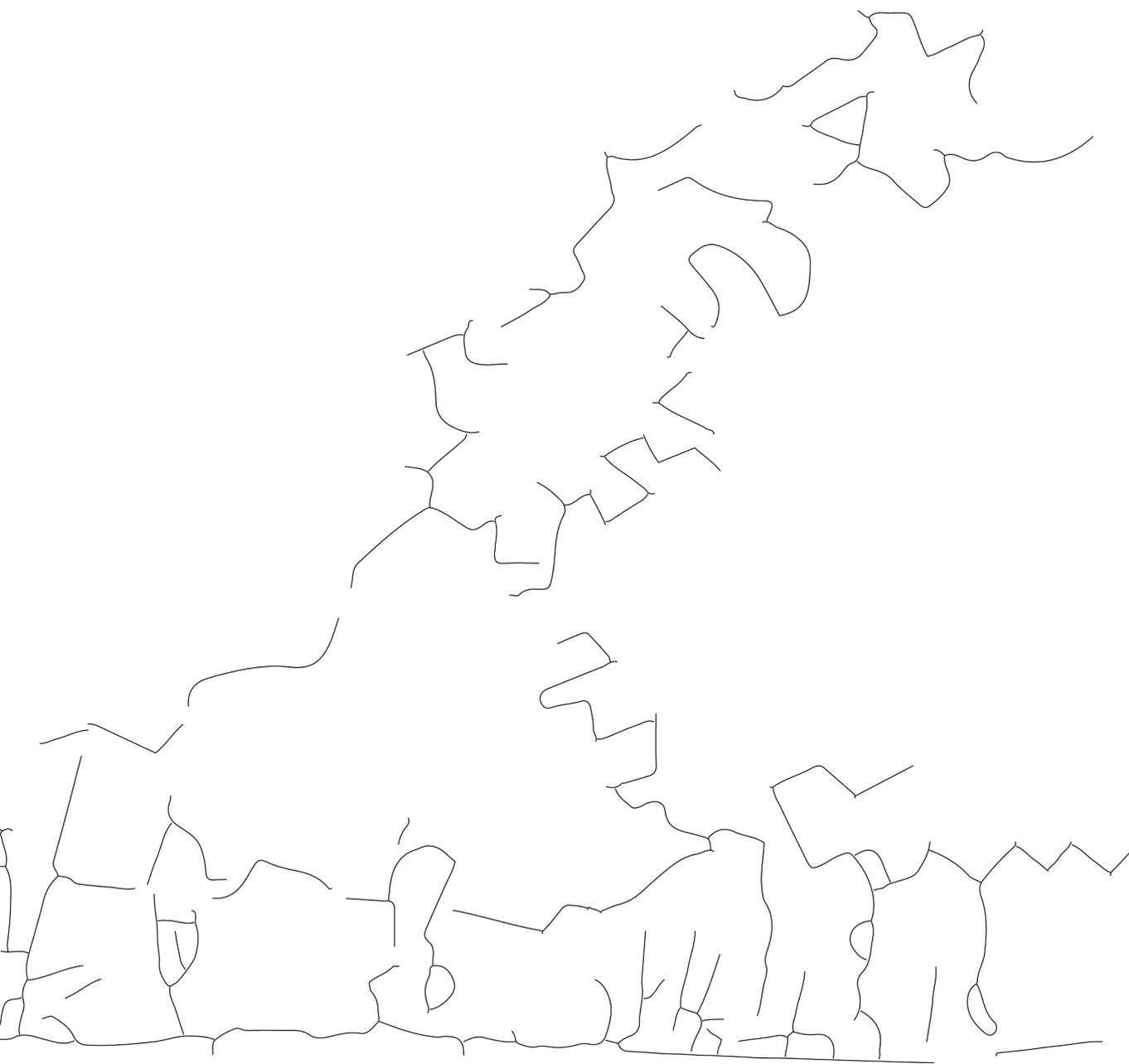
2.4. O programa aberto

Intervir em um espaço livre significa, por muitas vezes, modificar uma área que não pode ser edificada, mas que precisa, de qualquer modo, ter uma função, de forma que esta não se torne um vazio. Não poder edificar um espaço parece, no primeiro modo, um obstáculo na missão do arquiteto de revitalizar a área em questão; mas, quando o objetivo deste é especificamente preservar a área livre ali existente, criar funções que não precisam de divisórias materiais é algo necessário e que já era esperado. O programa sem construções possibilita

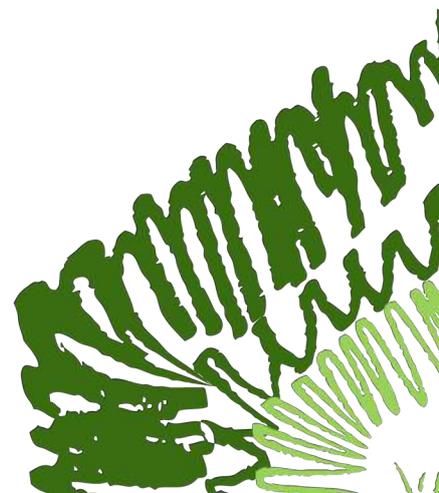
interações mais claras entre as zonas do projeto, e também deixa mais claro as interações entre o projeto e seu entorno. A área do terreno que está mais exposta às vias mais movimentadas pode se tornar o acesso ao terreno; a zona mais sombreada pode ser destinada ao descanso ou a lugares de encontro e conversação. Sem as amarras das divisões construídas, as funções dentro do projeto de um espaço livre público fluem mais naturalmente. É mais natural também sua relação com o que rodeia o terreno; conhecer as relações que

ocorrem ao redor do projeto para que essas também tenham lugar dentro dele é essencial, por isso, um atento diagnóstico será realizado, de forma que as informações adquiridas nesse estudo se apliquem e enriqueçam o redesenho do terreno escolhido.





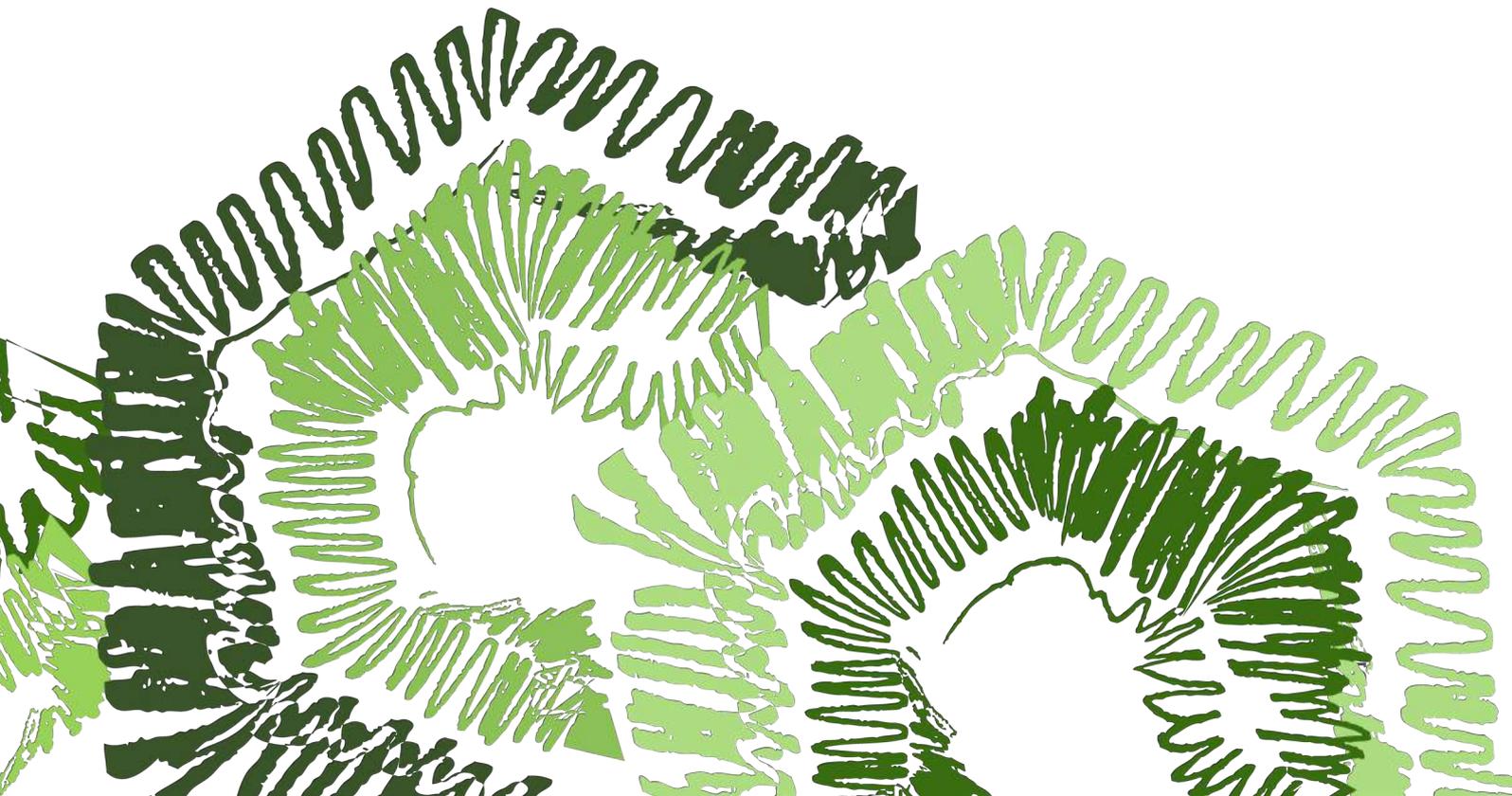
Sketch de área livre. Fonte: Autora





capítulo 3: onde?

Mapeando localidades



Mapa de Praças e Parques

Mapa de Parques e Praças de Fortaleza
Fonte: Prefeitura de Fortaleza Reprodução: Autora



3.1. Levantamento de espaços livres públicos sem uso em Fortaleza

Observando o cenário atual da cidade de Fortaleza que foi mostrado na página anterior, é possível identificar que a quantidade de espaços livres públicos é desproporcionalmente menor se for comparada essa à área total da cidade. Como sabiamente apontou BECKER [2011]:

“Quanto aos espaços livres públicos, considerando praças, parques, pólos de lazer e áreas verdes, percebe-se, claramente, que Fortaleza apresenta espaços fragmentados, reduzidos e implementados de forma desordenada e residual no tecido urbano da cidade e em desacordo com seus recursos naturais”

A SER VI é uma regional que abrange 42% do território de Fortaleza, e possui população de 17.643 habitantes (IBGE, 2010) é uma região da cidade extremamente válida de se observar devido ao crescente interesse que o mercado imobiliário vêm apresentando na área, causando diversos efeitos, positivos e negativos, além de representar pouco menos da metade da área delimitada pelo município.

Localizada na porção Leste do município, a regional, que até o início dos anos 70 era ocupada esparsamente por chácaras, extensas propriedades de terra rurais, conjuntos habitacionais e assentamentos irregulares (localizados mais especificamente no bairro Sapiranga-Coité), encontra-se agora enfrentando uma série de processos relativos ao seu adensamento, diversificação de usos e de camadas sociais residentes, degradação ambiental e social, entre outros.. Dentro regional SER IV, uma localidade que vem presenciando um grande crescimento populacional nas últimas duas décadas, houve uma urbanização que ocorreu de uma forma autônoma da população e do mercado imobiliário, sem planejamento prévio feito pelo município, nem pelo Estado. Nessa urbanização, pouquíssimas foram as praças que foram projetadas com o intuito de atender a população de maneira correta; dentro dessa regional, é possível observar diversas áreas de vegetação, porém estas são alvo de descaso e muitas vezes ocasionam aos moradores o sentimento de insegurança, por ser um local passível de ser um esconderijo para assaltantes, por exemplo.

Mapa de Sistemas Ambientais - Fortaleza

Mapa de Parques e Praças de Fortaleza
Fonte: Prefeitura de Fortaleza Reprodução: Autora

 LIMITE DE FORTALEZA
 sapiranga -

SISTEMAS AMBIENTAIS

-  corpo d'agua - acude
-  corpo d'agua - canal
-  corpo d'agua - lagoa
-  corpo d'agua - rio
-  faixa de transicao
-  morros residuais - cristas
-  plan litoranea - dunas fixas
-  plan litoranea - dunas moveis
-  plan litoranea - faixa de praia
-  plan litoranea - fluvio-marinha
-  plan litoranea - terraco marinho
-  vale - area de inund. sazonal
-  vale - plan fluvial
-  vale - planicie lacustre



0 2.5 5 7.5 km

3.2 Definição do terreno escolhido para a intervenção

De acordo com o que foi discutido no tópico anterior e também como resultado de um entendimento entre a autora do projeto e representantes dos moradores do bairro, escolheu-se para dar lugar ao projeto de espaços livres públicos o terreno onde está localizada a Lagoa do Soldado, dentro do bairro Sapiroanga, e também o terreno onde se encontra o Açude Coité.

Como uma forma de conhecer melhor o bairro e suas necessidades pelos olhos de quem ali nasceu e convive todos os dias, foram realizadas visitas a representantes de dois movimentos sociais que existem na Sapiroanga: O Pintando o Verde e o Plantando o Bem. As duas iniciativas são diversas, e a primeira foca em melhorar as condições de uso da Lagoa do Soldado. A segunda tem um objetivo mais geral, e é a responsável pela iniciativa das bibliotecas solidárias, que são geladeiras desativadas que guardam livros doados, destinados à população em geral.

Os idealizadores do projeto Pintando o Verde, Janderson e Josielly, são jovens moradores da Sapiroanga, e representam a vontade da população mais ativa do bairro de ter algum espaço público de qualidade. A idealizadora do projeto Plantando o Bem, Lucia Silveira, tem o objetivo filantrópico de melhorar a convivência social e oferecer oportunidades para todas as pessoas.

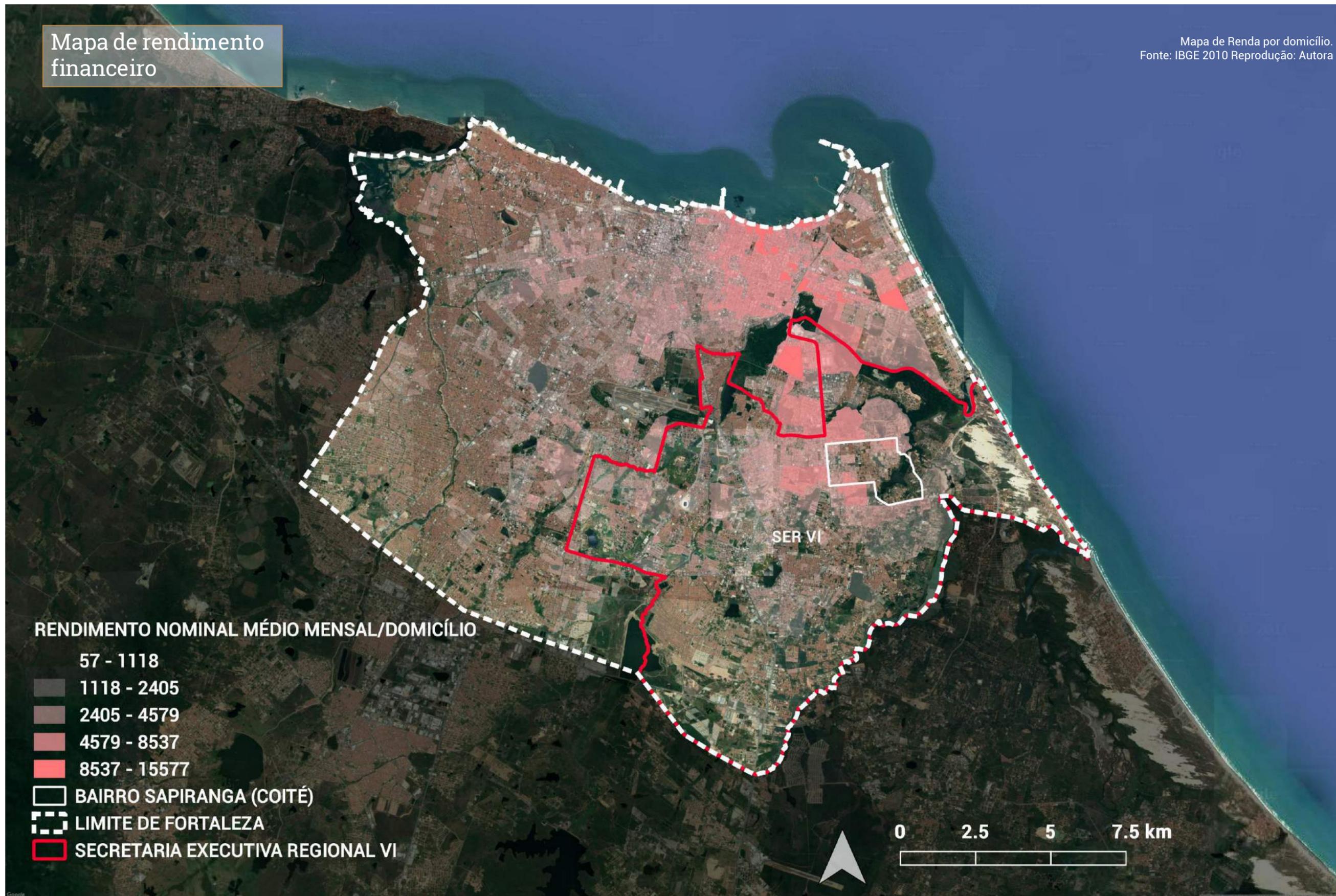
Como ponto em comum, os idealizadores dos dois grupos moram na Sapiroanga e se interessam em melhorar a situação dos corpos hídricos degradados da região, possibilitando que estes possam também ser um espaço voltado ao público, ao lazer e aos interesses da população do bairro.

A primeira locação apontada por eles foi a Lagoa do Soldado, mais à vista e posicionada em um terreno menor, além de já ter sido alvo de algumas intervenções pontuais do projeto Pintando o Verde. A Lagoa está completamente dentro de uma Zona de Proteção Ambiental, o que impossibilitaria a criação de equipamentos de maior porte, construções definitivas e pavimentações impermeabilizadas. Já que esses equipamentos seriam algo realmente necessário para a melhoria de alguns problemas do bairro, também foi escolhido o terreno do Açude Coité para abrigar o projeto do parque.

Como a extensão do terreno do Açude Coité permitiria uma maior continuidade para as atividades do parque, encontrou-se um consenso entre a autora e os membros da comunidade em tornar esse terreno o local do parque. A Lagoa do Soldado receberia mobiliários removíveis, e seriam restaurados sua vegetação e corpo hídrico.

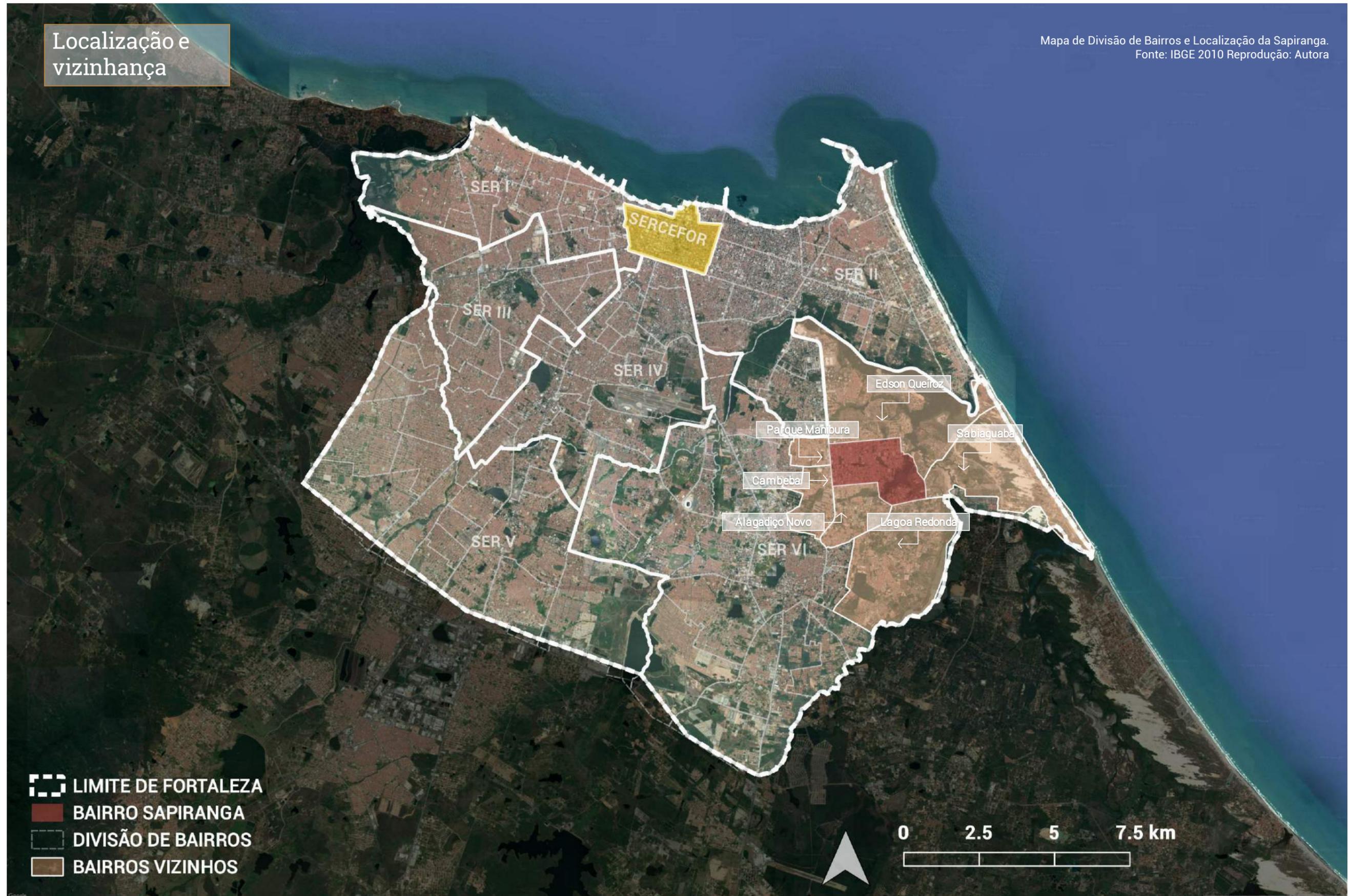
Mapa de rendimento financeiro

Mapa de Renda por domicílio.
Fonte: IBGE 2010 Reprodução: Autora



Localização e
vizinhança

Mapa de Divisão de Bairros e Localização da Sapiroanga.
Fonte: IBGE 2010 Reprodução: Autora



- LIMITE DE FORTALEZA
- BAIRRO SAPIRANGA
- DIVISÃO DE BAIROS
- BAIROS VIZINHOS

0 2.5 5 7.5 km

3.3 Análise dos atributos do terreno

O BAIRRO

A Sapiranga, que se encontra dentro da regional VI de Fortaleza e está incluído na subdivisão Edson Queiroz dessa regional, foi ocupado de forma mais intensa recentemente, se comparado aos bairros antigos e históricos de Fortaleza, como o Centro, o bairro do Mucuripe, a Jacarecanga, entre outros. Toda essa região mais ao leste de Fortaleza vem sendo habitado de forma mais significativa mais recentemente, devido à localização de grandes equipamentos que geram ocupação – A Universidade de Fortaleza, o Centro de Eventos, o Fórum Clóvis Bevilacqua. Com a construção dos ditos equipamentos, essa região, que anteriormente só abrigava chácaras e extensas áreas verdes, presenciou um significativo aumento populacional, já que diversas pessoas passaram a trabalhar/estudar/utilizar de uma maneira geral esses lugares. Com o aumento populacional, também veio a necessidade de urbanização da área, que ainda era muito rural e precária, no que diz respeito à infraestrutura hidráulica, elétrica, viária e coleta de lixo. Já que não houve um preparo prévio da área antes desse aumento do interesse habitacional nos bairros próximos aos complexos representativos já citados, a malha viária e a divisão de lotes e quadras tomou forma de uma maneira espontânea.

Algumas localidades não se tornaram foco do mercado imobiliário, e, devido a isso, além da sua conformação não planejada, deram lugar a assentamentos informais, terrenos abandonados e degradados, e descuido a vegetação ali presente.

A Sapiranga, também conhecida como Coité, está situada entre os bairros Parque Manibura, Cambeba, Alagadiço Novo, Lagoa Redonda, Sabiaguaba e Edson Queiroz. Ela entra dentro dos terrenos que antes eram chamados de Água Fria, nome da fazenda pertencente ao Washington Soares que ali tinha lugar anteriormente. A fazenda abrigava salinas, uma das primeiras utilizações da região. Com o passar dos anos, a região passou a se urbanizar e ter mais ligação com o centro da cidade, e a principal via de acesso deste local é a Av. Washington Soares, início da CE-040, uma via arterial de grande fluxo diário.

. A Sapiroanga é um dos bairros da regional SER VI que também teve um aumento populacional, como vários dentro da regional, mas não se tornou alvo do mercado imobiliário no âmbito comercial e gastronômico como o Lago Jacarey, na Cidade dos Funcionários, um bairro próximo. Por abrigar corpos hídricos consideráveis, a Lagoa do Soldado, o Açude Coité e a Lagoa da Sapiroanga, dentre outras razões diversas, o bairro não se tornou convidativo aos investimentos do mercado imobiliário até um período recente, quando se tornou cenário para uma tentativa frustrada de construção de mais um condomínio fechado de luxo. O empreendimento se chamaria Alpha-ville Lake House, e tomaria lugar dentro do perímetro do Açude Coité, uma Zona de Recuperação Ambiental, porém foi embargado no ano passado e está atualmente em estado de abandono. O local do corpo hídrico se encontra em descaso e esse fato só agrava a situação de um bairro muitas vezes deixado de lado pela Prefeitura e os agentes de fiscalização ambiental do município.

A Lagoa do Soldado, um corpo hídrico que se localiza em uma das duas avenidas arteriais do bairro, a Avenida Conselheiro Gomes de Freitas, tornou o local de despejo de resíduos de construção e lixo em geral dos moradores do bairro. Apesar de diversas iniciativas da própria comunidade e até mesmo de alguns políticos, a Lagoa continua sendo um espaço com grande potencial paisagístico que não está sendo aproveitado pelos habitantes da Sapiroanga.



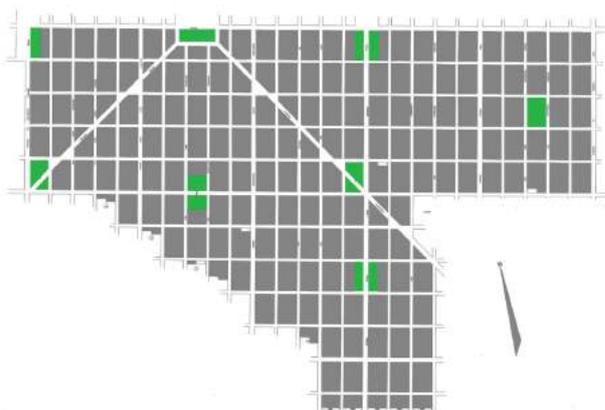
Imagem registrada em 1 de dezembro de 2017, fonte: Janderson Silva



Imagem retirada do Google Earth, Av. Conselheiro Gomes de Freitas, 4991
Fonte: Google Earth, 2018

HISTÓRICO DA ÁREA

Todo o antigo bairro da Água Fria era uma área que apresentava 870 ha, propriedade do Cel. Álvaro Soares, irmão de Washington Soares. Na primeira metade do século XX, a área que hoje equivale a vários bairros na porção leste de Fortaleza, entre estes a Sapiranga, era território tido como remoto em relação à cidade (FNMA, s.d.). Não foi possível obter informações sobre a subdivisão desta gleba inicial, mas é sabido que, em 1957, foi formalmente loteada uma gleba menor, o loteamento Parque Água Fria, que deu origem à maior parte do que veio a constituir o bairro da Sapiranga. Sua malha ortogonal é atravessada transversalmente por duas avenidas de penetração ao bairro, tendo sido previstas oito praças. Ao todo, são 184 quadras de 80x125m com área de um hectare e 18 lotes em cada quadra, 14 unidades de 13x40m e 4 de esquina, com 17x40m. Na composição do bairro da Sapiranga, somaram-se ao Parque Água Fria parte dos loteamentos Carrapicho, José de Alencar e Lagoa Redonda, assim como territórios de proteção ambiental (CASTELO BRANCO, 2013)



Apenas no começo dos anos 1970 o bairro começou a ser de fato ocupado. Isto deu-se através da construção de três conjuntos habitacionais, inicialmente o Conjunto Alvorada e o Seis Bocas - onde foram reassentadas famílias removidas das antigas favelas do Trilho e do Curral Moura Brasil - e, posteriormente, o Parque Água Fria Cajazeiras. Estes conjuntos foram lembrados e redivididos, gerando quadras com 20 e até 40 lotes, menores do que as originais (CASTELO BRANCO, 2013). Ou seja, vinte anos após a aprovação do loteamento, o uso direcionado a alta renda ainda não havia se consolidado. (BUCAR, CLARA, 2013, p. 70)



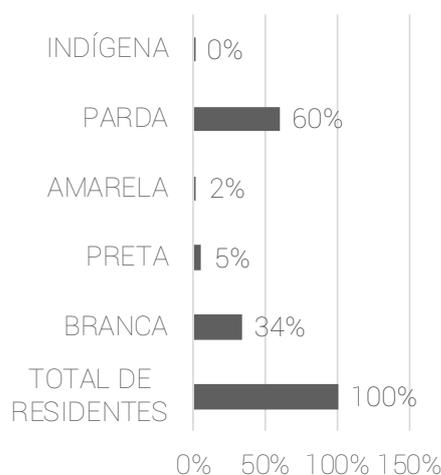
Planta de duas quadras do Conjunto Alvorada (1971).
Fonte: Preurb in Condomínios residenciais horizontais: zona sudeste de Fortaleza (1998-2009)

Loteamento Parque Água Fria (1957). Destacadas em verde as áreas livres previstas originalmente.

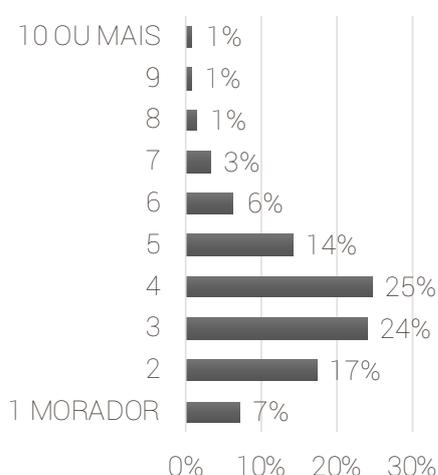
Fonte: Preurb in Condomínios residenciais horizontais: zona sudeste de Fortaleza (1998-2009)

POPULAÇÃO

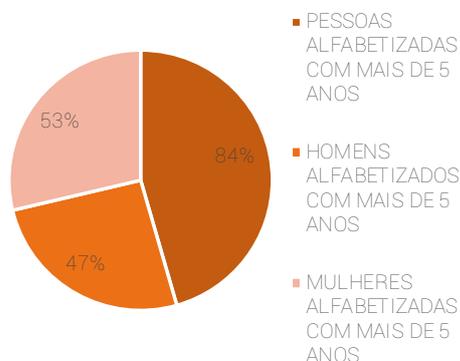
No bairro da Sapiranga, de acordo com dados do IBGE (2010), percebe-se que a quantidade de moradores por domicílio equivale aos índices observados na Região Metropolitana de Fortaleza: a maioria possui de 3 a 5 moradores. Além disso, ao abordar a autodenominação de raça por parte dos moradores, percebe-se que os índices da Sapiranga são semelhantes aos de Fortaleza por traduzirem-se em porcentagens muito semelhantes quanto à raça parda (60% e 57%, respectivamente), branca (34% e 37%), preta (5% para ambos) e amarela (2% e 1%). Até a alfabetização desses mesmos moradores denota as semelhanças existentes entre o bairro e a RMF ao indicarem que 84% e 85% destes, respectivamente, são alfabetizados com mais de 5 anos, sendo 40% homens e 44% mulheres na Sapiranga e 39% homens e 46% mulheres em Fortaleza.



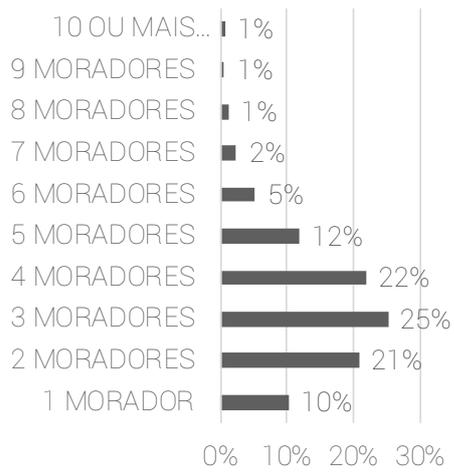
Porcentagem de residentes da Sapiranga por autodenominação de raça. Fonte: IBGE, 2010.



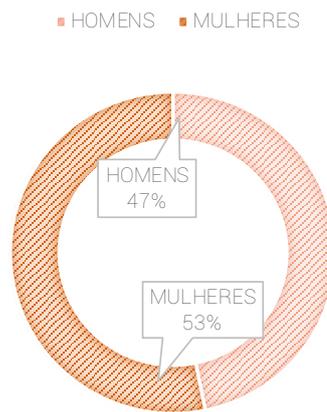
Porcentagem de domicílios por quantidade de moradores - Sapiranga. Fonte: IBGE, 2010.



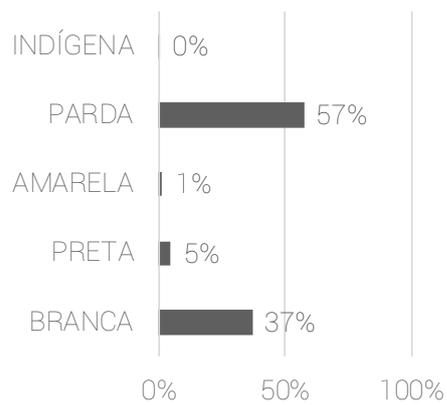
Porcentagem de pessoas alfabetizadas: total e por gênero - Sapiranga. Fonte: IBGE, 2010..



Porcentagem de domicílios por quantidade de moradores - Fortaleza.
Fonte: IBGE, 2010.



Porcentagem de pessoas por gênero - Fortaleza
Fonte: IBGE, 2010..



Porcentagem de residentes de Fortaleza por autodenominação de raça.
Fonte: IBGE, 2010.

SEGURANÇA

A Sapiranga é um dos bairros que mais sofre com a violência e a falta de segurança pública em Fortaleza. Esse é um dos aspectos que mais se acentua em toda a cidade, mas dentro da Regional VI o problema vêm crescendo de maneira mais acelerada, como mostram as diversas reportagens que foram publicadas falando sobre o assunto.

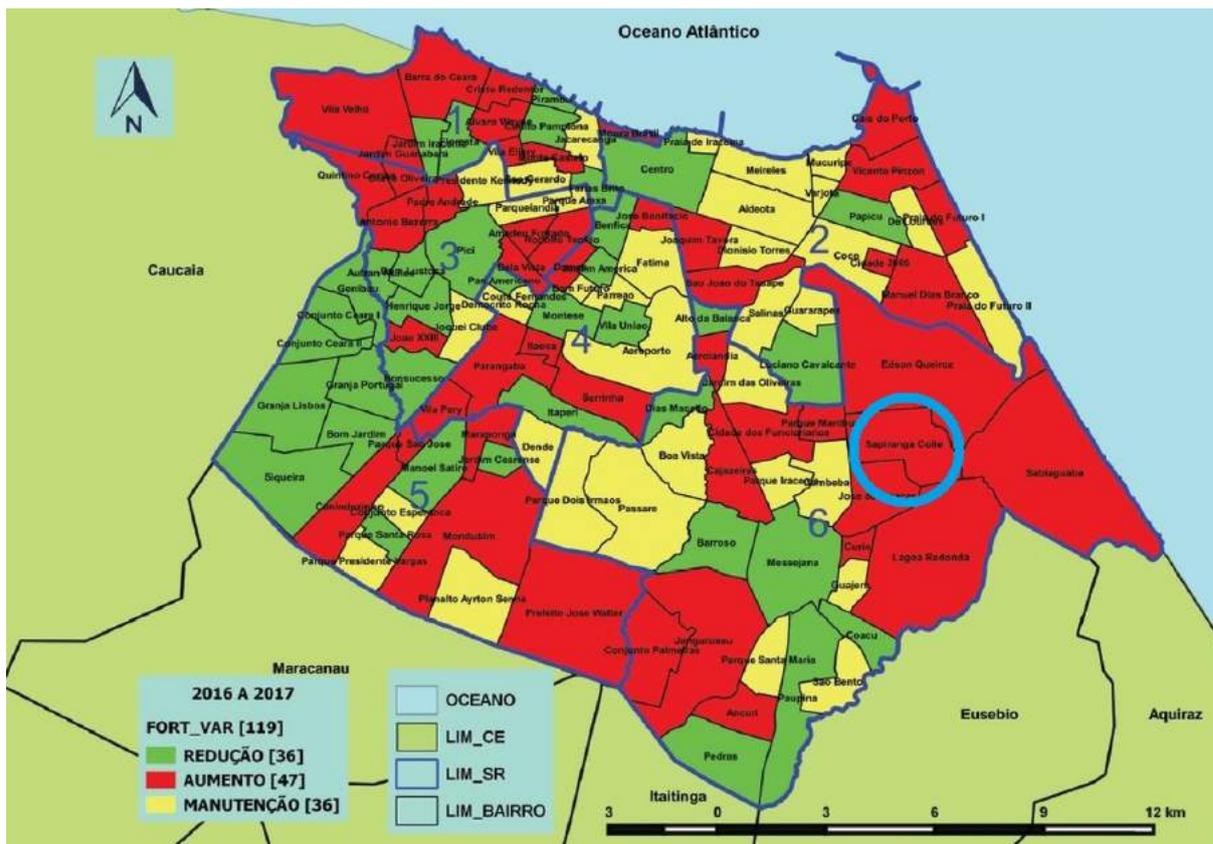
O Bairro de Fortaleza Sapiranga, onde ocorreu a chacina de quatro crianças retiradas de um centro socioeducativo, está na área da capital cearense onde a violência contra jovens e crianças mais cresceu desde o ano passado. Conforme o Relatório do primeiro semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, da Assembleia Legislativa do Ceará, as "áreas com aumento mais expressivo [da violência contra crianças e jovens] entre 2016 e 2017 estão na Regional 6, em dois grandes aglomerados de bairros contíguos".

Reportagem por André Teixeira, retirada do site do G1 CE
14/11/2017

A insegurança no bairro gerada principalmente pelo constante atrito entre as facções criminosas presentes no local afeta muito o cotidiano dos moradores da Sapiranga, que, por vezes, não podem ir às aulas nem andar nas ruas por causa dos tiroteios e brigas entre gangues. Diversos crimes hediondos já ocorreram dentro do bairro, o que aumenta ainda mais o medo dos moradores comuns, que podem ser vítimas de represálias cruéis sem realmente estar dentro do crime organizado.



Famílias da Sapiranga são expulsas por facções criminosas. Fonte: Portal Eletrônico do Jornal CNews, postado em 12/01/2018



Saperanga é um dos bairros com aumento mais expressivo da violência contra jovens. Fonte: Portal Eletrônico do Jornal FolhaMT, postado em 14/11/2017

A crescente necessidade dos moradores da Saperanga que possuem um maior poder aquisitivo de isolamento do ambiente urbano é preocupante, e transmite a sensação para todos os que passam pelo bairro de que não se deve andar por ali. Essa sensação faz com que o bairro realmente se torne um ambiente desconfortável de conviver; as pessoas ali chegam e já se isolam, para não abrir a possibilidade de entrar em contato com as facções. Essa problemática acontece em diversos lugares, e em uma pesquisa de campo realizada no Rio de Janeiro, uma das cidades brasileiras mais violentas, chegou-se a seguinte percepção:

“(…)A materialidade da ordem se transformaria em ordem propriamente dita. Produzir segurança –

e aqui voltamos aos aspectos não policiais da questão – seria oferecer um espaço urbano ordenado, o que talvez possa ser associado a qualidade de vida. Em vez da ação segregacionista que vinha prevalecendo, expressa em grades e condomínios fechados, uma intervenção de caráter mais amplo oferecendo iluminação, conservação de prédios, presença do poder público que atinja áreas carentes da cidade.”

MORAIS, David. Espaços Públicos: Violência e Medo na cidade do Rio de Janeiro. Julho, 2003

Tendo em vista essa percepção, a construção de um espaço público de qualidade na Saperanga teria impactos positivos nos índices de violência do bairro.

ASPECTO AMBIENTAL

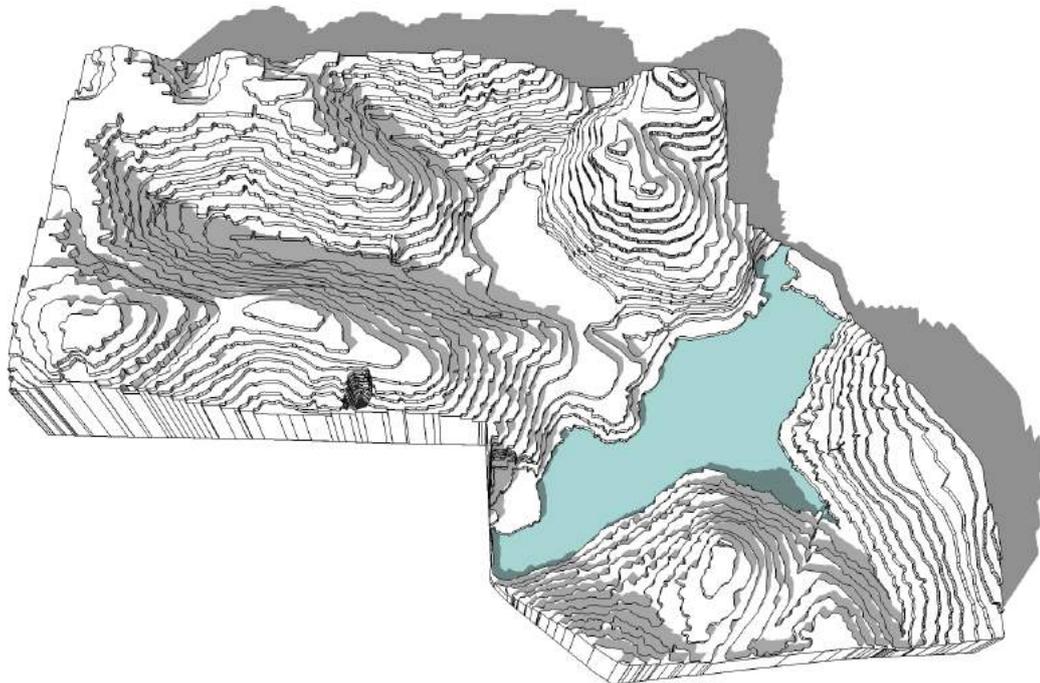
O nome oficial do bairro, Sapiranga-Coité, deu-se em virtude da existência de dois grandes corpos hídricos com estes respectivos nomes que compõem o sistema ambiental extremamente rico no local, e que também é permeado por outros recursos hídricos que desembocam na foz do Rio Cocó. O caráter ambiental caracteriza fortemente o bairro, possuindo inclusive uma reserva ambiental particular, propriedade da Fundação Maria Nilva Alves, fundada em 1966. À época do início da ocupação do bairro, foi instalado um parque industrial têxtil no local, o Grupo Di Galla, ainda nos anos de 1960. À época, a população, assim como o bairro, encontrava-se completamente abandonada, carente de todo tipo de infraestrutura e serviços sociais. A Fundação foi criada com o propósito de apoiar estes moradores, aos quais somavam-se os funcionários da fábrica. Esta instituição, que até os dias de hoje desenvolve trabalhos sociais junto às comunidades do bairro, mantém a Reserva Ecológica da Sapiranga e ajuda a desempenhar trabalho de conscientização ecológica. Ainda assim, o quadro de degradação ambiental da Sapiranga agrava-se com o adensamento desordenado e a falta de infraestrutura, especialmente de esgotamento sanitário, prejudicando

seus recursos hídricos, assim como toda a população residente no local. Através de uma perspectiva exagerada da topografia do bairro, torna-se visível o baixio que costumava conectar duas prováveis nascentes com o Açude Coité, a Lagoa da Sapiranga e a Lagoa Seca. No local desta depressão, foi construída a Av. Cons. Gomes de Freitas, que acabou por dividir uma outra lagoa que pode ter existido ou, ainda, ter sido uma extensão do Açude Coité, antes do traçado da via. Como consequência, são comuns os alagamentos em imóveis desta região durante verões chuvosos, reforçando a hipótese apresentada. O loteamento original não considerou a topografia ou as margens dos recursos hídricos do bairro, permitindo construções que sobrepuseram estas nascentes e impermeabilizaram áreas alagáveis, possivelmente prejudicando todo um ecossistema que se estende até a Zona de Interesse Ambiental (ZIA) da Sabiaguaba.

LEGISLAÇÃO

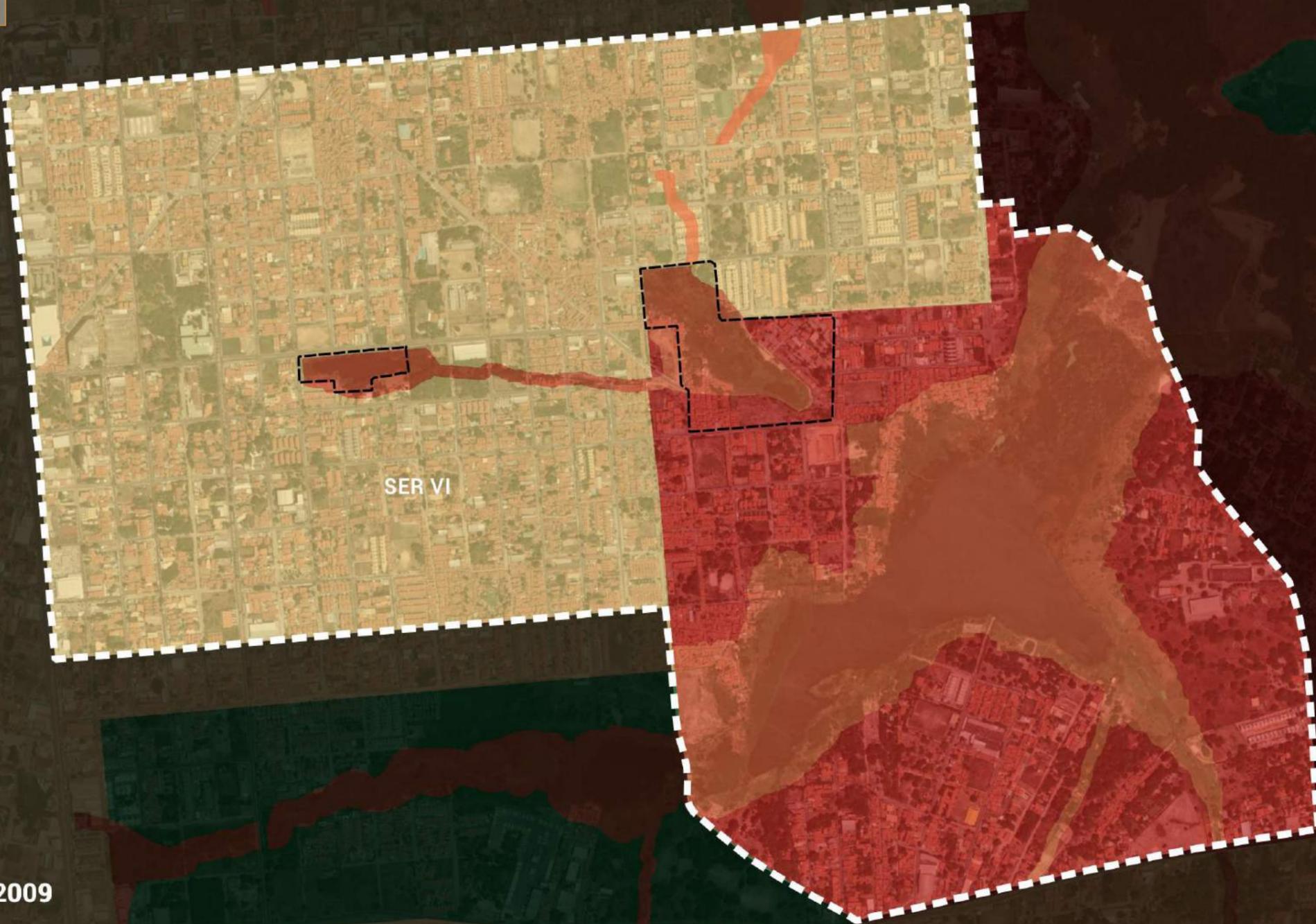
As áreas de preservação e de recuperação ambiental delimitadas pelo PDP 2009 para o bairro da Sapiranga não são coerentes com a topografia verificada, ignorando as nascentes e os recursos hídricos menores, como os riachos. Aproximadamente 40% da área do bairro está demarcada no

Zoneamento Ambiental do Plano Diretor de 2009 e não pode sofrer forte adensamento. Contraditoriamente, os parâmetros urbanísticos do restante do bairro foram recentemente modificados, permitindo maior índice construtivo e verticalização na sua porção ocidental.

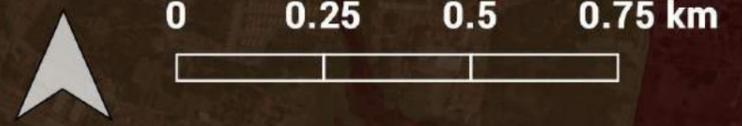


Perspectiva expandida da topografia do bairro da Sapiranga. Fonte: BUCAR, Clara, REQUALIFICAÇÃO URBANA DA SAPIRANGA: UMA ALTERNATIVA PARA HABITAÇÃO POPULAR (2013, p.73)

Zoneamento do PDP - Sapiiranga



-  SAPIIRANGA
- Zoneamento PDP 2009
-  ZOM 2
-  ZPA1 (PRESERVAÇÃO)
-  ZRA
-  TERRENOS ALVO

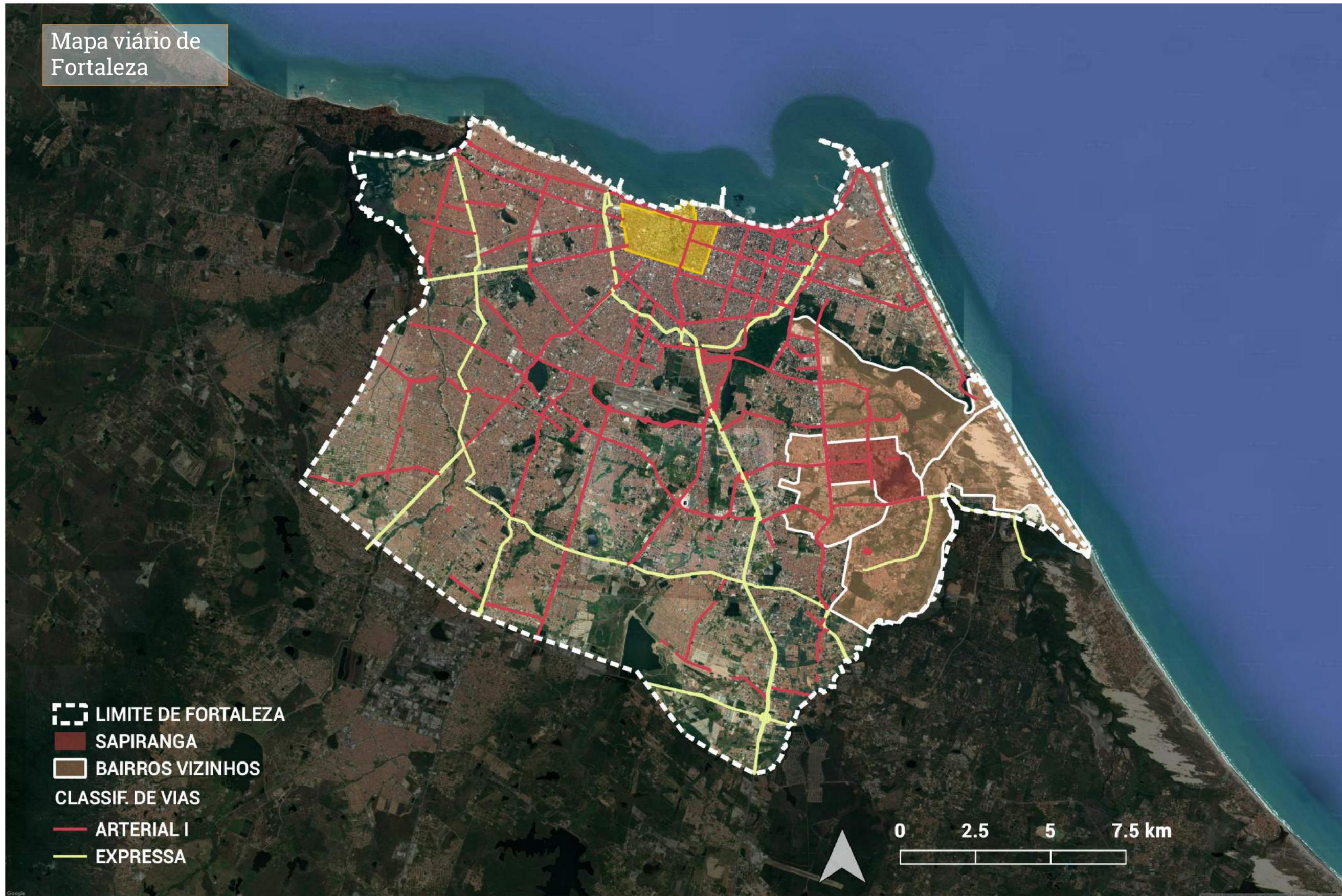


SISTEMA VIÁRIO

É possível observar no bairro um padrão visível de distribuição irregular da malha viária, comprometendo todo o sistema de circulação local. Isto ocorre predominantemente de duas maneiras; a primeira se caracteriza pelos logradouros que são literalmente engolidos pelas favelas, restando apenas becos de acesso às residências. A segunda é a ocupação de vias sem a devida pavimentação ou que se encontram subutilizadas, como, por exemplo, os fundos de condomínios fechados, que negligenciam o entorno em três dos seus quatro lados. Além disso, devido à ocupação tardia do loteamento e dos muitos ainda desocupados terrenos, algumas ruas não tiveram sua abertura oficial com pavimentação, o que também facilita esta invasão ao espaço público. O resultado disso são superquadras condensadas, muitas vezes ocupadas por assentamentos precários sem acessibilidade alguma, camuflando a real dimensão destas favelas e a falta de estrutura habitacional que podemos encontrar no interior delas. Por exemplo, passando pela Av. Edilson Brasil Soares, uma das mais importantes do bairro, percebe-se a presença de favelas, mas não imagina-se a dimensão que estas possuem “beco adentro”. Algumas vias arteriais e coletoras também encontram-se interrompidas em seus percursos que cruzam ou

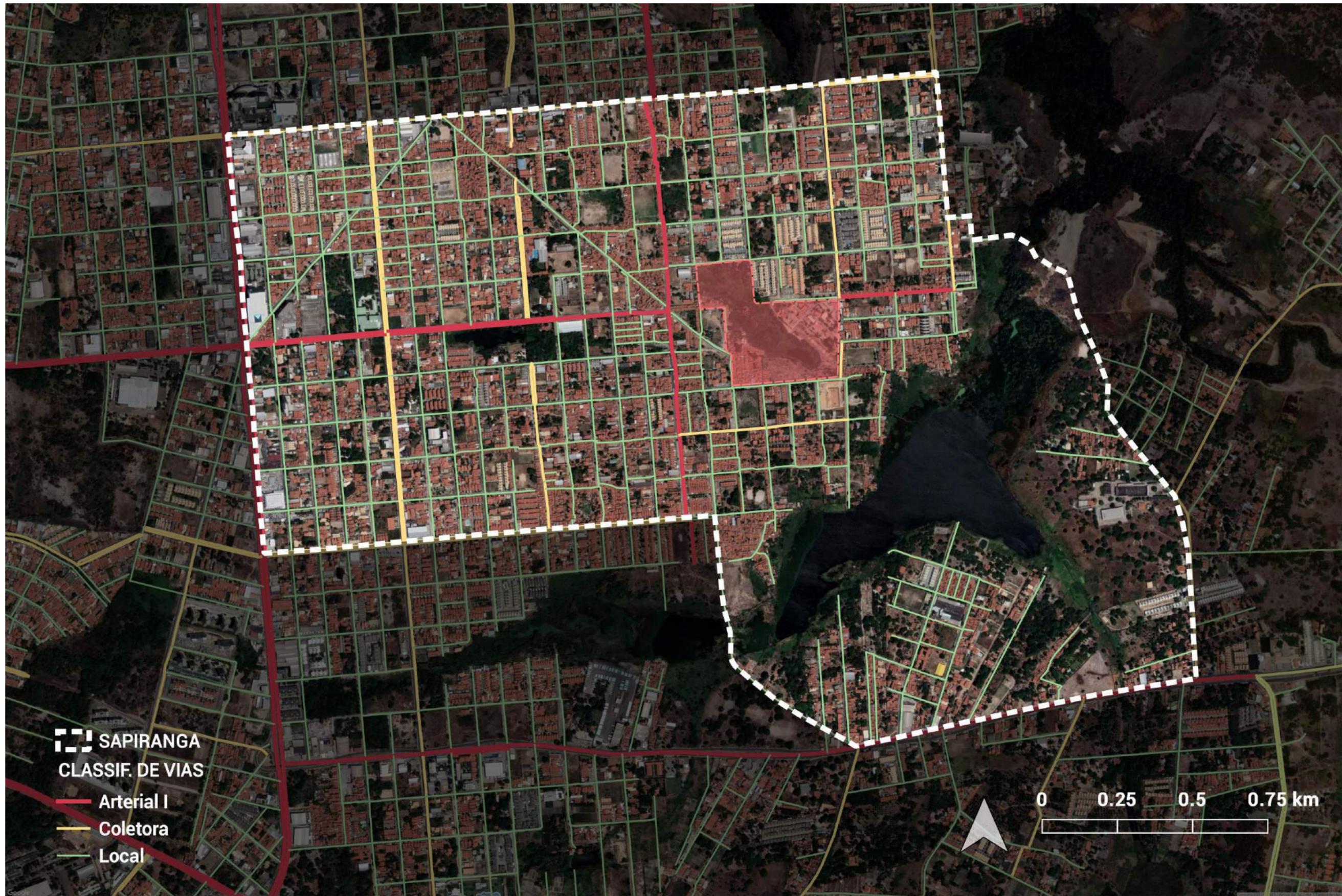
tangenciam o bairro. As arteriais, que caracterizam-se por absorverem o fluxo de média e longas distâncias, são de essencial importância para a eficácia da circulação na escala do município. Já as coletoras destinam-se a direcionar o fluxo para as vias arteriais, assim como permitir o acesso aos transportes públicos, voltando-se mais ao atendimento da região ou do bairro em si. Na Sapiranga, a Av. Pres. Artur Bernardes, por exemplo, que é coletora, possui trechos ocupados por assentamentos irregulares e outros que não foram ainda abertos. Este é um quadro que reflete não apenas na escala do bairro, mas atinge o sistema de circulação de Fortaleza como um todo, contribuindo para transtornos sentidos a quilômetros de distância. É perceptível que o problema habitacional está no cerne da questão urbana. Com a dificuldade de obtenção de moradia digna bem localizada, a população procura, por conta própria, ocupar locais onde julgam ter oportunidades. A isto soma-se a falta de fiscalização por parte do poder público, que não consegue prover para essas pessoas moradias seguras, resultando no surgimento de assentamentos precários em áreas de risco e que desregulam o funcionamento do sistema viário em grande escala.

Mapa viário de Fortaleza



- LIMITE DE FORTALEZA
- SAPIRANGA
- BAIROS VIZINHOS
- CLASSIF. DE VIAS
- ARTERIAL I
- EXPRESSA

0 2.5 5 7.5 km



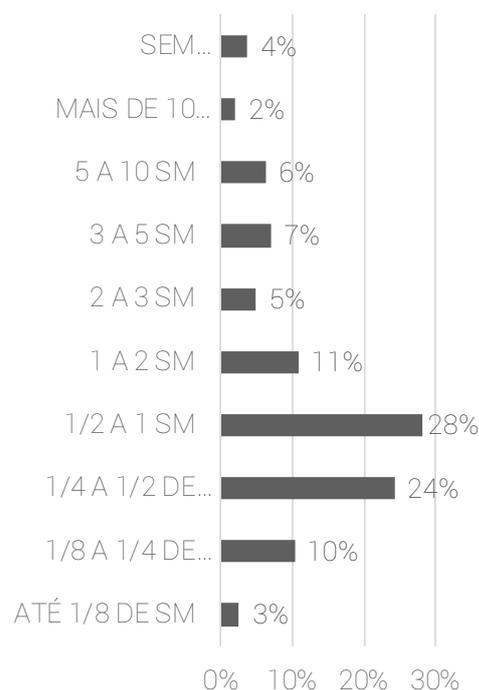
SAPIRANGA
CLASSIF. DE VIAS

- Arterial I
- Coletora
- Local

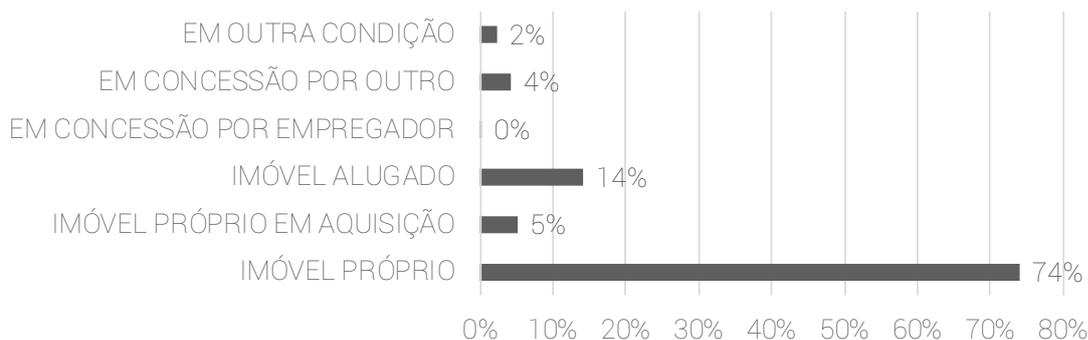
0 0.25 0.5 0.75 km

CONDIÇÕES DE MORADIA

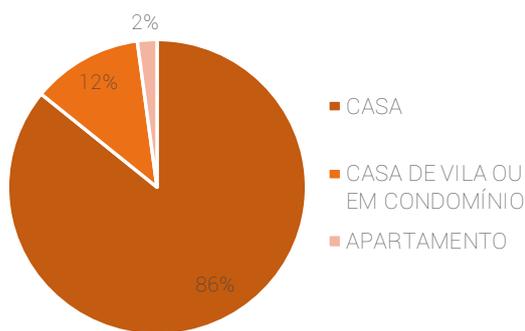
As premissas socioeconômicas dos encarregados pelo domicílio, na Sapiranga, tem perfil bastante parecido à média de Fortaleza, o que demonstra que existe no bairro grande diversidade social, assim como na capital. A grande maioria dos (as) chefes (as) de família da Sapiranga possuem renda entre R\$170 e R\$680. Outro indicador social, a condição de uso do imóvel, destoa da média de Fortaleza demonstrando superioridade na porcentagem de imóveis próprios ou em aquisição, com números inferiores em imóveis alugados. Isto pode representar uma elevação no poder aquisitivo dos moradores do bairro, que passam a ser capazes de comprometer parte de sua renda com um financiamento. Através de dados acerca das principais tipologias utilizadas no bairro, é possível perceber que, de fato, a Sapiranga ainda não passa por processo de verticalização, apesar da legislação já ter sido liberada para tal e de que alguns bairros vizinhos já apresentam edifícios com até dezesseis pavimentos. Em relação à média de Fortaleza, existe na Sapiranga 10% mais casas, 6% mais condomínios e 16% menos apartamentos.



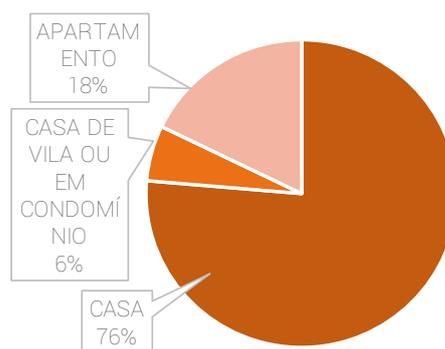
Porcentagem de domicílios por faixa de renda - Sapiranga.
Fonte: IBGE, 2010.



Porcentagem de domicílios por condição de uso - Sapiranga.
Fonte: IBGE, 2010.



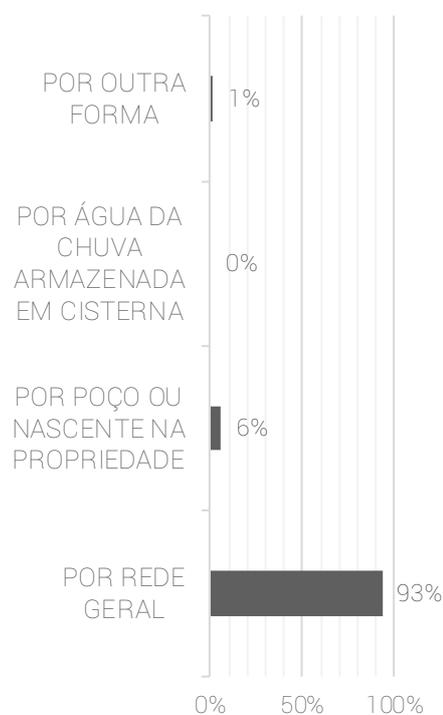
Porcentagem de domicílios por tipologia na Sapiranga.
Fonte: IBGE, 2010.



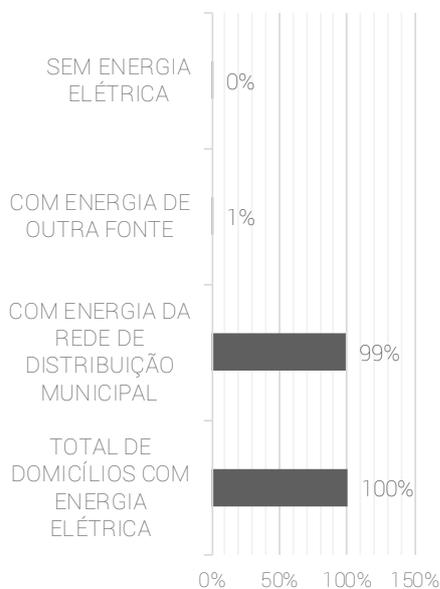
Porcentagem de domicílios por tipologia em Fortaleza.
Fonte: IBGE, 2010.

INFRAESTRUTURA

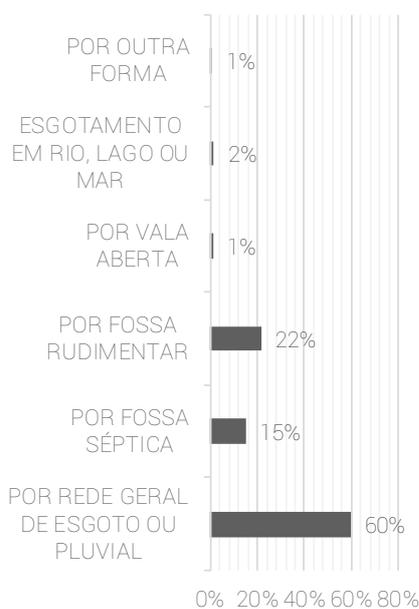
A oferta de infraestrutura básica para o bairro, em termos de abastecimento de água e fornecimento de energia, equipara-se aos índices verificados para Fortaleza, onde 100% da população tem acesso a tais. Já no quesito de esgotamento sanitário, a Sapiranga apresentou dados que demonstram uma situação precária em relação a saneamento. Em relação à Fortaleza, o bairro possui 32% mais fossas rudimentares, 18% mais fossas sépticas e 50% menos coleta por rede geral de esgoto. Por ser um território permeado por recursos hídricos, existe o risco de contaminação do lençol freático devido à ausência de saneamento básico no bairro.



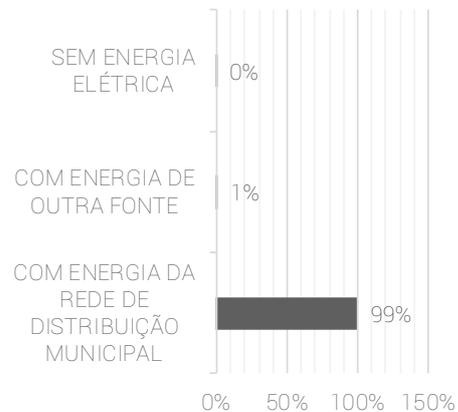
Porcentagem de domicílios por tipo de abastecimento de água - Sapiranga.
Fonte: IBGE, 2010.



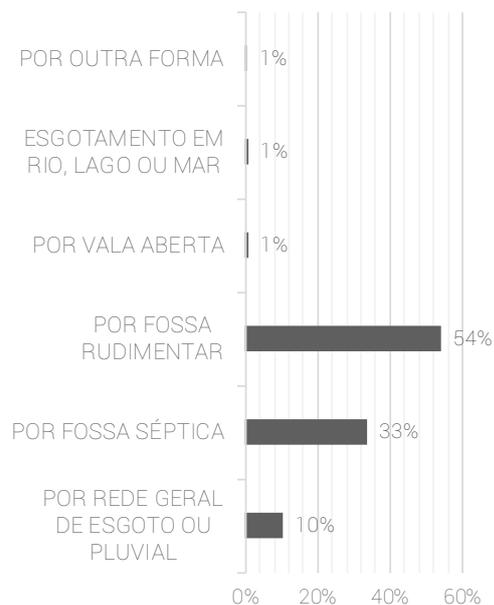
Porcentagem de domicílios por tipo de fornecimento de energia - Fortaleza.
Fonte: IBGE, 2010..



Porcentagem de domicílios por tipo de esgotamento sanitário - Fortaleza.
Fonte: IBGE, 2010.



Porcentagem de domicílios por tipo de fornecimento de energia - Sapiranga.
Fonte: IBGE, 2010.



Porcentagem de domicílios por tipo de esgotamento sanitário - Sapiranga.
Fonte: IBGE, 2010.

Quanto à coleta de resíduos, por muito tempo, a Sapiranga ficou à margem do sistema de ecopontos e mapeamento de coletas do Município por muito tempo. Porém, em julho de 2017, a Prefeitura entregou o primeiro ecoponto situado no bairro.

“O prefeito Roberto Cláudio inaugura, nesta segunda-feira (31/07), às 18h, o 28º Ecoponto de Fortaleza, na Sapiranga, localizado na Avenida Edilson Brasil Soares esquina com Rua Bill Cartaxo. O Ecoponto oferece os benefícios do programa Recicla Fortaleza, que dá desconto na conta de energia e crédito no Bilhete Único pela troca de resíduos recicláveis, incentivando cada vez mais o descarte seletivo de resíduos sólidos e proporcionando um comportamento cada vez mais sustentável.

O novo Ecoponto é resultado de uma parceria entre a Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (Acfor), a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SCSP), tendo sido construído em formato de contêiner. O equipamento conta com caçambas para coleta e estrutura administrativa de trabalho para as equipes de limpeza urbana, fiscalização e monitoramento.

Assim como os demais, o Ecoponto da Sapiranga é mais um local adequado para o recebimento de pequenas proporções de entulho, restos de poda, móveis e estofados velhos, além de pneus, óleo de cozinha, papelão, plásticos, vidros e metais. A população pode ter acesso ao benefício do Programa Recicla Fortaleza, que gera desconto na conta de energia e crédito no Bilhete Único pela troca de resíduos recicláveis.”

Reportagem retirada do site da Prefeitura de Fortaleza, em 28 de julho de 2017 na seção do Meio ambiente

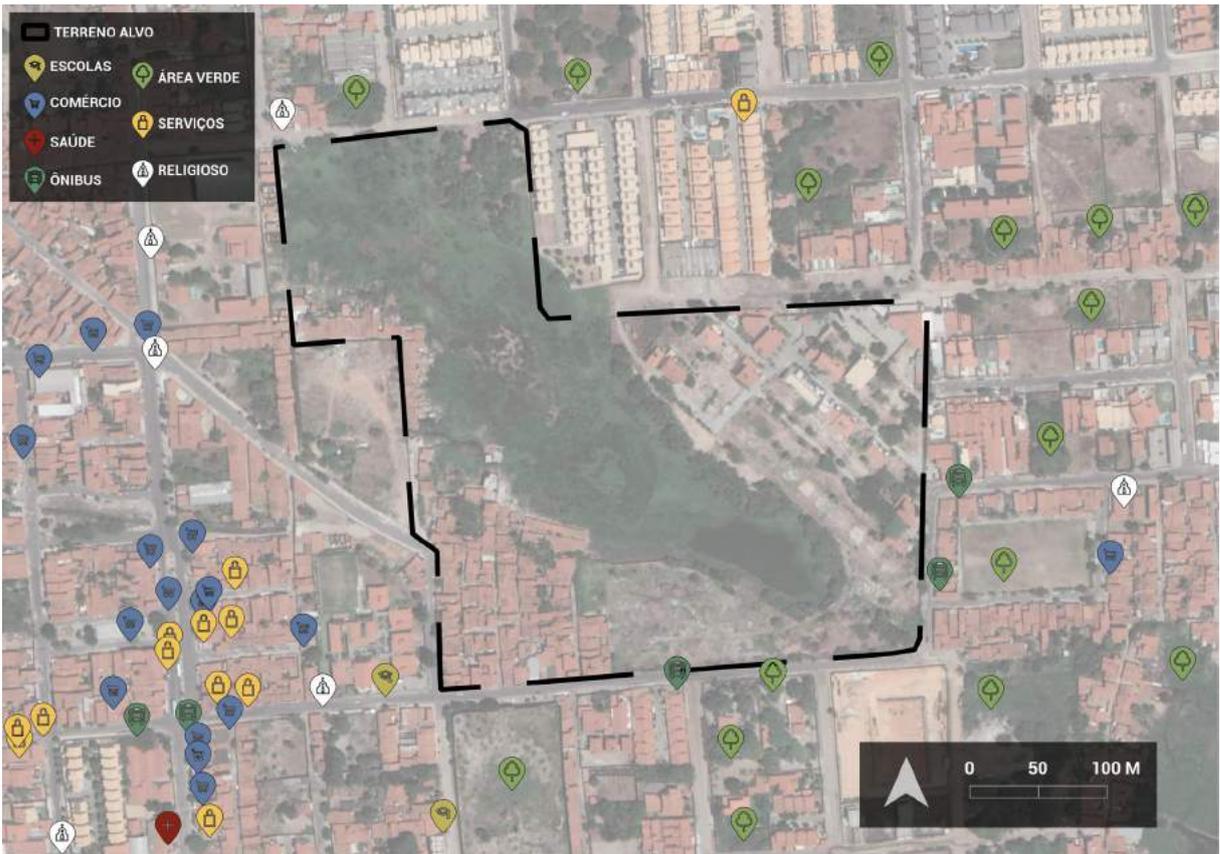
Infelizmente, a localização do ecoponto desfavorece alguns dos assentamentos informais presentes do bairro, que continuam a despejar seus resíduos em zonas ambientais da Sapiranga. Também é preciso considerar que a implantação do ponto é recente e a população está em fase de adaptação e reconhecimento do mesmo.

ÁREA DE INTERVENÇÃO

Foram espacializadas em mapas as análises mais específicas ao terreno do Açude Coité, que abrigará, dentro do projeto, a maioria dos componentes do programa de necessidades estabelecido. O terreno da Lagoa do Soldado, por estar

majoritariamente dentro de uma Zona de Proteção Ambiental, será alvo de uma reestruturação ambiental. Serão previstos mobiliários urbanos removíveis para permitir o uso desta área pela população.





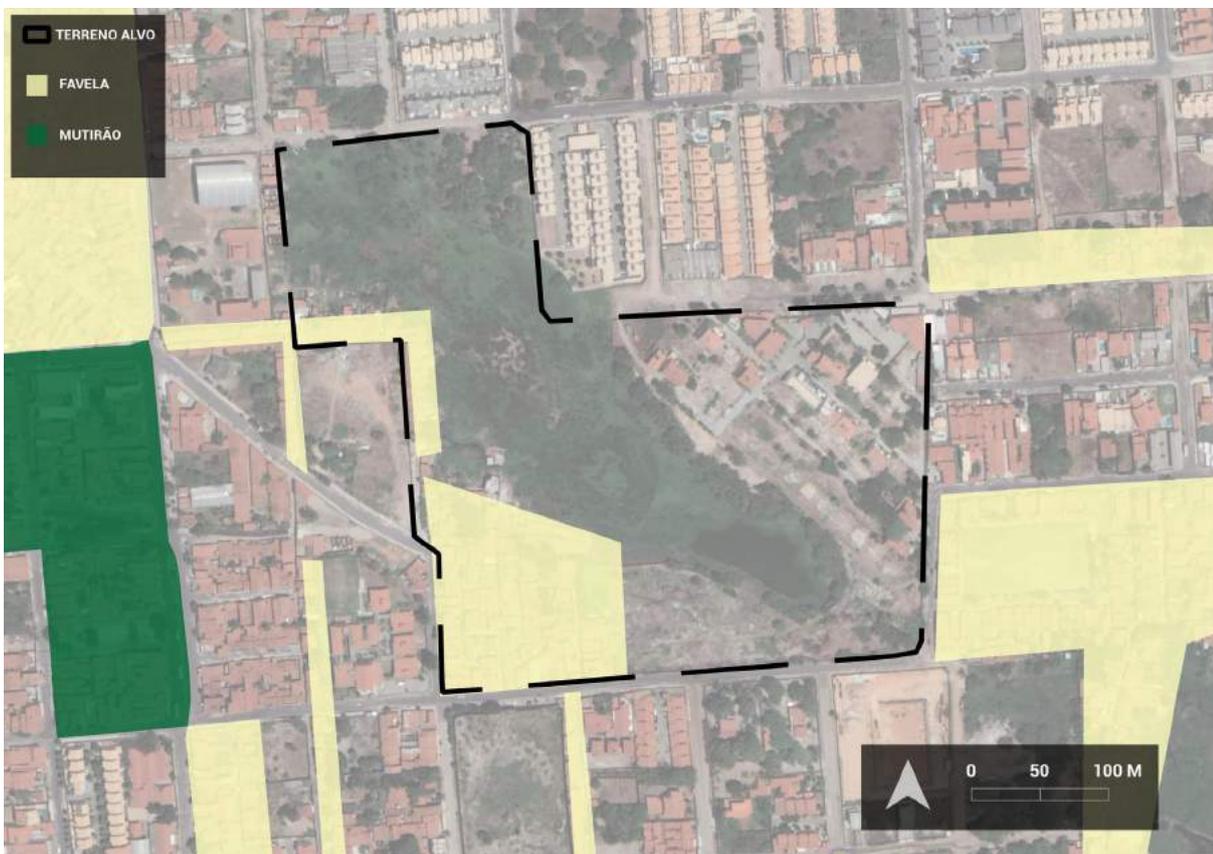
Mapa de Usos nos arredores do Açude Coité
 Fontes: IBGE 2010 e Pesquisas de Campo. Reprodução: Autora



Mapa de Divisão de Vias nos arredores do Açude Coité
 Fontes: IBGE 2010 e Pesquisas de Campo. Reprodução: Autora



Mapa de Zonas do PDPFOR nos arredores do Açude Coité
 Fontes: IBGE 2010 ePDPFOR. Reprodução: Autora



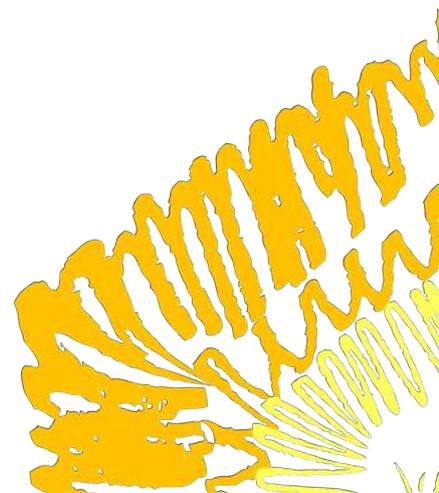
Mapa de ZEIS nos arredores do Açude Coité
 Fontes: IBGE 2010 ePDPFOR. Reprodução: Autora



Parcela não murada do terreno do Açude Coité
Imagem retirada do Google Earth, Rua José Vilar de Andrade, 1477



Foto representando a extensa parcela murada do terreno do Açude Coité.
Imagem retirada do Google Earth. Tv. Euclídes Onófre de Souza, 4





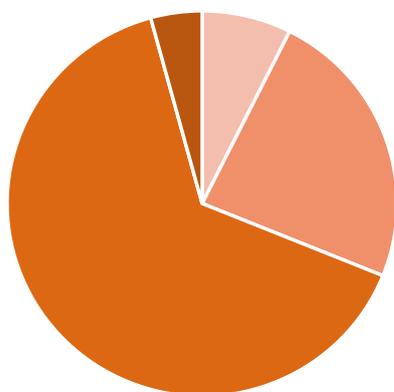
capítulo 4: o que fazer?

Propondo ideias



4.1. Viés cultural e re-creativo do projeto

A Sapiroanga, é um bairro que abriga diversos assentamentos de interesse social e que sofre com a informalidade, a violência e a falta de supervisão pelo Município, pela SER VI e pelo Estado, em se tratando de equipamentos públicos, policiamento e manutenção em geral do bairro. Somando todos esses fatores, em um bairro em que a maioria da população é jovem (IBGE 2010), é necessário preservar esta citada população de traumas e sequelas resultantes da convivência com essas problemáticas. Uma alternativa usada e comprovadamente eficaz pelo Estado de São Paulo foi o Projeto LUDI-CIDADE – arte, cultura, esporte, criado com o objetivo de incentivar a população mais jovem a se integrar por meio da cultura, do lazer, do esporte e de atividades artísticas.



0 a 4 anos
0 a 14 anos
15 a 64 anos
65 anos e +

Relação entre o número de habitantes por idade na Sapiroanga.

Fonte: IBGE, 2010

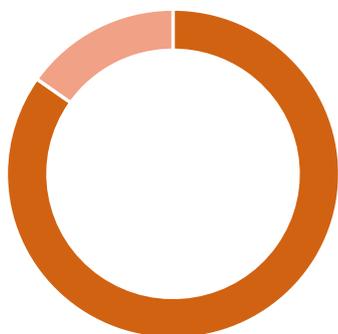
“O projeto LUDI-CIDADE – arte, cultura, esporte, destaca a importância do esporte, cultura e lazer como um mecanismo de inclusão social, descoberta de talentos, bem como considera o benefício da prática esportiva, cultural e de lazer para a melhoria da qualidade das relações interpessoais, na saúde, na convivência, no estabelecimento de regras, no respeito ao outro, no fortalecimento da auto-estima e na construção de projetos de vida e da autonomia.”

Retirado do Relatório de Inscrição sobre o Projeto Ludi Cidade para o Prêmio São Paulo Cidade 2007, Agosto de 2007



Imagem retirada do Relatório de Inscrição sobre o Projeto Ludi Cidade para o Prêmio São Paulo Cidade 2007, Agosto de 2007

População



■ 0 a 14 anos ■ 65 anos e +

"[...] A maioria desses usuários não possui condições, neste momento, de ter acesso a atividades culturais, esportivas, de lazer, recreação, etc., que acontecem em toda a cidade, e que são de grande importância para fortalecimento da auto-estima, construção de projeto de vida, a reintegração familiar e comunitária, além de intensificar a qualidade do atendimento e desenvolvimento."



Imagem retirada do Relatório de Inscrição sobre o Projeto Ludi Cidade para o Prêmio São Paulo Cidade 2007, Agosto de 2007

4.2. Integração social: O direito socioespacial da população

É crescente o número de assentamentos informais nas cidades do mundo inteiro, e em Fortaleza, mais especificamente, estes assentamentos já são numerosos. Para o enfrentamento dessa problemática habitacional foi instituído em âmbito nacional o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), por força da Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Resultante desse sistema, foi estabelecido um mapeamento de manchas onde estariam localizados os assentamentos precários dentro da cidade, e a Sapiranga guarda dentro de si diversos desses assentamentos assim designados pelo PLHIS (Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza).

Considerando esse fato, além do diagnóstico mostrado no capítulo anterior, fica claro que uma grande parcela dos habitantes da Sapiranga se encontra exposta a condições sociais precárias, como a violência, a desestruturação do espaço urbano e também moradias irregulares.

Nesse contexto, percebe-se que o Poder Público geralmente busca garantir apenas as condições básicas de subsistência, sem considerar o acesso ao lazer das pessoas que moram em assentamentos precários, direito fundamental previsto na Constituição, diretamente ligado ao direito à cidade, de usufruir espaços públicos e ocupa-los.

O problema não reside apenas no número de espaços públicos existentes, também devendo ser considerado a consciência de que os habitantes de assentamentos irregulares não se veem como possuidores desses espaços de lazer, como a própria faixa de praia da zona leste da região metropolitana, onde está localizado o Beach Park. A faixa de praia é um espaço em teoria público que naquele ponto tornou-se “exclusivo” dos usuários do parque aquático, ou de quem ter poder aquisitivo para frequentar a barraca de praia, propriedade do mesmo empreendimento. Isso acontece também em outros pontos, como na Praia do Futuro, local permeado por barracas de praia semelhantes à citada anteriormente, comércios que “privatizam” por meio da segregação social e a ideia subentendida de que esses espaços foram pensados e só podem ser frequentados por determinadas classes sociais.

É um objetivo do projeto idealizado ao final desse trabalho que o espaço produzido seja de pertencimento de toda a população, principalmente aos que mais precisam; os habitantes em condições irregulares da Sapiranga, e também das comunidades próximas, que precisam de lazer e descanso tanto quanto as camadas sociais mais beneficiadas financeiramente.



SAPIRANGA
TERRENOS ALVO

Assentamentos Precários PLHIS

- CONJUNTO
- CORTICO
- FAVELA
- LOTEAMENTO IRREGULAR
- MUTIRAO

0 0.25 0.5 0.75 km





capítulo 5: como fazer?

Buscando referências



5.1. HIGH LINE PARK

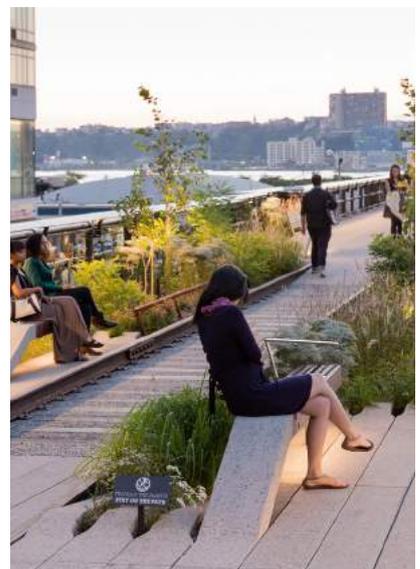
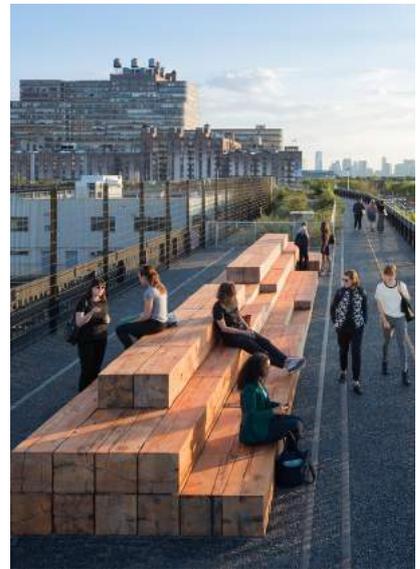
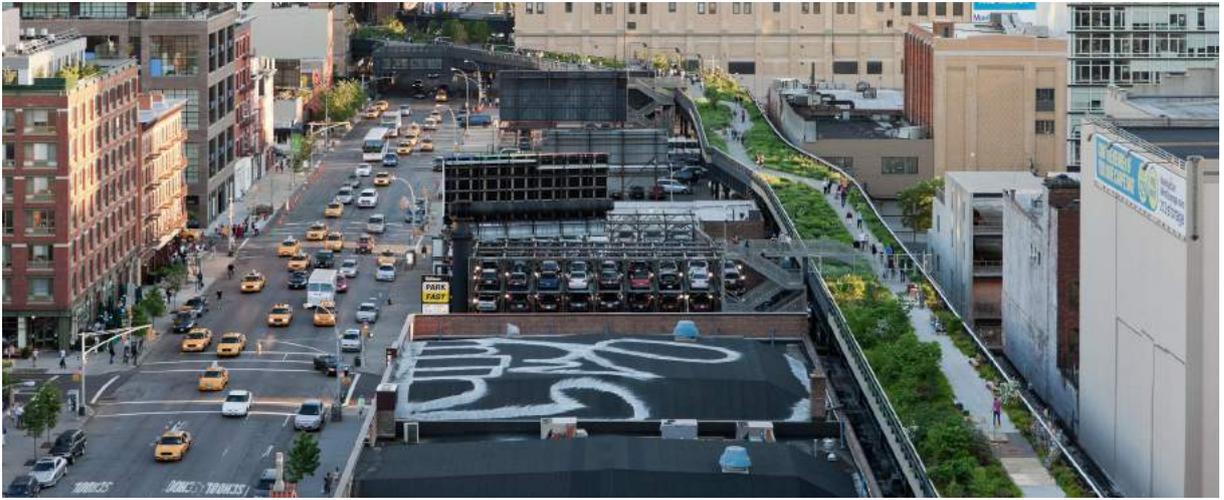
James Corner Field Operations, Diller Scofidio + Renfro e Piet Oudolf

O High Line Park funciona em Nova York como um respiro em meio aos altos edifícios e ao frenesi do cotidiano em uma das maiores metrópoles do mundo. Com cerca de 2,3 km de extensão, o parque foi construído sobre a antiga estrutura de uma linha de trem desativada da cidade. Ao projetar um novo uso para um espaço desativado da cidade, oferecendo um novo local de lazer e convivência e modificando positivamente o dia a dia de muitos nova-iorquinos, o High Line é um dos principais exemplos de revitalização urbana do mundo.



Imagens ilustrativas do High Line Park.
Fonte: ArchDaily





5.2. PARQUE CANTINHO DO CÉU

Boldarini Arquitetura e Urbanismo

O Parque Cantinho do Céu, apesar de não trazer inovações estéticas, é uma abordagem diferenciada para tratar do problema das ocupações. Seu destaque consiste em apostar numa solução alternativa para a situação consolidada e praticamente irreversível das habitações nas áreas de mananciais em São Paulo. Boldarini explica que o objetivo foi voltar as casas para o corpo hídrico e revelar a natureza à sua frente, valorizando a paisagem para a comunidade.

Em seu primeiro trecho, cujo acesso se dá pela rua das Andorinhas Brasileiras, o parque possui quadra de futebol com gramado sintético (quase um requinte), pista de skate, praça de equipamentos para exercícios físicos e passarelas para caminhadas, com mirantes que permitem apreciar a vista.

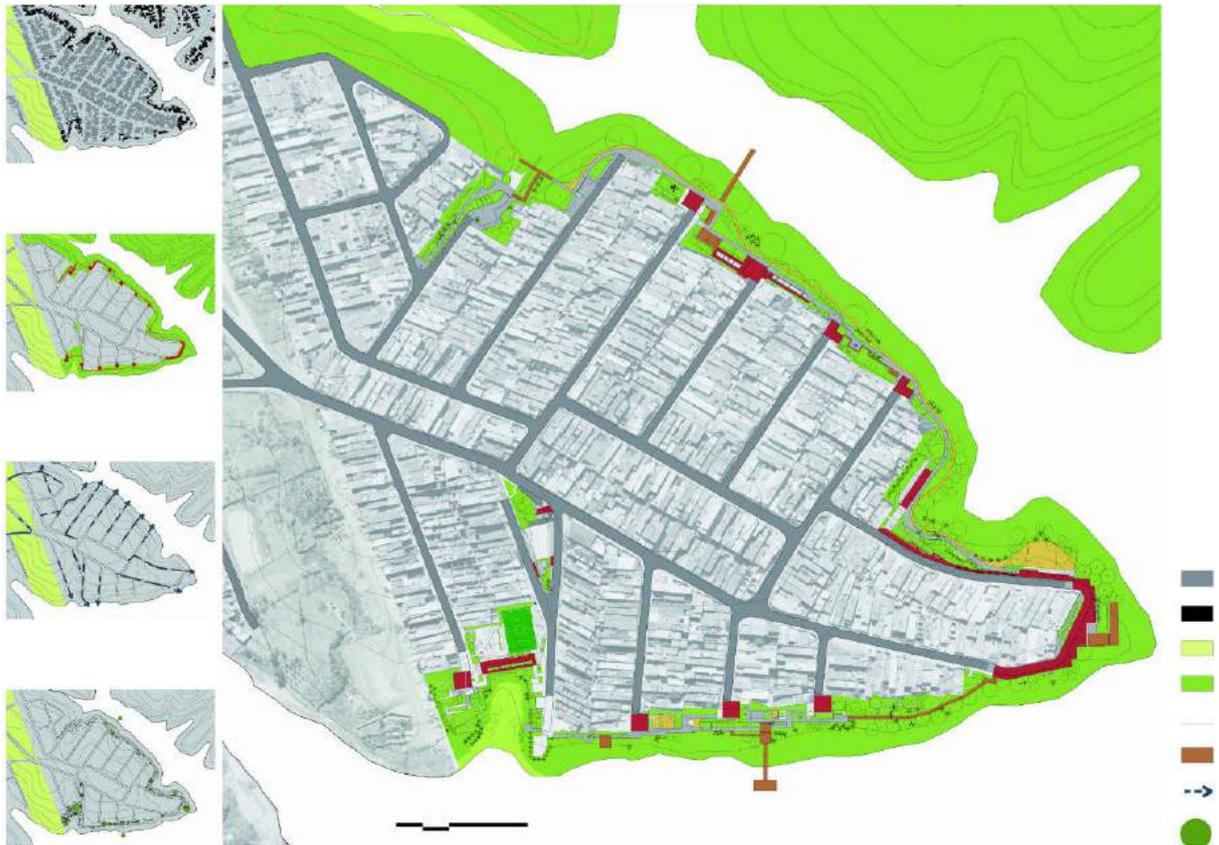
A implantação do projeto se torna ainda mais complexa por causa dos vários tipos de interferência, desde ajustar o desenho de uma passarela para evitar a remoção de uma árvore até contornar a tampa da boca de lobo da rede de esgoto.

Nas peças instaladas no parque (bancos, lixeiras, corrimãos etc.), a preocupação foi além do desenho e buscou produzi-las com materiais mais robustos e duráveis, para dificultar o vandalismo.

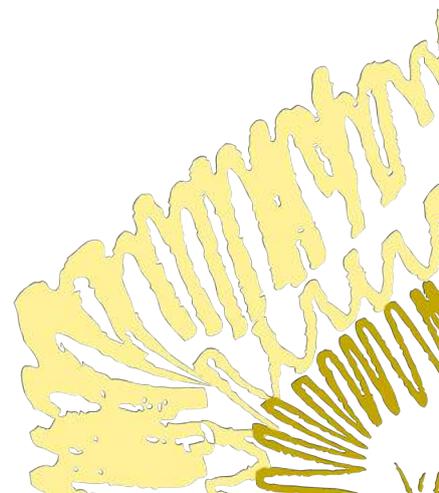
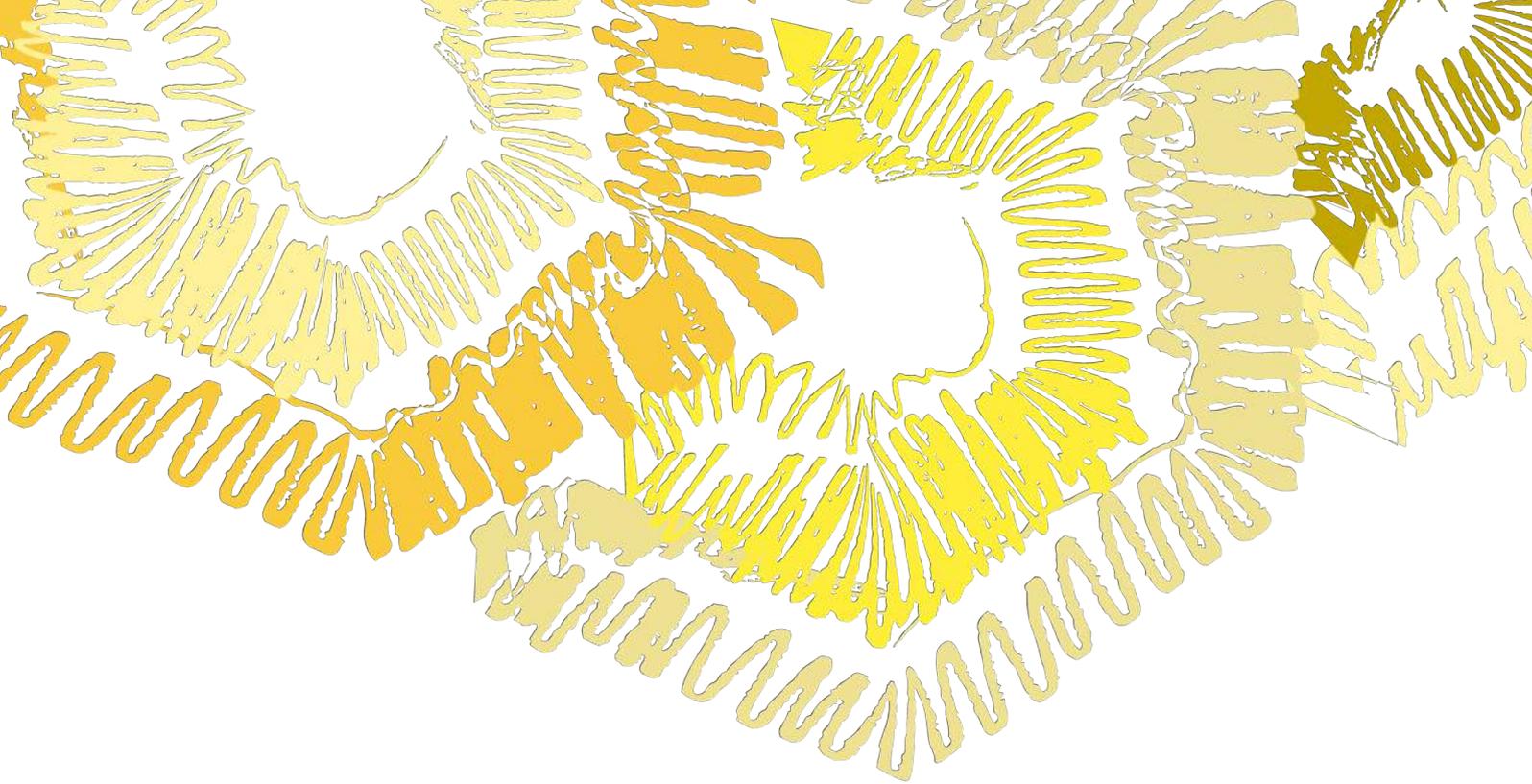
O parque Cantinho do Céu é um dos elementos de uma série de intervenções que, de forma genérica, pretendem implantar redes de água e de coleta de esgoto, eliminar áreas de riscos, fazer a drenagem de águas pluviais e estender a coleta de lixo até as comunidades - enfim, transformar locais degradados e de ocupações irregulares em bairros estruturados. Para a implantação completa do parque, 1,5 mil famílias serão removidas das áreas de risco e da margem, e reassentadas na mesma região, informa a SEHAB (Secretaria de Habitação de São Paulo)..

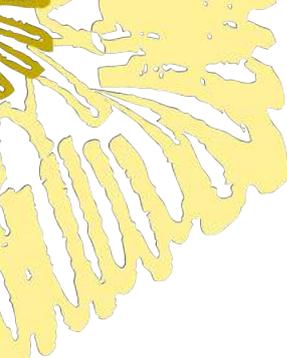


Perspectiva do corpo hídrico do Cantinho do Céu.
Fonte: Daniel Ducci, ArchDaily



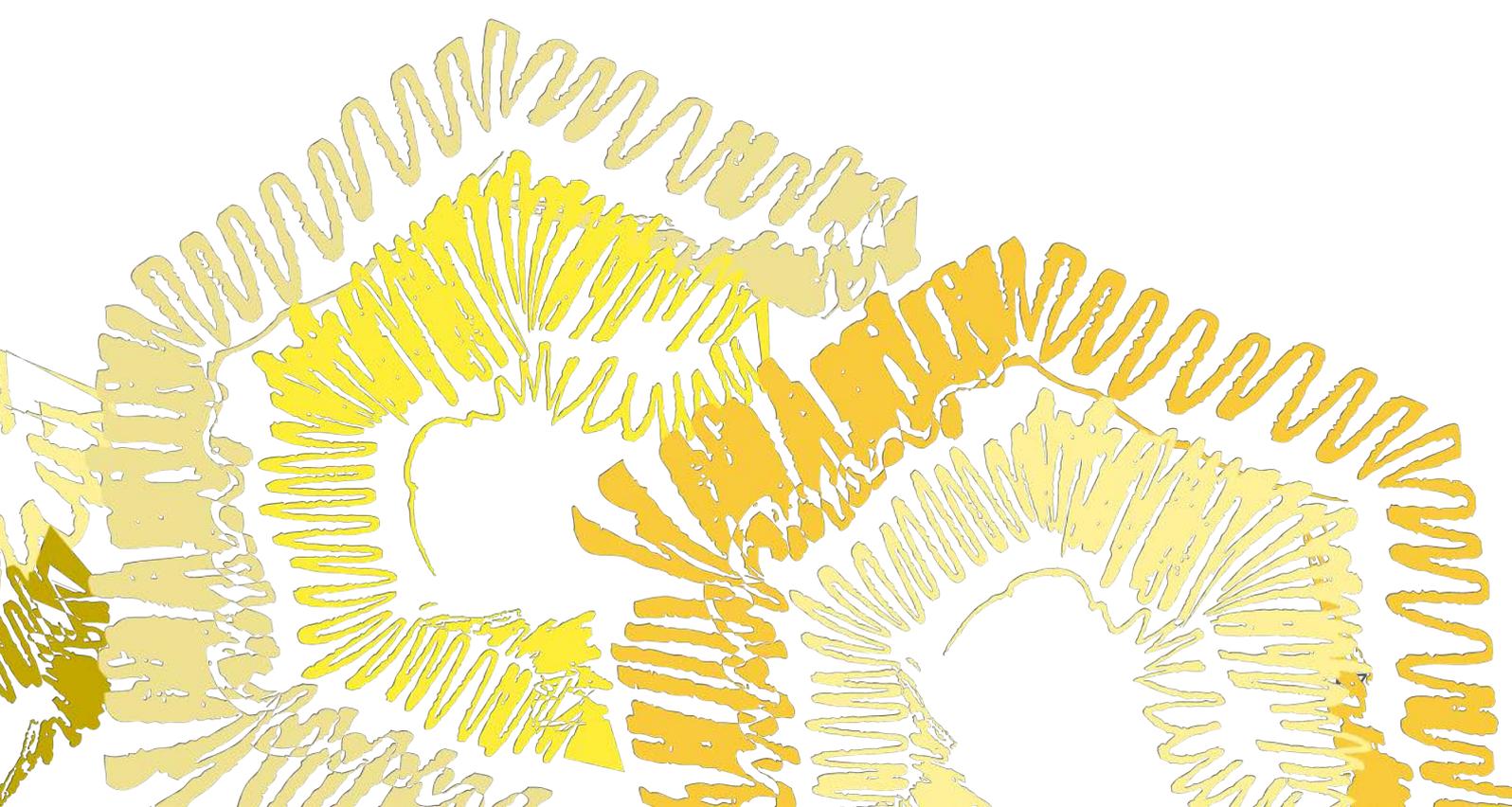
Desenhos técnicos do Cantinho do Céu.
Fonte: ArchDaily

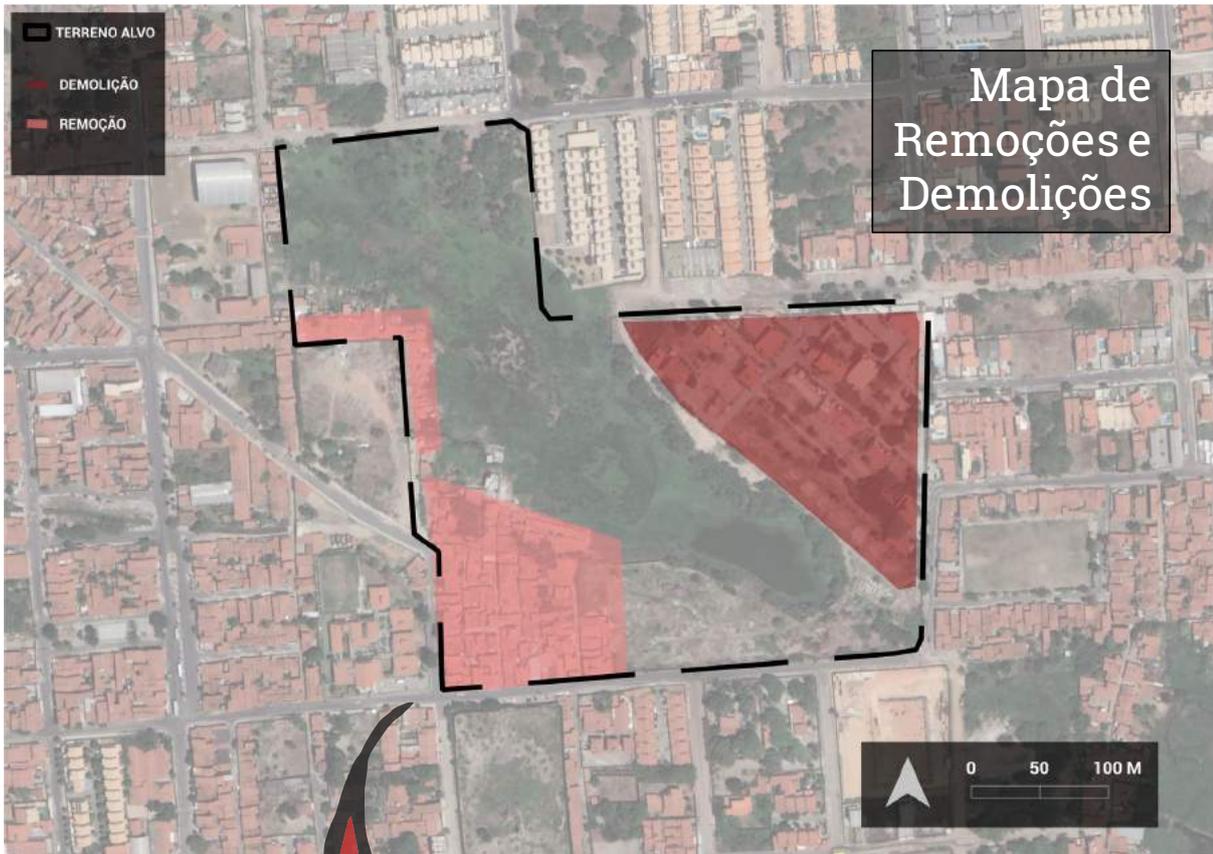




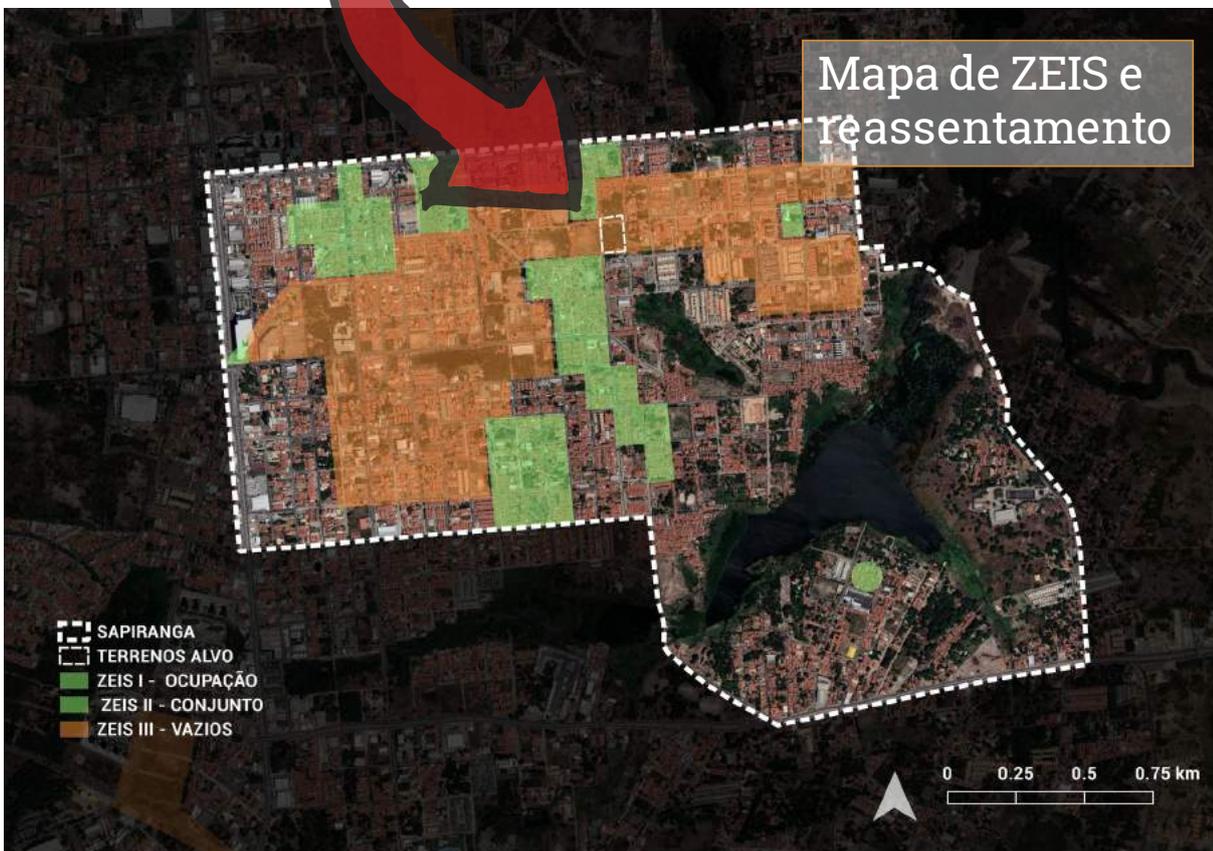
capítulo 6: especializando as ideias

Buscando referências





Mapa de Remoções e Demolições.
 Fontes: IBGE 2010 e Pesquisas de Campo. Reprodução: Autora



Mapa de Reassentamento e ZEIS.
 Fontes: IBGE 2010 e Pesquisas de Campo. Reprodução: Autora

6.1. Realocação e Demolições

Os assentamentos informais encontrados dentro do terreno do Açude Coité serão transferidos para um projeto habitacional/misto localizado em um terreno entre a rua Evilásio Almeida Miranda, a rua Olegário Memória, a rua Olyntho Arruda e a Rua Marcelino Lopes. O terreno encontra-se dentro de uma Zona Especial de Interesse Social 3, uma ZEIS de vazios. Esse tipo de zona é especificado na Lei de Uso e Ocupação do Solo atualizada em 2017 como voltada para construções de cunho social, como a habita-

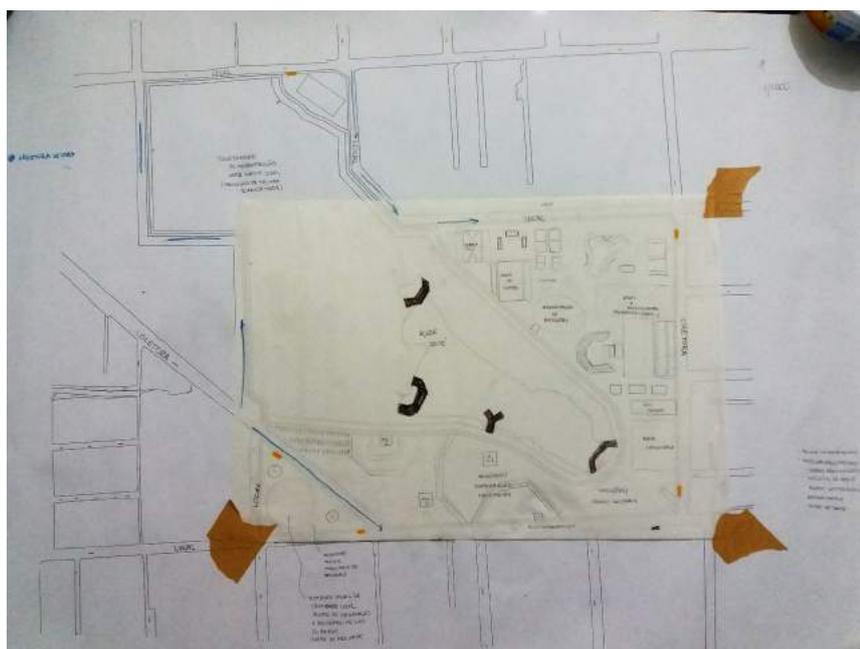
ção popular. Como o objetivo do trabalho em curso é realizar um projeto de um parque urbano, o projeto do conjunto habitacional permanecerá nesta tese como uma proposição a ser realizada.

Já as construções abandonadas do empreendimento embargado Alphaville Lake House serão demolidas conforme determinação judicial expedida no dia 10 de fevereiro de 2017, pela juíza Nádia Maria Frota Pereira, titular da 12ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza.

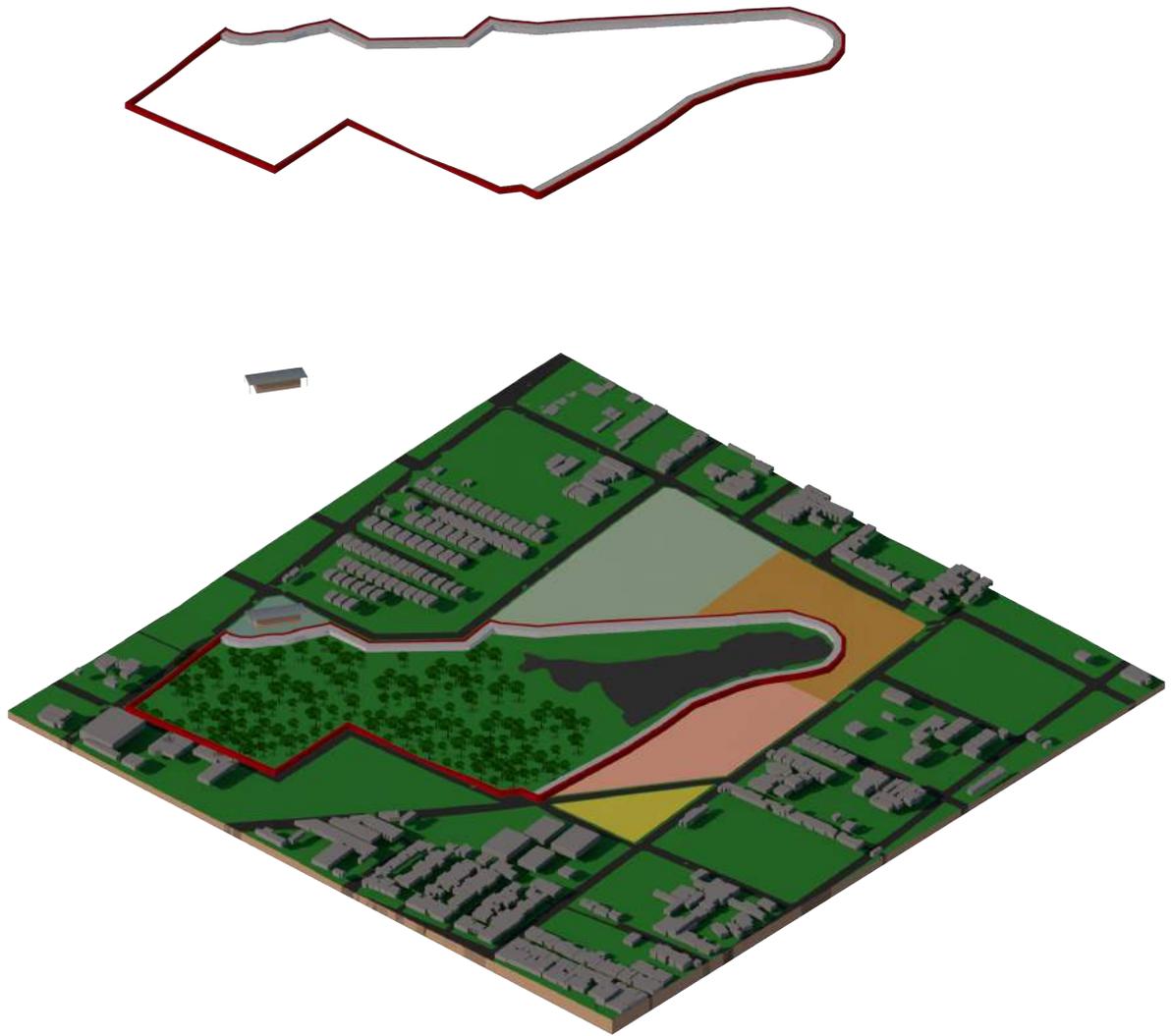
6.2. Partido do Parque

Desde os princípios da pesquisa, buscou-se aprofundar conceitos que tornassem o espaço livre um “lugar comum”, uma propriedade coletiva da comunidade que este estivesse inserido. Sendo assim, as primeiras decisões (e também as mais cruciais) do projeto foram tomadas junto aos moradores da Sapiranga que se mostraram interessados em colaborar com o projeto. Estes foram os idealizadores dos dois movimentos sociais anteriormente citados presentes da Sapiranga, o Pintando o Verde e o Plantando o Bem. Juntamente com eles, foram discutidos diversos usos que poderiam existir no terreno, e dentre os vários citados, a autora decidiu pelos que seriam mais usualmente frequentados e que seriam de grande serventia à população. Uma preocupação que se sobressaiu às

outras foi a execução mais simples das construções, de forma que a população pudesse se apropriar com mais facilidade desses equipamentos. Desta maneira, foi mais importante durante o processo projetual manter um processo de construção simples e acessível em contraposição a uma forma mais diferenciada, para que a harmonização entre os equipamentos idealizados e paisagem já existente no local acontecesse. Os espaços abertos são imensa maioria no parque, e todas funções distribuídas dentro do projeto tomam forma em volta à Zona de Proteção Ambiental, a reserva do parque, que contém o corpo hídrico do açude e a vegetação a ser revitalizada. As vias adjacentes ao projeto foram planejadas de forma que o fluxo pluvial seja direcionado ao açude.



Primeiros croquis elaborados.
Fonte: Autora



Isometria dos primeiros elementos projetados, voltados a contemplação da reserva e ao esporte(ciclovias e calçadas), e o centro de coleta seletiva e filtragem de resíduos.

6.3. Parâmetros urbanos da ocupação

PARÂMETROS (ZRA)	
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO MÁX.	60%
TAXA DE PERMEABILIDADE	50%
TAXA DE OCUPAÇÃO	33%
ALTURA MÁXIMA	15m

PARÂMETROS (ZOM2)	
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO MÁX.	100% e 150%
TAXA DE PERMEABILIDADE	40%
TAXA DE OCUPAÇÃO	50%
ALTURA MÁXIMA	48m
TESTADA MÍNIMA	6m
PROFUNDIDADE MÍNIMA DO LOTE	25m

antes e depois



Dados cartográficos ©2018 | Termos e



Dados cartográficos ©2018 | Termos e

6.4 MASTERPLAN



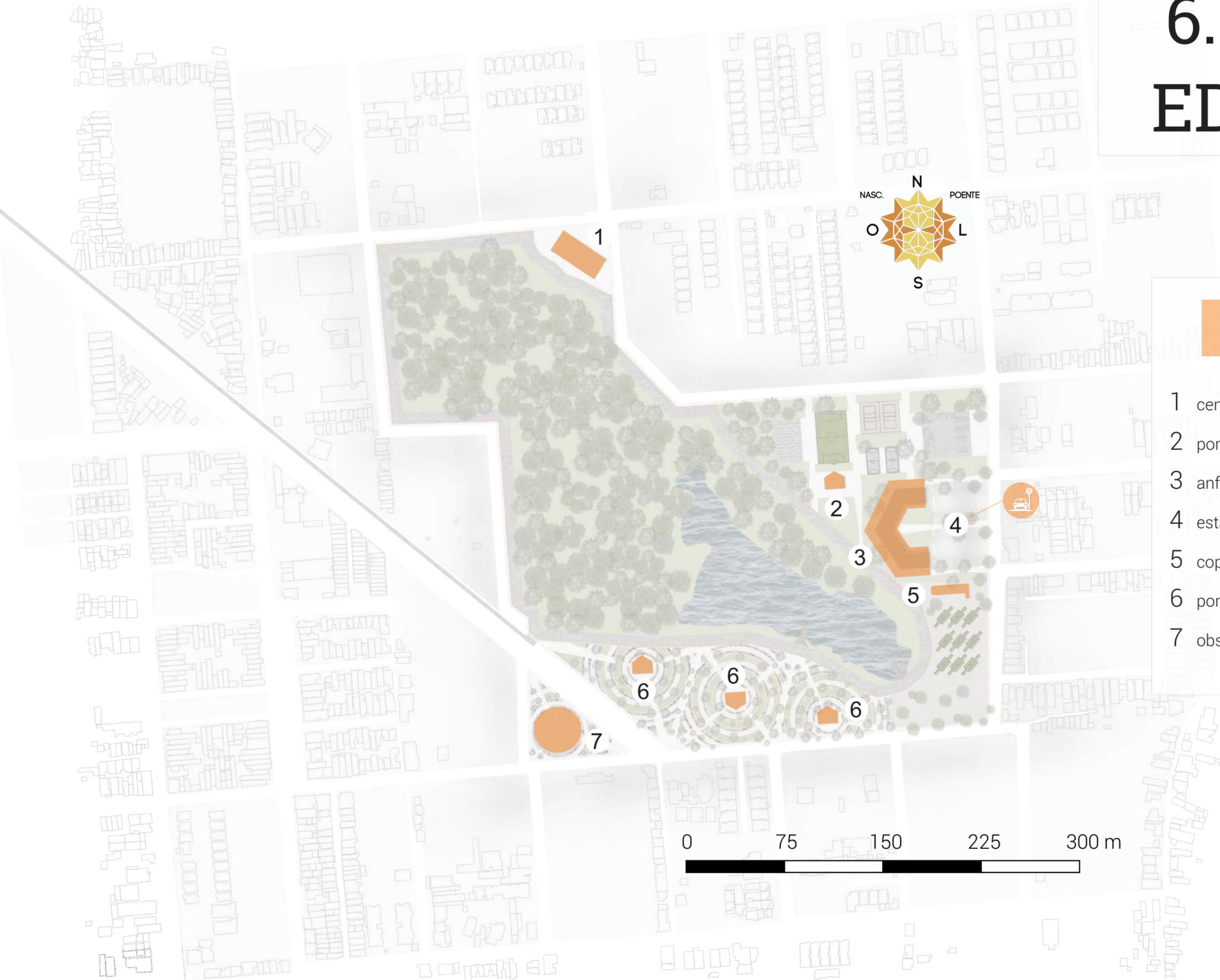
-  reestruturação do bioma
-  centro de coleta
-  copa/hortas comun.
-  pistas de skate
-  futebol/futsal
-  vôlei
-  ciclovia/calçadão
-  p. de ônibus existente
-  p. de ônibus projetada
-  anfiteatro
-  praça/jardins
-  observatório/c. d'água
-  escola (existente)
-  posto de saúde (existente)

0 75 150 225 300 m

6.5 MAPA DE FORRAÇÕES E PAVIMENTAÇÕES

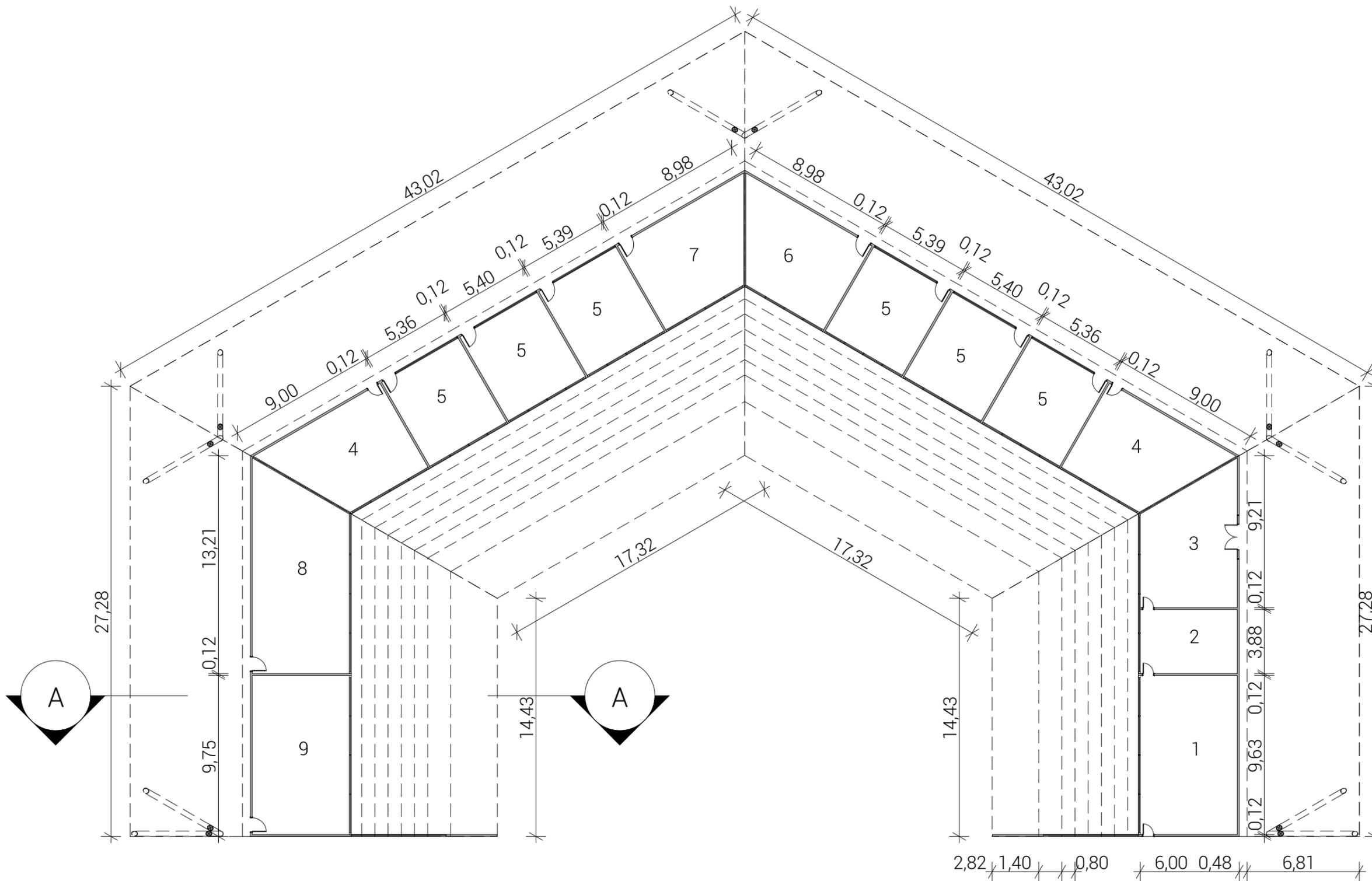


6.6. MAPA DE EDIFICAÇÕES

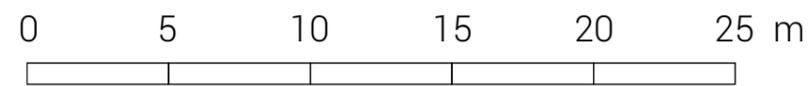


edificações e estacionamento

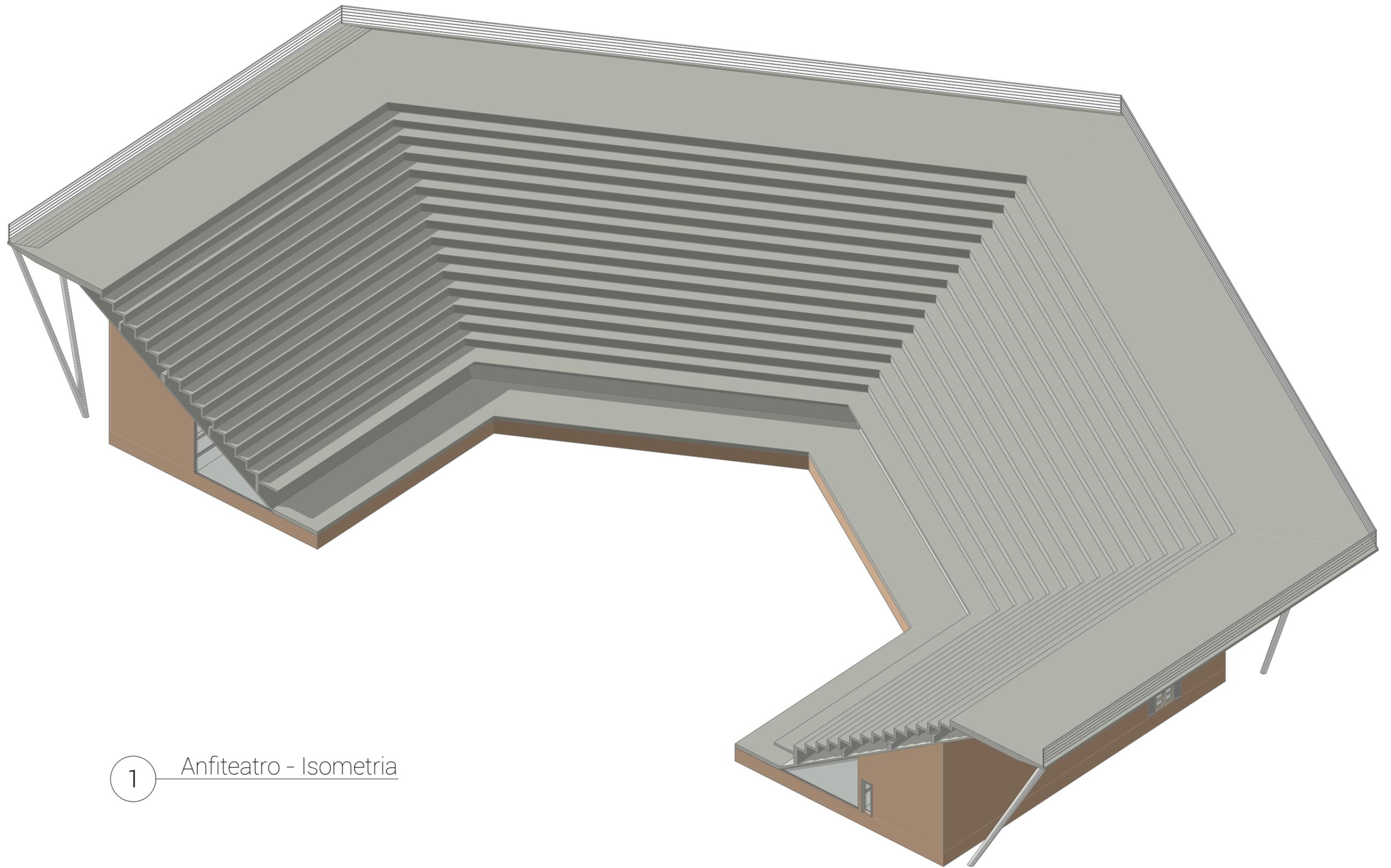
- 1 centro de coleta e filtragem de resíduos
- 2 ponto de apoio tipo 1
- 3 anfiteatro e lojas
- 4 estacionamento
- 5 copa e hortas comunitárias
- 6 pontos de apoio tipo 2
- 7 observatório e caixa d'água



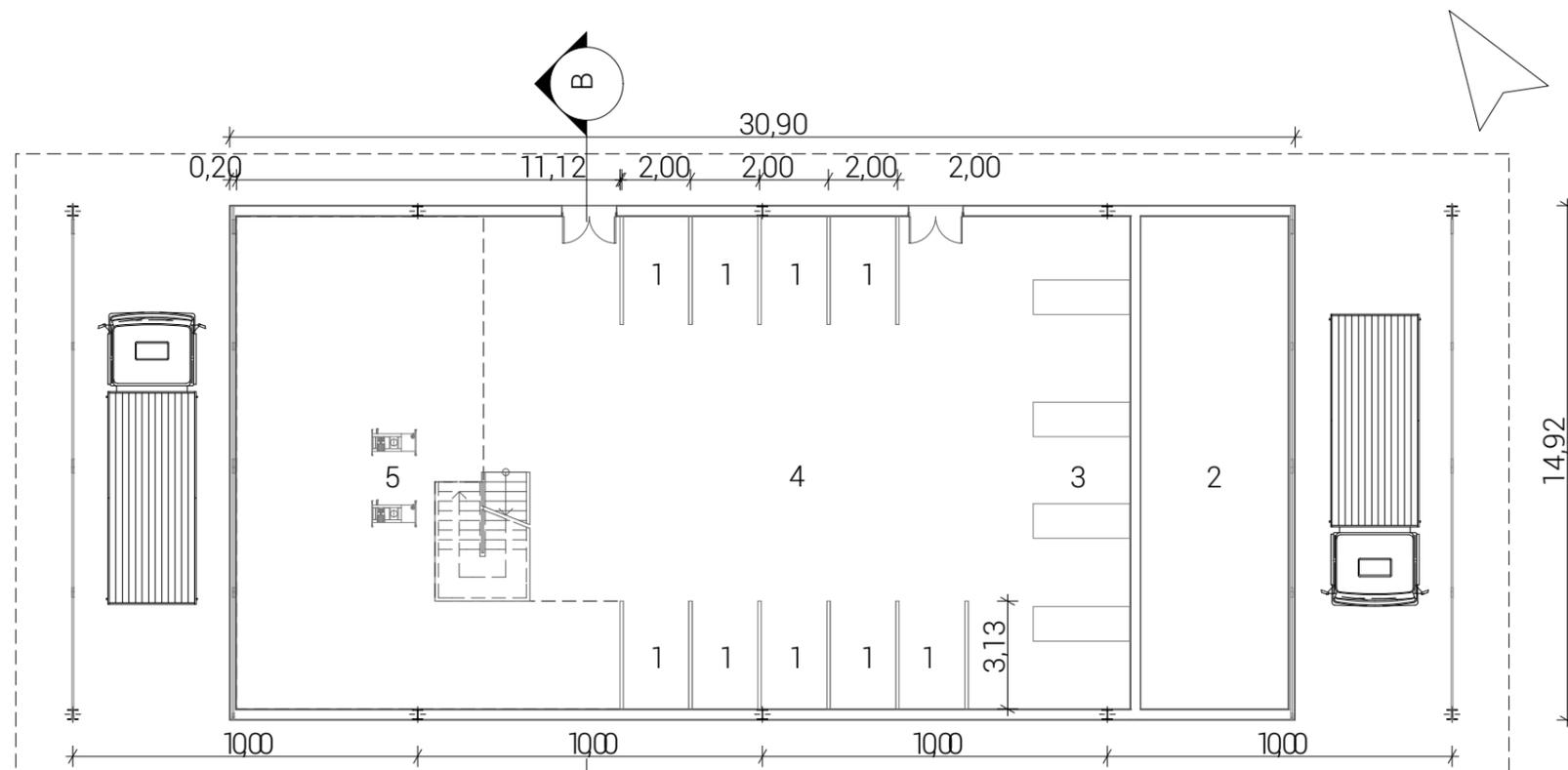
- SECRETARIA/RECEPÇÃO 1
- ADMIN. 2
- DEPÓSITO DE MATERIAIS 3
- COPA 4
- LOJA 1 5
- WC FEM. 6
- WC MASC. 7
- CAMARIM FEMININO 8
- CAMARIM MASCULINO 9



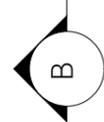
1 Anfiteatro



1 Anfiteatro - Isometria

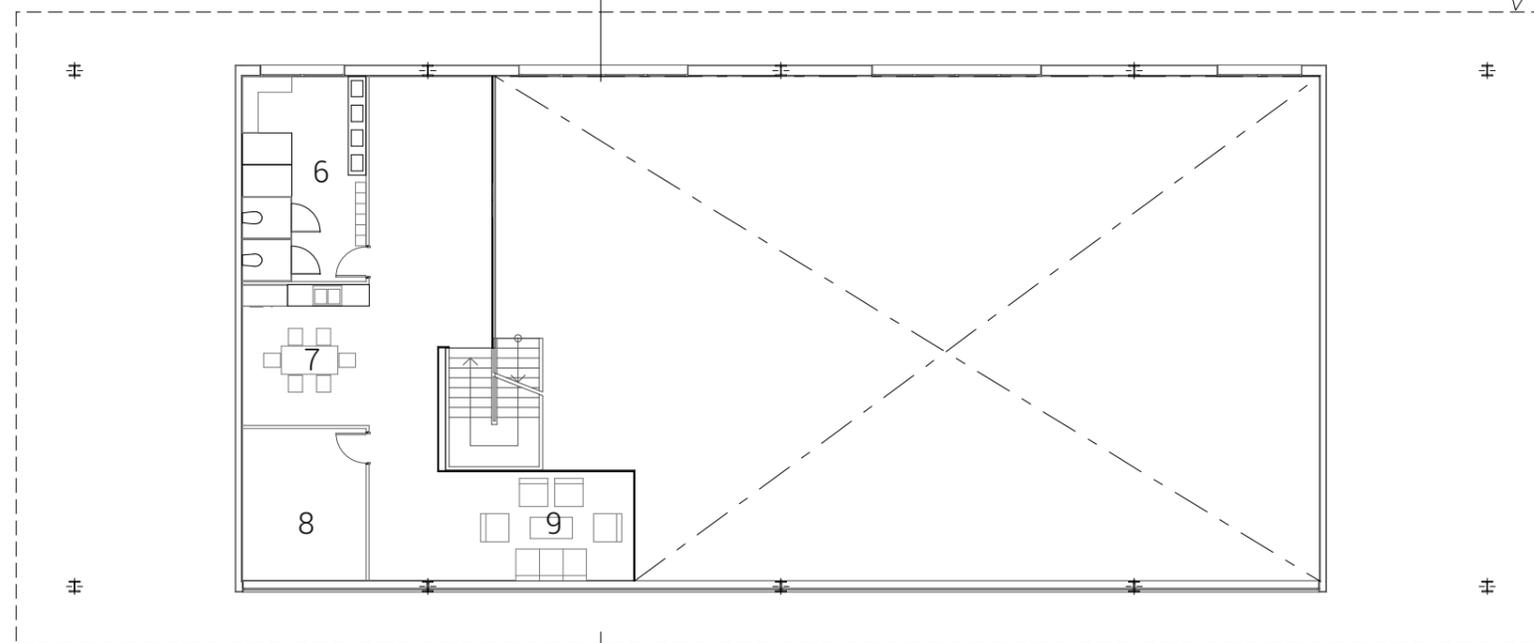
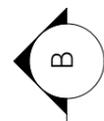


- 1 BAIAS
- 2 DEPÓSITO DE RESÍDUOS NÃO FILTRADOS
- 3 TRIAGEM PRIMÁRIA
- 4 TRIAGEM SECUNDÁRIA
- 5 PRENSAGEM

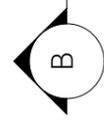
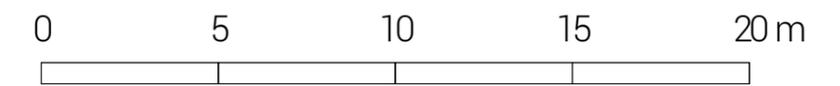


1

Centro de Coleta e Filtragem de Resíduos - TÉRREO

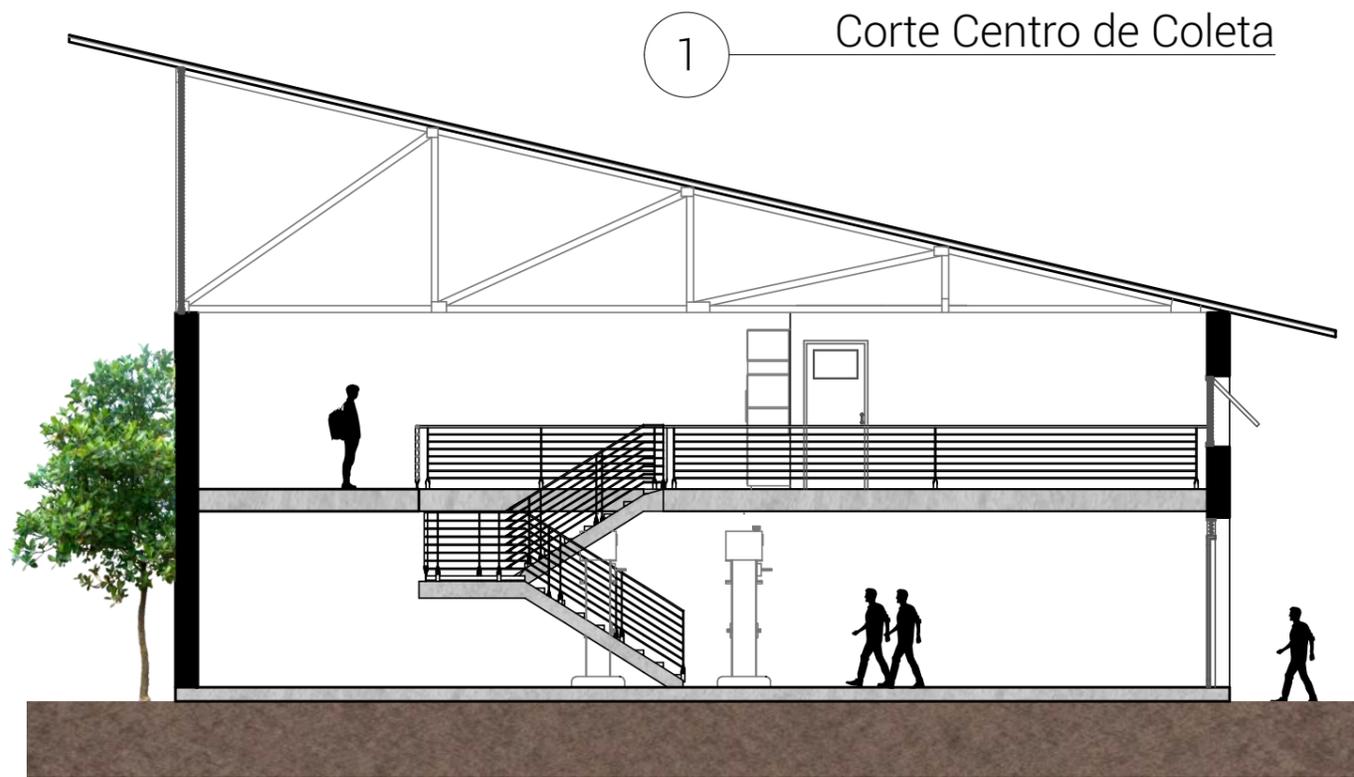


- 6 VESTIÁRIO
- 7 COPA
- 8 COORDENAÇÃO/DIRETORIA
- 9 ÁREA DE DESCANSO

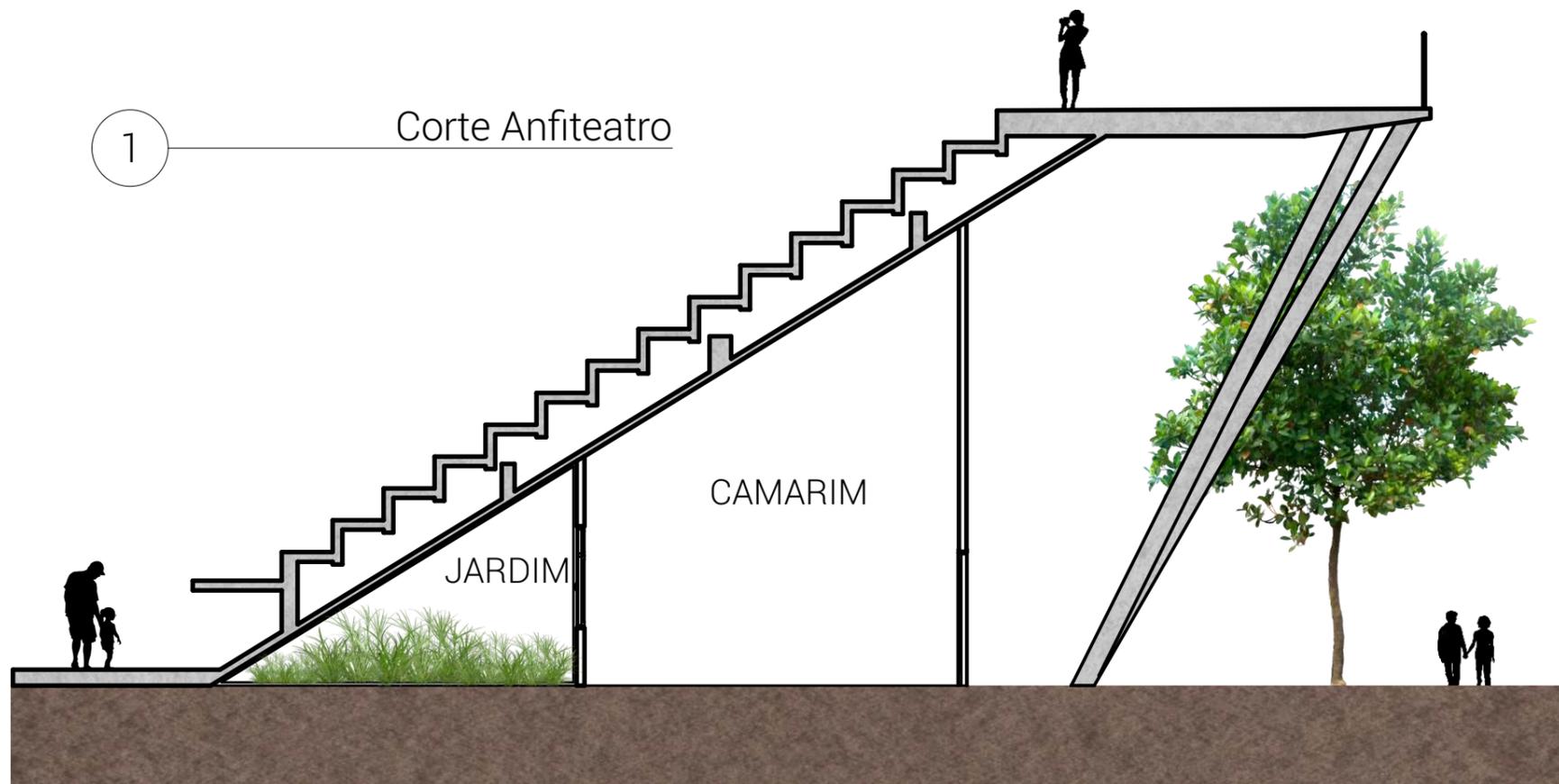
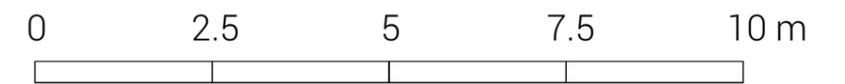
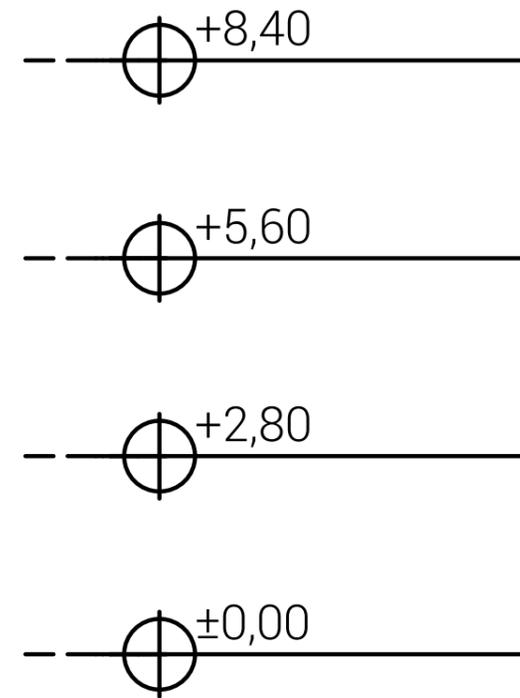


2

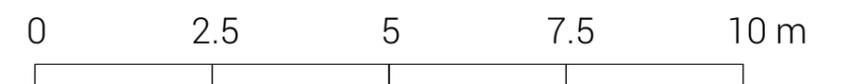
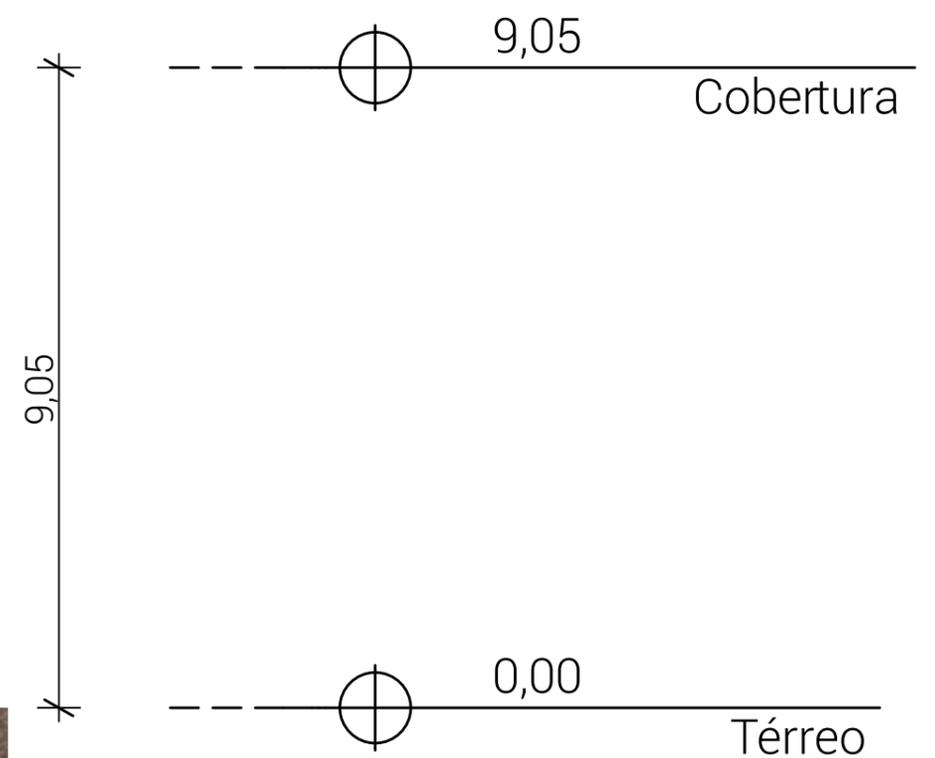
Centro de Coleta e Filtragem de Resíduos - SUPERIOR

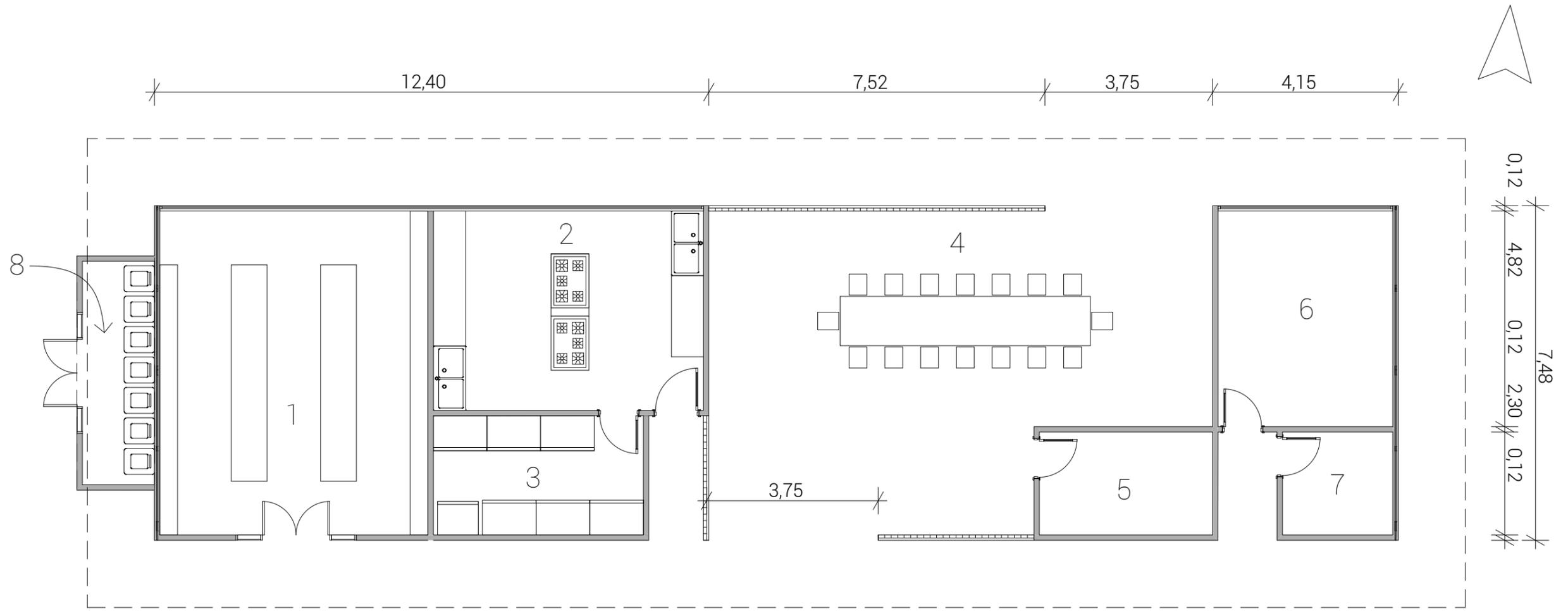


1 Corte Centro de Coleta

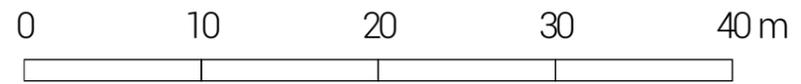


1 Corte Anfiteatro

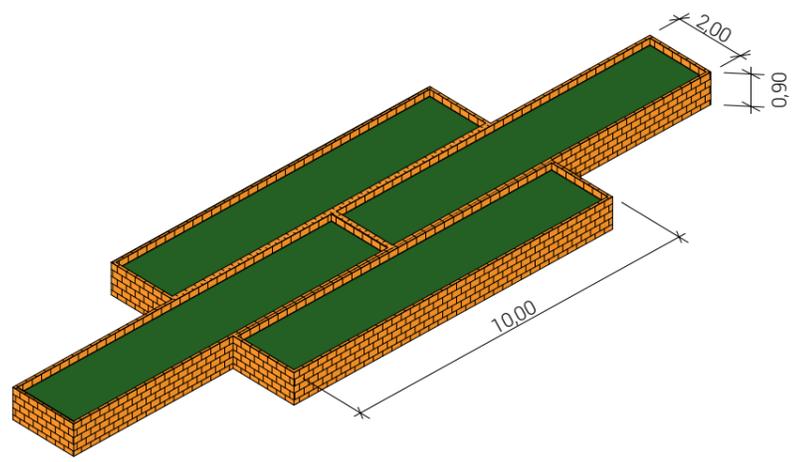
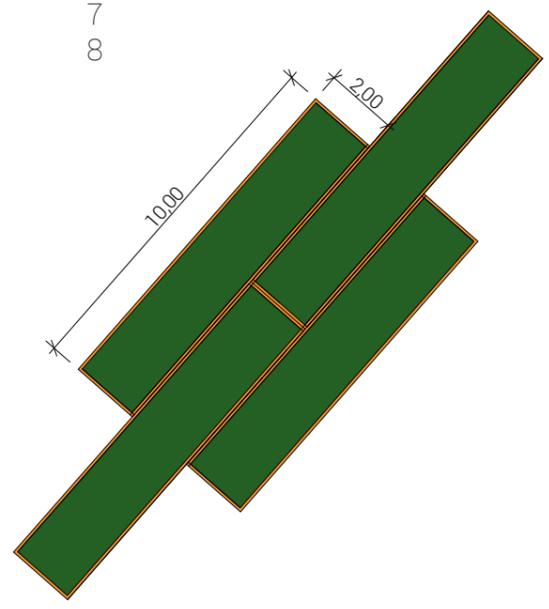




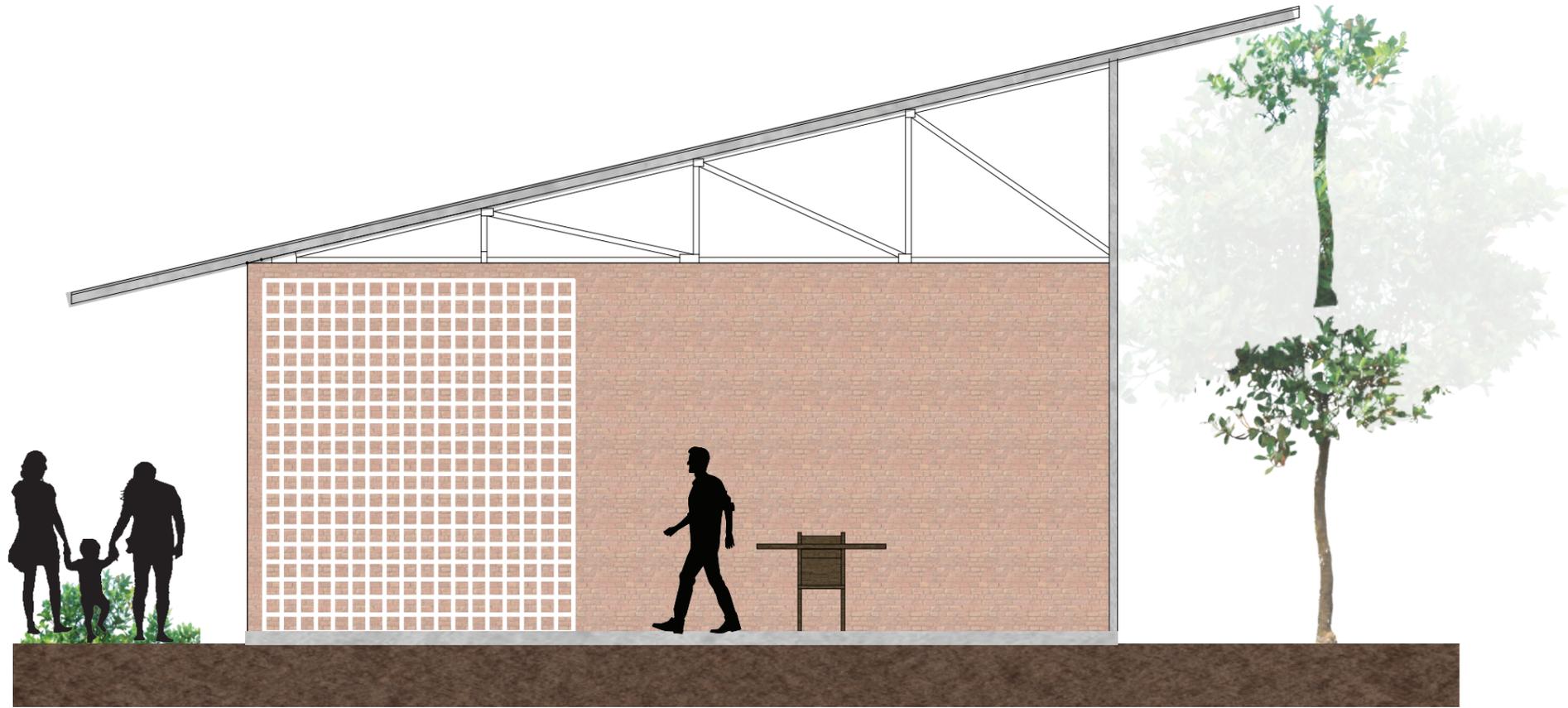
- DEPÓSITO SECO 1
- COZINHA 2
- REFRIGERADOR 3
- REFEITÓRIO 4
- ADMINISTRAÇÃO 5
- WC (GERAL) 6
- WC ACESSÍVEL 7
- LIXO 8



1 — Copa Comunitária

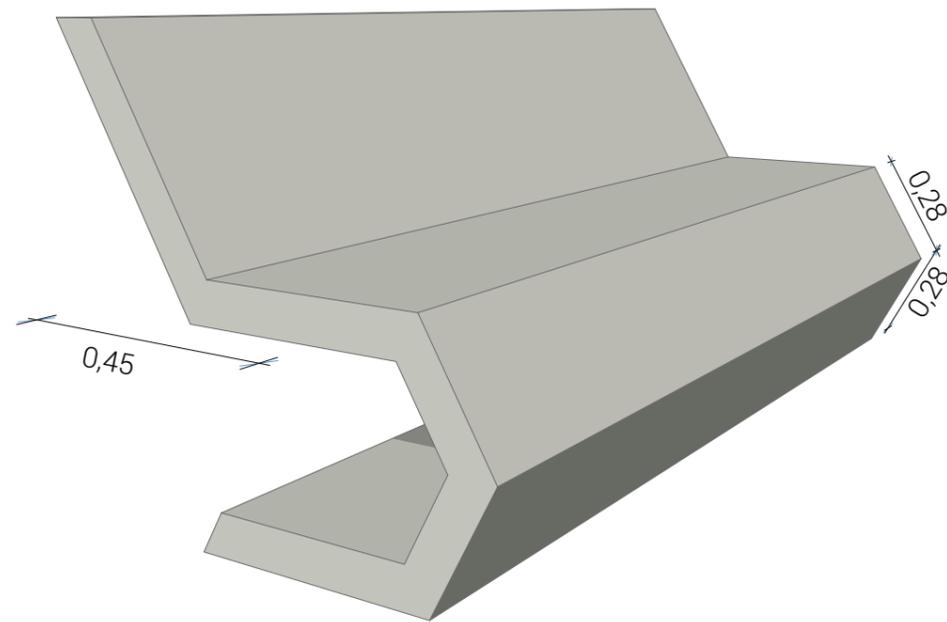
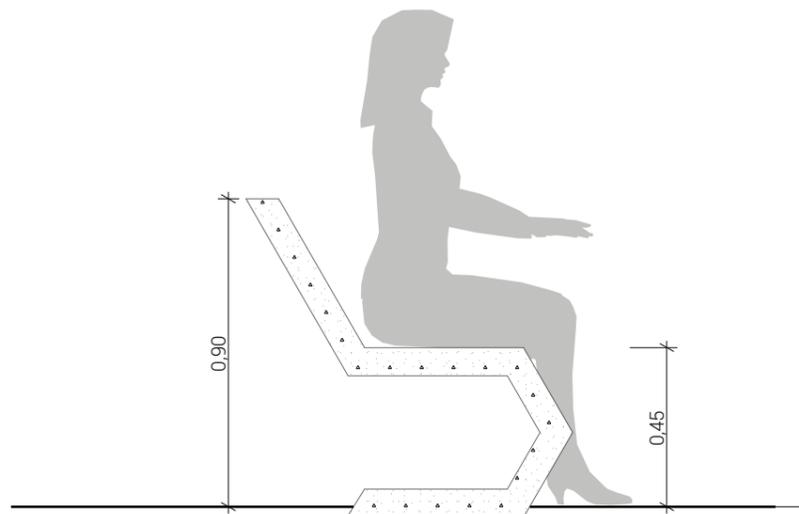
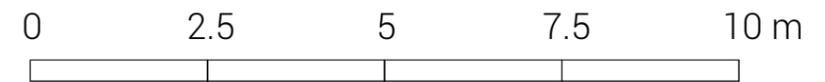


2 — Detalhamento Hortas



1

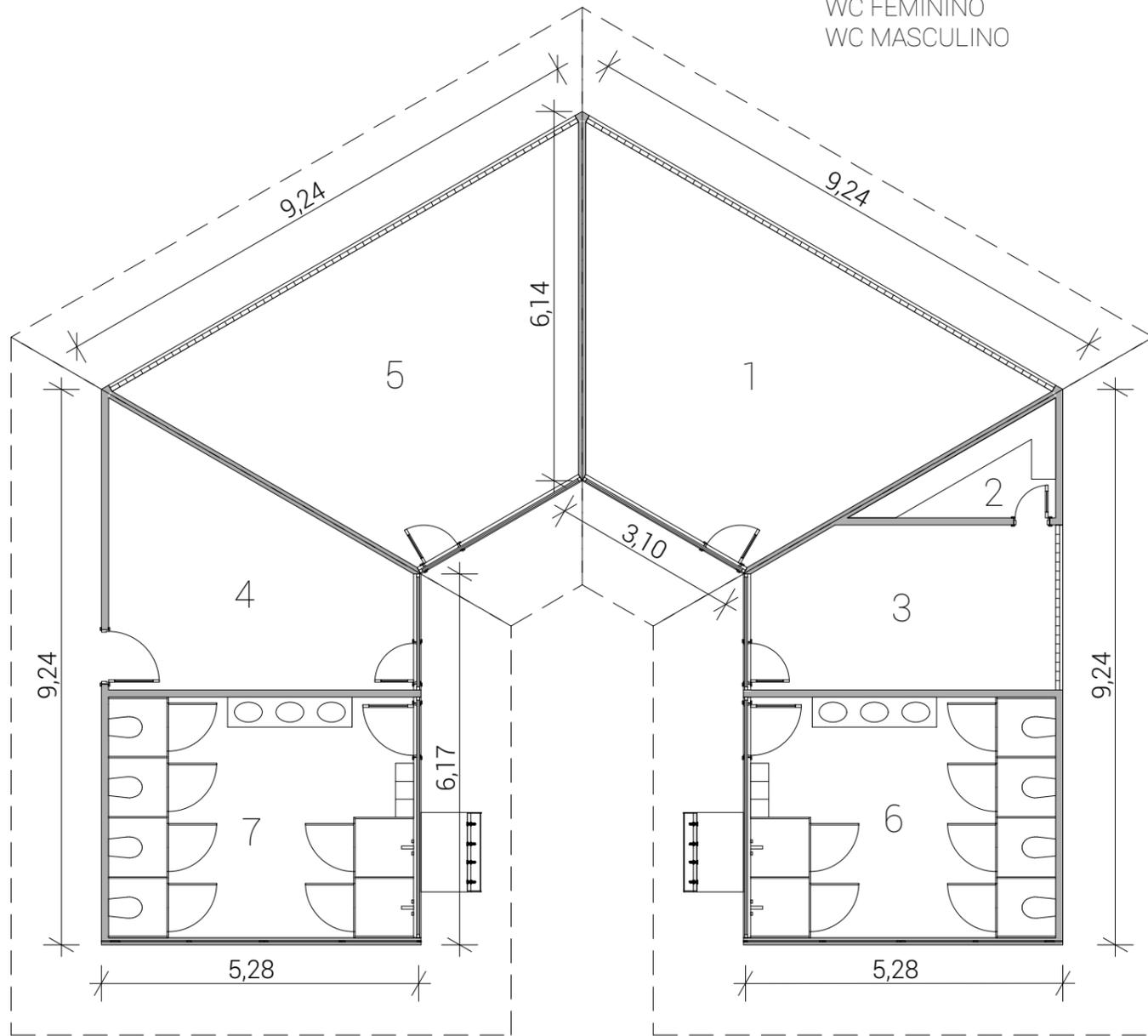
Corte Copa Comunitária



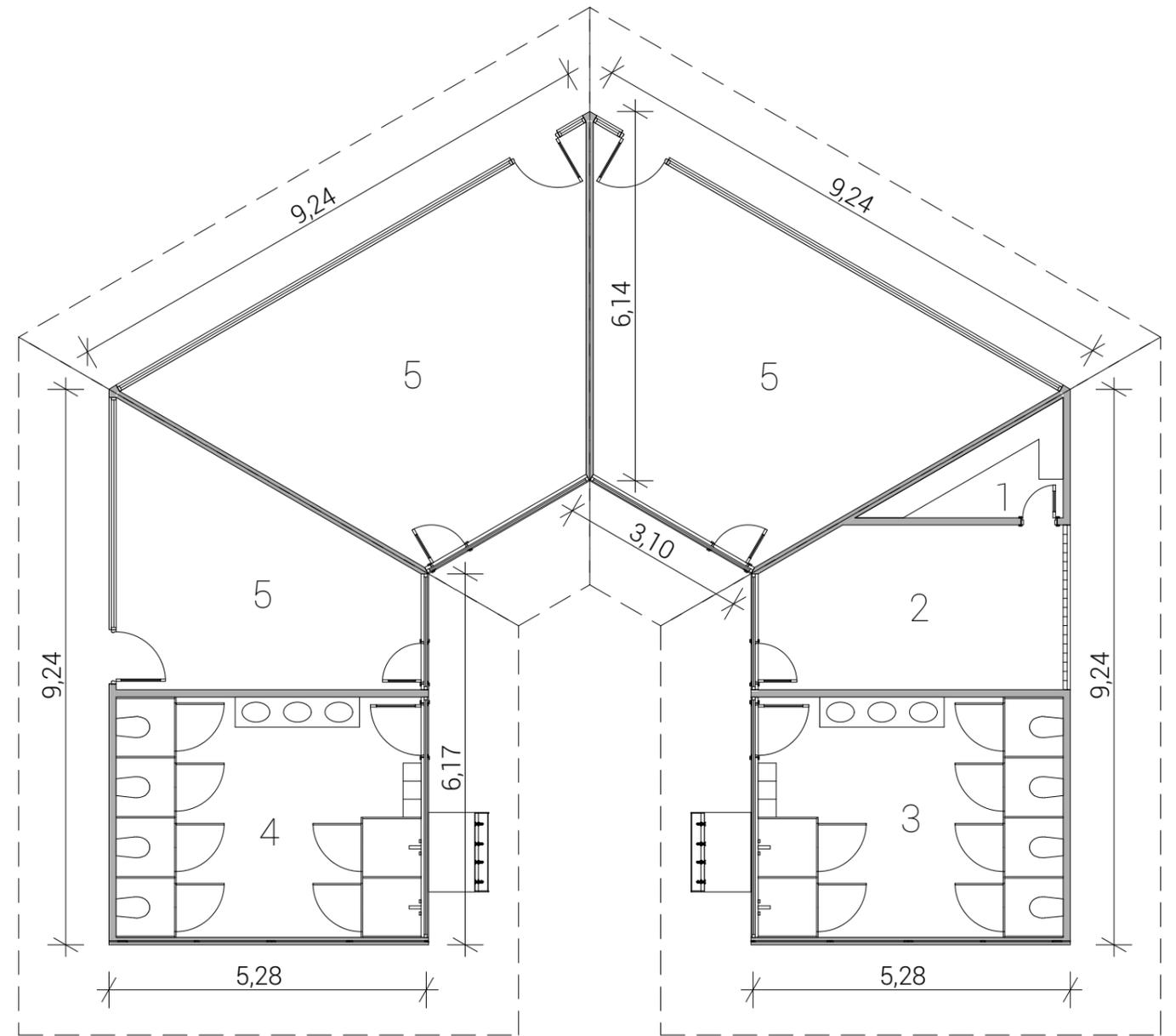
1

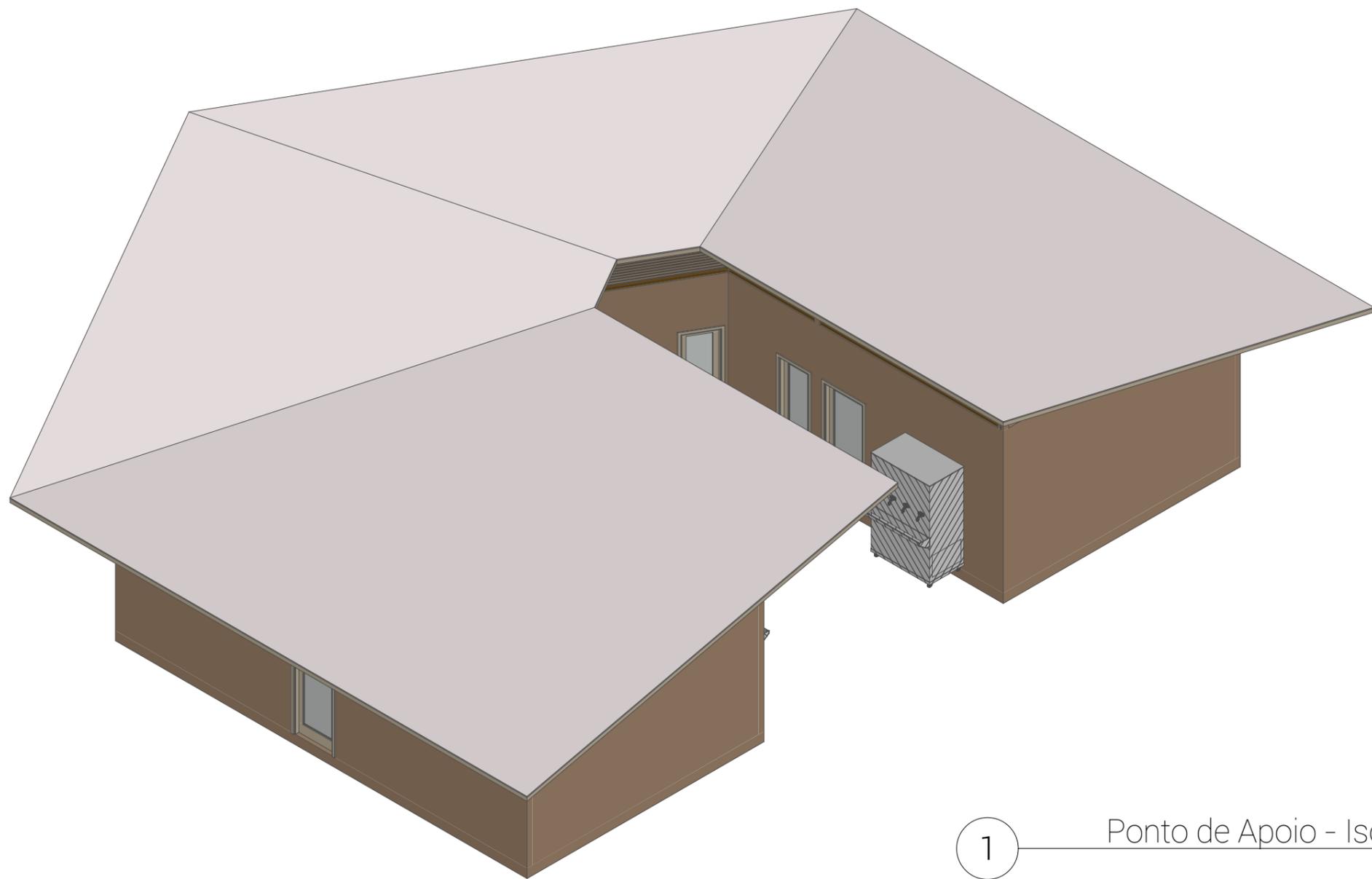
Detalhamento Banco

- DEPÓSITO ESPORTIVO 1
- DML 2
- COPA/DESCANSO 3
- RECEPÇÃO 4
- ADMINISTRAÇÃO 5
- WC FEMININO 6
- WC MASCULINO 7



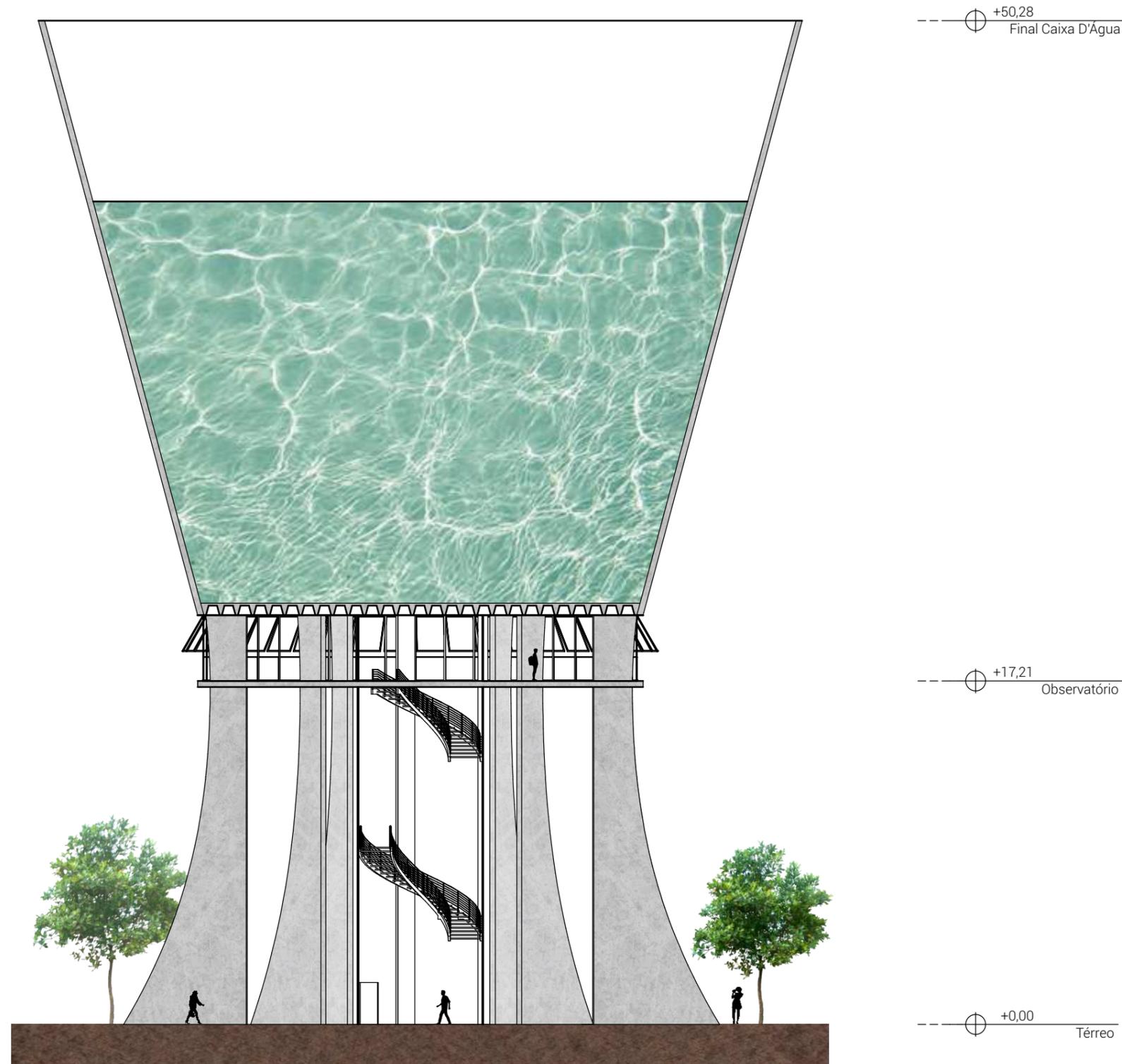
- DML 1
- COPA/DESCANSO 2
- WC FEMININO 3
- WC MASCULINO 4
- LOJAS 5





1 Ponto de Apoio - Isometria

O observatório logo abaixo do nível da água da caixa d'água foi pensado para que os moradores da Sapiroanga conseguissem ter um visão mais ampla no bairro, da sua estrutura viária, do que há nos arredores, etc. Nas encontros que aconteceram junto com a comunidade, conseguir entender as foto aéreas da Sapiroanga que estavam nos mapas de diagnóstico era uma dificuldade constante dos moradores, e com isso foi possível perceber que eles não possuíam essa visão geral do bairro, e não conheciam alguns lugares nos arredores e dentro do próprio bairro também devido a isso. Com o observatório, essa visão mais elevada permitiria que os moradores da Sapiroanga vissem e tivessem a vontade de conhecer melhor as localidades próximas ao seu bairro, e assim aproveitá-lo melhor, se apropriar dos seus espaços.

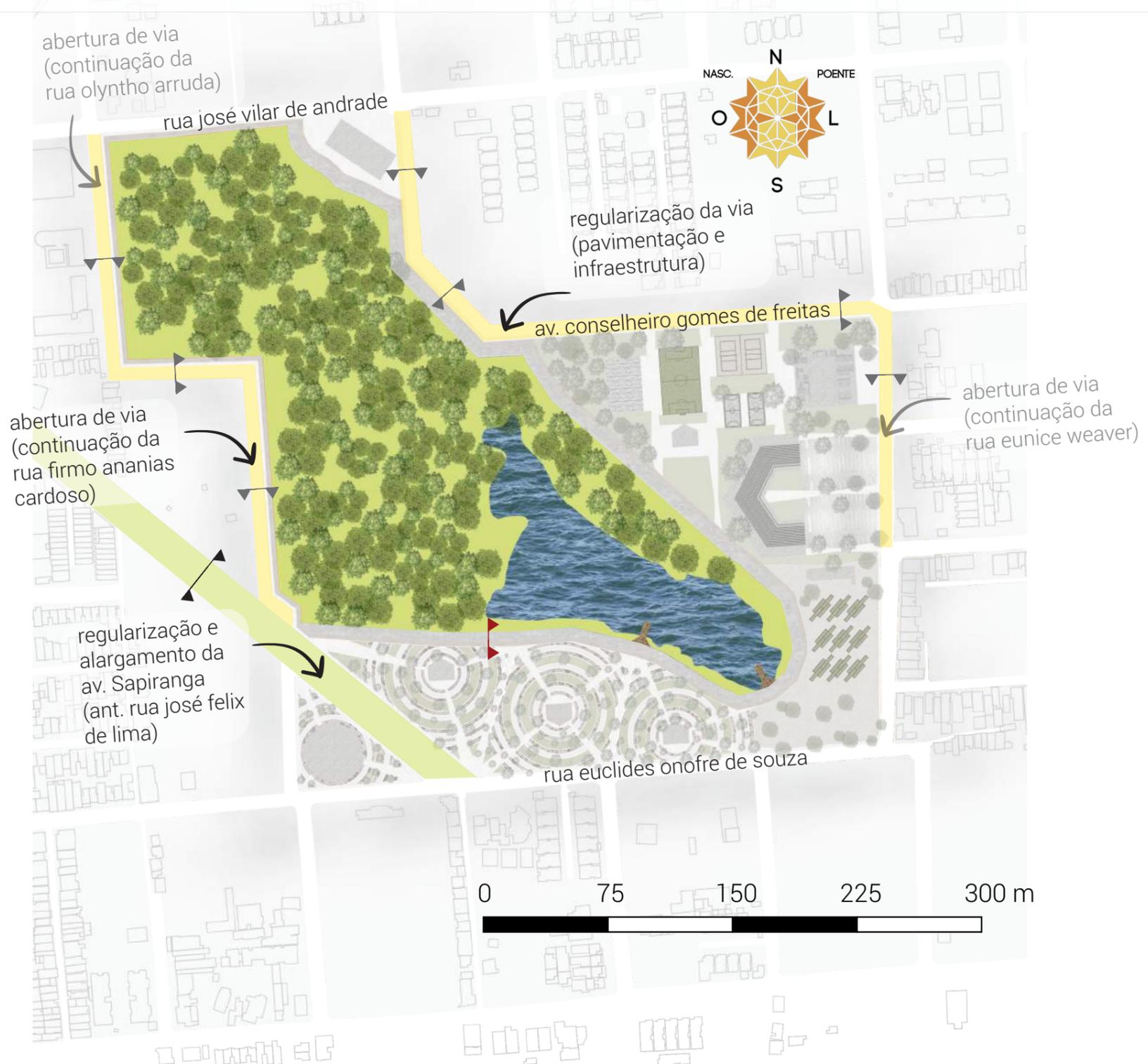


1

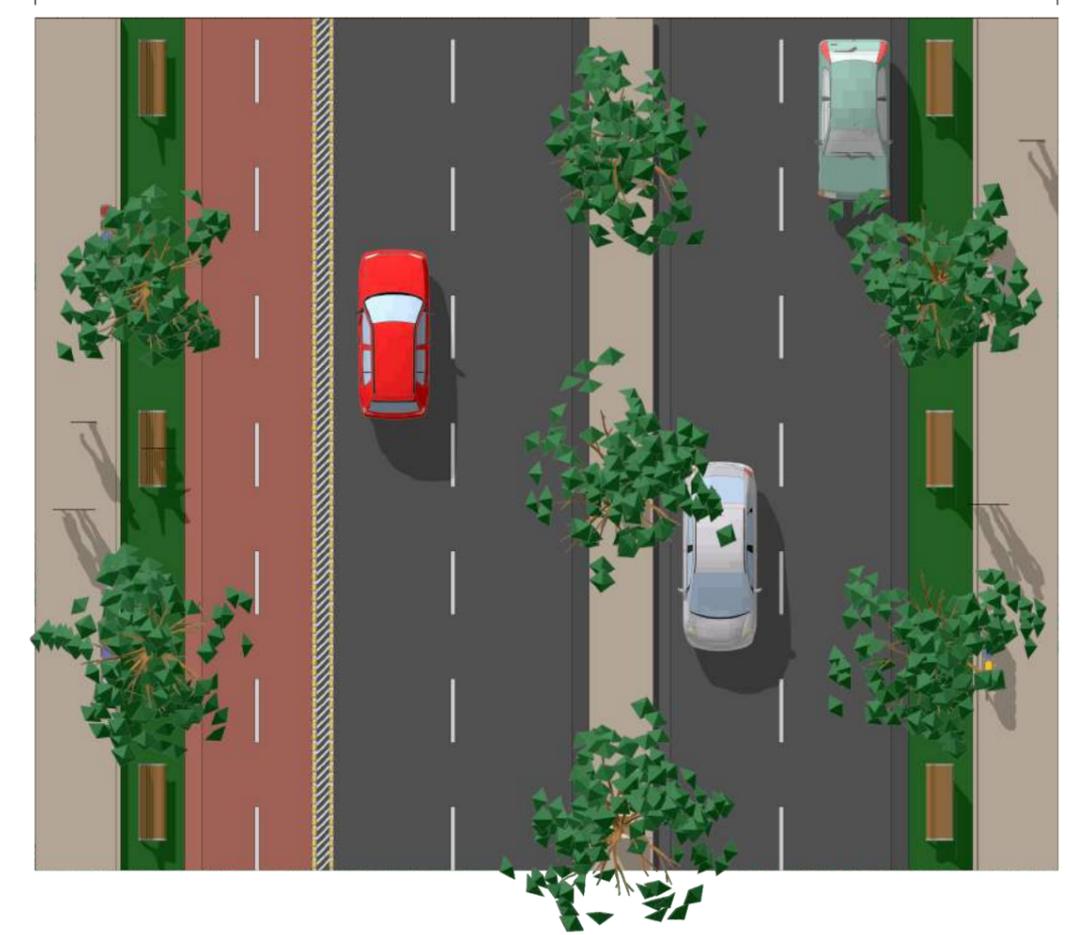
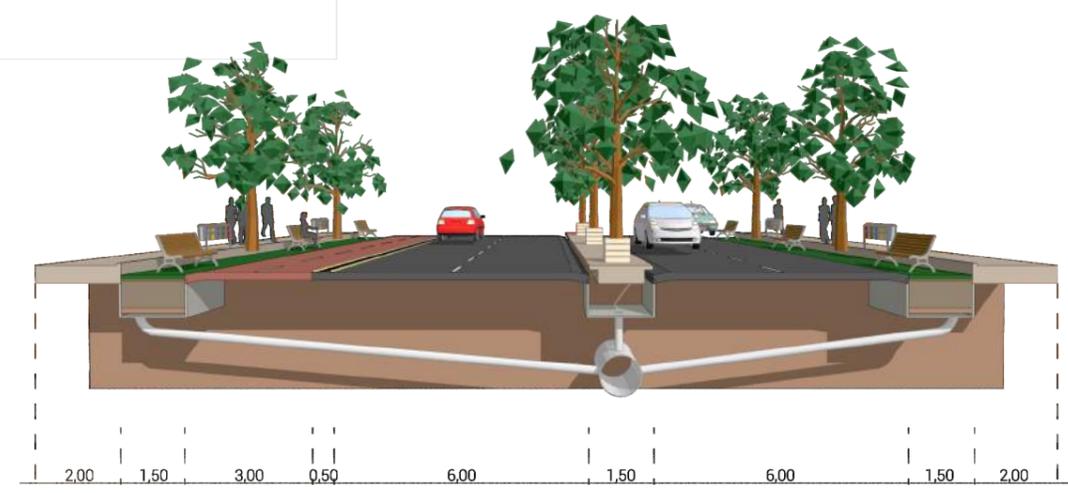
Corte Caixa D'água



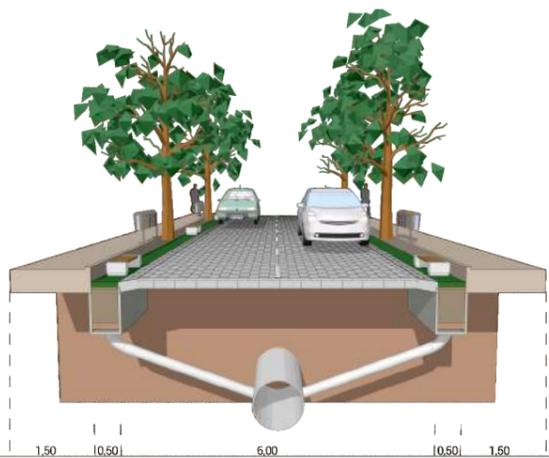
6.7. MAPA VIÁRIO E DE RECURSOS NATURAIS



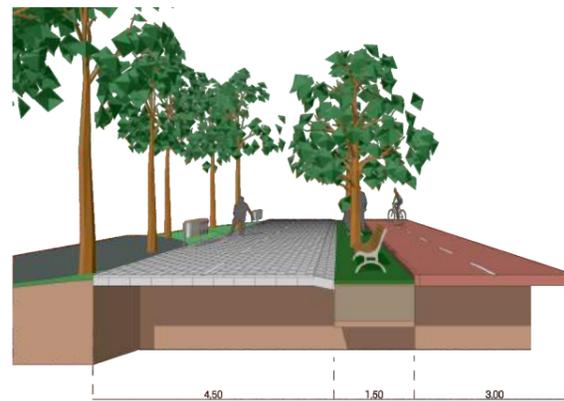
▼ corte da av. sapiranga (arterial)



▲▲ corte das vias locais



▲▲ corte do calçadão + ciclovia



REESTRUTURAÇÃO VIÁRIA

As vias planejadas juntamente com o projeto do parque visam não somente melhorar a mobilidade dos diversos modais de transporte, mas também estabelecer uma conexão entre os fluxos pluviais e o corpo hídrico do Açude Coité, de forma que esse recurso seja abastecido regularmente com a água das chuvas. Essa conexão seria criada por meio de jardins de chuva, que filtrariam a água da chuva e esta seria direcionada para a galeria de águas pluviais, e daí para o Açude. Assim, o corpo hídrico entraria novamente em um fluxo, não ficando mais isolado e nem correndo mais perigo de assoreamento. Também para evitar o assoreamento do açude, o recolhimento de resíduos e nivelamento da profundidade também são propostas a serem realizadas.

6.4 PERSPECTIVAS











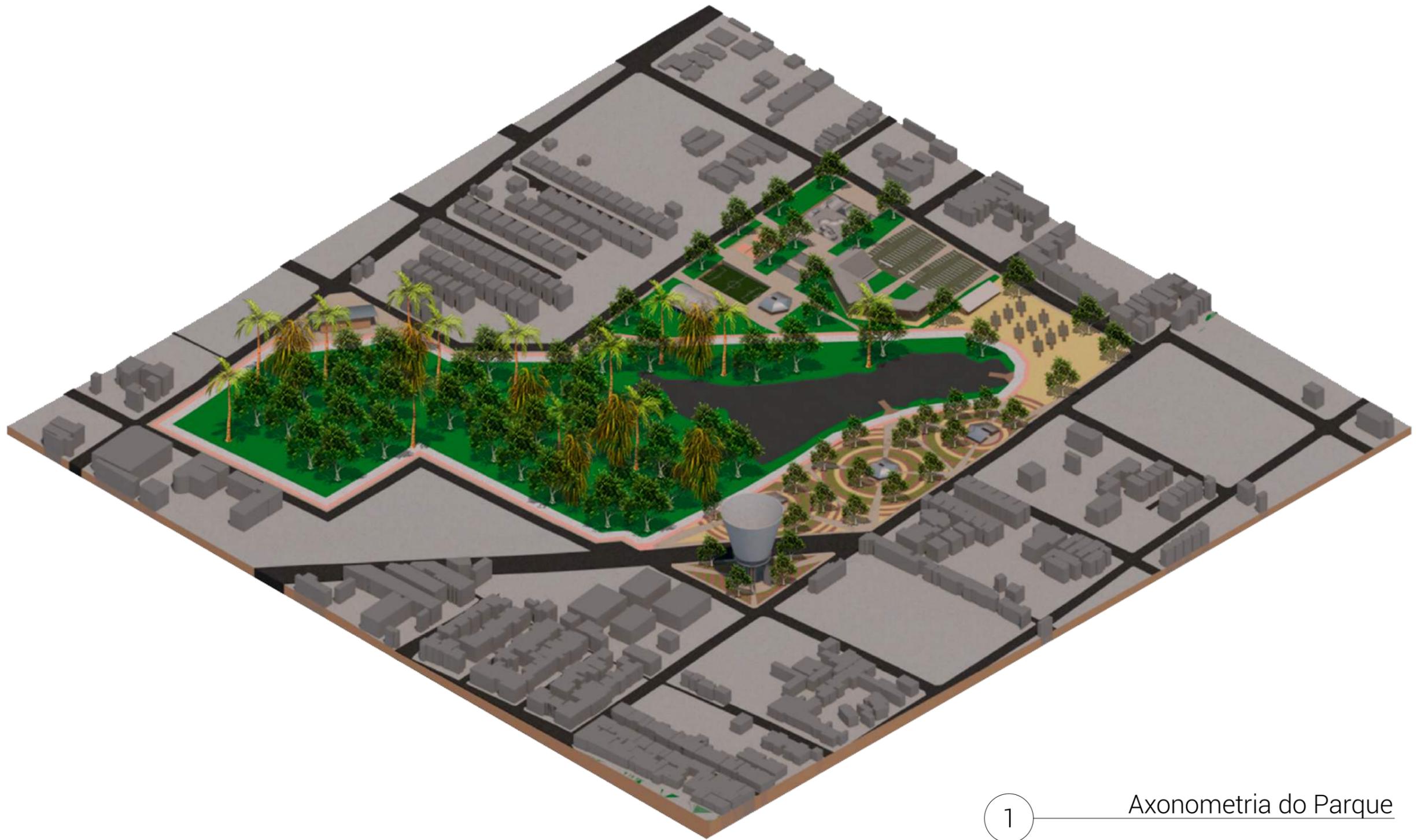


CENTRO DE COLETA E
FILTRAGEM DE RESÍDUOS

MANUEL
2







1

Axonometria do Parque

6.9. Considerações Finais

O mais importante a se destacar no trabalho realizado é a importância de projetar espaços para a população – espaços que não significam apenas a materialidade destes, mas que também significam um lugar comum, confortável e familiar. Os moradores da Sapiranga necessitam reconquistar o convívio urbano do seu próprio bairro, e para isso, precisam habitar os espaços livres existentes ali. O grande objetivo do Parque Urbano aqui proposto é ser apropriado. Ser frequentemente utilizado, e assim transformar o ambiente urbano da Sapiranga em um espaço amigável, atraente e humanizado. Muito ao contrário do que é o senso comum sobre segurança, é muito mais provável tornar uma vizinhança mais segura construindo espaços livres que atraiam o convívio às ruas do que com mais policiamento e repressão. A população às margens do parâmetros regulares de qualidade de vida tem tanto medo dessa organização quanto os criminosos, talvez até mais, conhecendo-se as estatísticas de inocentes vítimas de enganos dos policiais no Brasil. É no mínimo abusivo e desigual que uma camada da sociedade não tenha acesso aos espaços públicos de qualidade, visto que já não possuem meios de usufruir das formas de lazer privadas e, portanto, mais resguardadas. Não é moral reprimir o convívio destes às ruas do bairro onde vivem, seja de qualquer maneira, pelo policiamento ou por receio ao crime organizado.

Um projeto como o que foi lançado se justifica pelo simples direito ao lazer, ao coletivo e à convivência junto à natureza. Sem anseios estéticos e formais, o parque busca um sentimento muito além de um visual – o sentimento de pertencer e ser parte intrínseca de algo. ENLACE – O espaço livre em comunidade é plano de um cenário do convívio urbano ativo, grande protagonista de todos os tópicos abordados.

7. Referências Bibliográficas

FORTALEZA. Lei Complementar 62, de 02 de fevereiro de 2009. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. Disponível em: http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Plano_Diretor. Acesso em: 02/11/2018

PEREGRINO, Yasmin Ramos; BRITO, Ana Laura Rosas; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro. O espaço livre público informal como lócus da oportunidade e da integração socioespacial da cidade: o caso da favela Beira Molhada, em João Pessoa - PB, Brasil. Revista Brasileira de Gestão Urbana. 2017, Vol. 3, p. 456-473. Julho de 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/22107>. Acesso em: 02/11/2018

UM passeio pelo High Line com Iwan Baan. Arch Daily, Nova Iorque, 25 de setembro de 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/627644/um-passeio-pelo-high-line-com-iwan-baan> >. Acesso em: 02/11/2018.

REDESENHO Urbano das Áreas Públicas do Entorno da Praça da Liberdade. Arquitetos Associados, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.arquitetosassociados.arq.br/home/?projeto=redesenho-urbano-das-areas-publicas-do-entorno-da-praca-da-liberdade> >. Acesso em: 03/11/2018.

VEIGA, Artur José Pires; VEIGA, Daniela Andrade Monteiro; MATTA Jana Maruska Buuda da. Vazios urbanos e sustentabilidade. In: VIII ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA/X SEMANA DE GEOGRAFIA DA UESB 2011, Bahia. Anais..., Bahia. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/4m.pdf> >. Acesso em: 03/11/2018.

RUBIRA, F. G. Definição e diferenciação dos conceitos de áreas verdes/espços livres e degradação ambiental/impacto ambiental. Caderno de Geografia. Belo Horizonte, vol. 26, p. 134-150, jan./abril 2016.

MOURA, Newton Célio Becker de. Sistema de Espaços Livres Públicos de Fortaleza (CE): Um Desafio para as Questões Urbanas e Ambientais. 2011. Artigo apresentado como requisito parcial para aprovação no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, 2011.

CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. Espaços Livres e qualidade de vida urbana. Paisagem E Ambiente. São Paulo, n. 11, p. 277-288. dez. 2018.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. Arquitetura como infraestrutura. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BUCAR, Clara. Requalificação urbana da Sapiranga: Uma alternativa para habitação popular. 2013. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Ceará., Fortaleza, 2013.

OBSERVATÓRIO UNIVERSITÁRIO - ESPAÇOS PÚBLICOS: VIOLÊNCIA E MEDO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, Data Brasil – Ensino e Pesquisa, vol. 13, jul. 2013.

MOURA, Newton Celio Becker de. Biorretenção: Tecnologia ambiental urbana para manejo das águas de chuva. 2014. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade, Universidade de São Paulo, 2014.

MOURA, N. C.; PELLEGRINO, P. R.; MARTINS, J. R. Transição em infraestruturas urbanas de controle pluvial: uma estratégia paisagística de adaptação às mudanças climáticas. Paisagem e Ambiente, n. 34, p. 107-128, 7 dez. 2014.

JUSTIÇA determina interdição do Residencial Alphaville Lake House. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará., 13 fev. 2017. Disponível em: < <https://www.tjce.jus.br/noticias/justica-determina-interdicao-do-residencial-alphaville-lake-house/>>. Acesso em: 10/11/2018

SAPIRANGA é um dos bairros com 'aumento mais expressivo' da violência contra jovens. Portal eletrônico G1 Ceará, 14 nov. 2017. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ceara/noticia/sapiranga-e-um-dos-bairros-com-aumento-mais-expressivo-da-violencia-contrajovens.ghtml>>. Acesso em: 11/11/2018

Fim de trégua entre gangues aumenta violência no bairro Sapiranga. Portal Eletrônico do Diário do Nordeste, 19 out. 2016. Disponível em: < <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/fim-de-tregua-entre-gangues-aumenta-violencia-no-bairro-sapiranga-1.1636973>>. Acesso em: 11/11/2018

Departamento de Arquitetura e Urbanismo



universidade Federal do Ceará

ENLACE

o espaço livre em comunidade



Desde os princípios da pesquisa, buscou-se aprofundar conceitos que tornassem o espaço livre um "lugar comum", uma propriedade coletiva da comunidade que este estivesse inserido. Sendo assim, as primeiras decisões (e também as mais cruciais) do projeto foram tomadas junto aos moradores da Sapiranga que se mostraram interessados em colaborar com o projeto. Estes foram os idealizadores dos dois movimentos sociais anteriormente citados presentes da Sapiranga, o Pintando o Verde e o Plantando o Bem. Juntamente com eles, foram discutidos diversos usos que poderiam existir no terreno, e dentre os vários citados, a autora decidiu pelos que seriam mais usualmente frequentados e que seriam de grande serventia à população.

Uma preocupação que se sobressaiu às demais preocupações que se sobressaiu às outras foi a execução mais simples das construções, de forma que a população pudesse se apropriar com mais facilidade desses equipamentos. Desta maneira, foi mais importante durante o processo projetual manter um sistema de construção simples e acessível em contraposição a uma forma mais diferenciada, para que a harmonização entre os equipamentos idealizados e paisagem já existente no local acontecesse.

antes e depois



Os assentamentos informais encontrados dentro do terreno do Açude Coité serão transferidos para um projeto habitacional/misto localizado em um terreno entre a rua Evilásio Almeida Miranda, a rua Olegário Memória, a rua Olyntho Arruda e a Rua Marcelino Lopes. O terreno encontra-se dentro de uma Zona Especial de Interesse Social 3, uma ZEIS de vazios. Esse tipo de zona é especificada na Lei de Uso e Ocupação do Solo atualizada em 2017 como voltada para construções de cunho social, como a habitação popular. Como o objetivo do trabalho em curso é realizar um projeto de um parque urbano, o projeto do conjunto habitacional permanecerá nesta tese como uma proposição a ser realizada. Já as construções abandonadas do empreendimento embargado Alphaville Lake House serão demolidas conforme determinação judicial.

masterplan

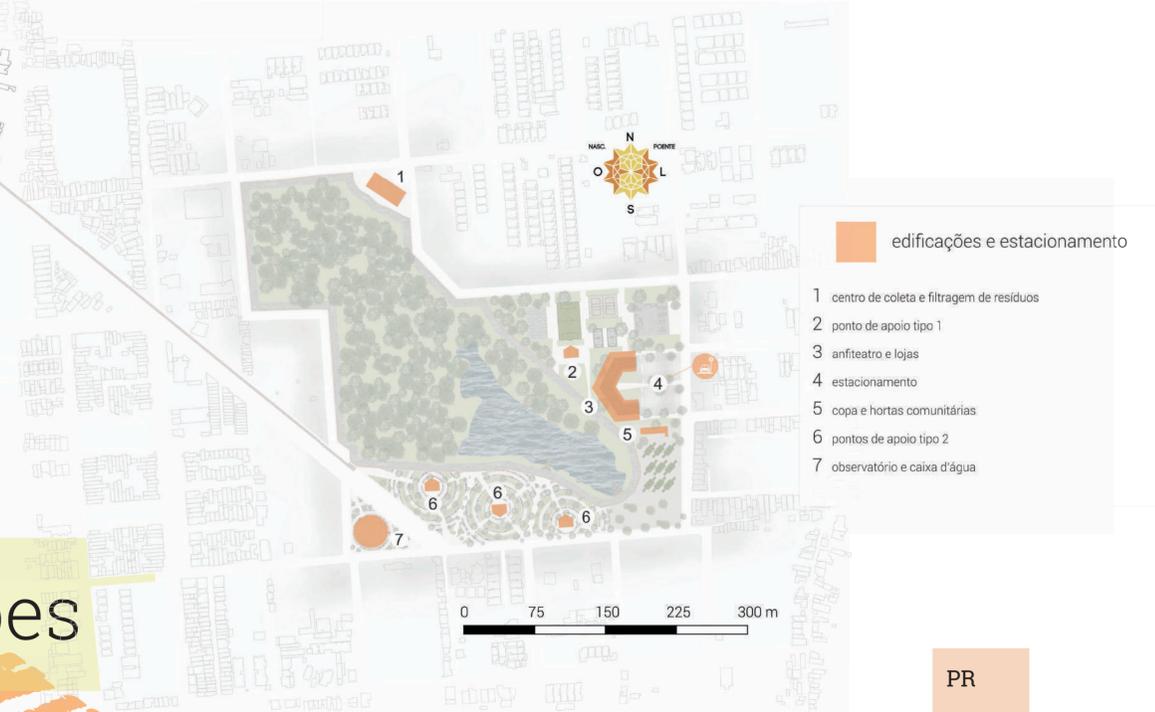


- reestruturação do bioma
- centro de coleta
- copa/hortas comun.
- pistas de skate
- futebol/futsal
- vôlei
- ciclovia/calçadão
- p. de ônibus existente
- p. de ônibus projetada
- anfiteatro
- praça/jardins
- observatório/c. d'água
- escola (existente)
- posto de saúde (existente)

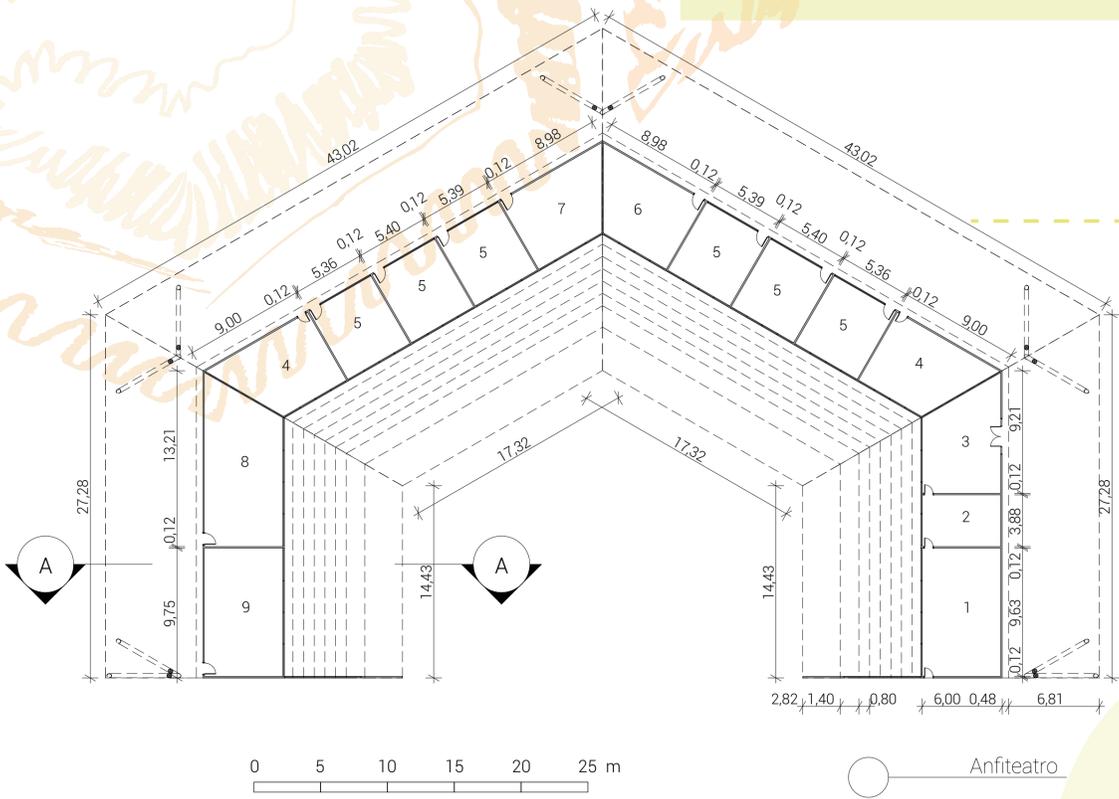
pavimentação e forrações



mapa de edificações

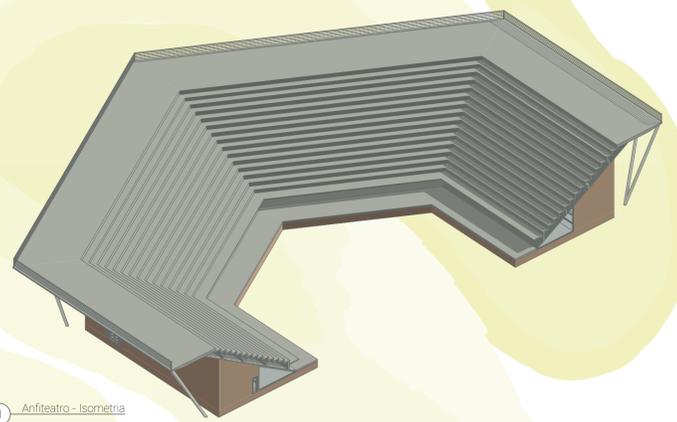


desenhos técnicos

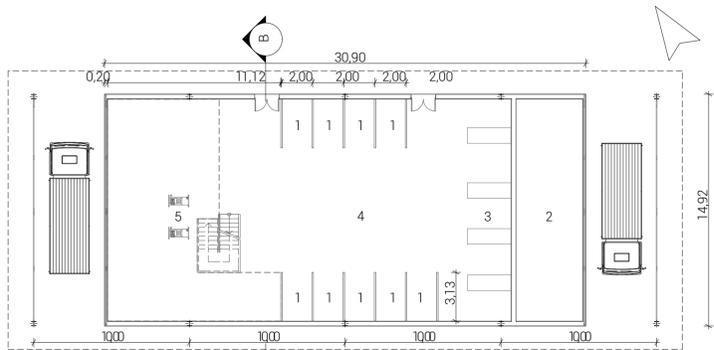


- SECRETARIA/RECEPÇÃO 1
- ADMIN. 2
- DEPÓSITO DE MATERIAIS 3
- COPA 4
- LOJA 1 5
- WC FEM. 6
- WC MASC. 7
- CAMARIM FEMININO 8
- CAMARIM MASCULINO 9

○ Anfiteatro

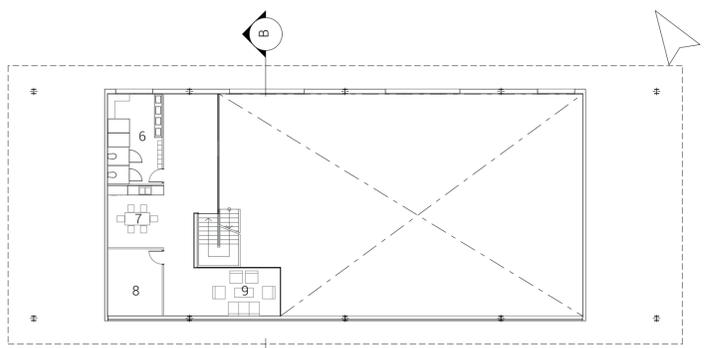


○ Anfiteatro - Isometria



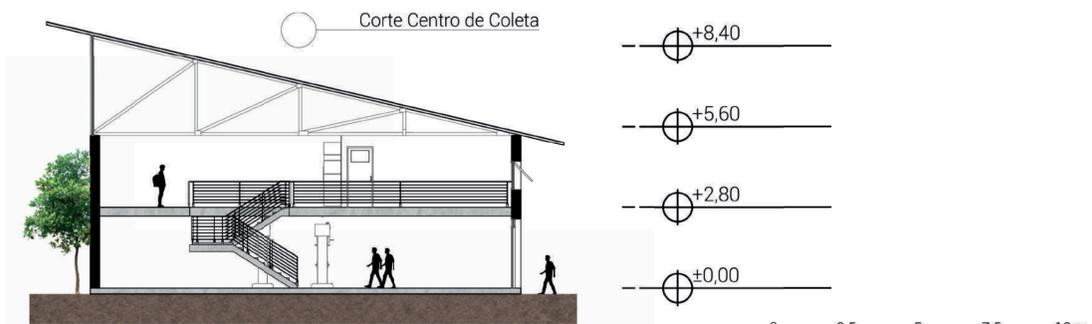
- 1 BAIAS
- 2 DEPÓSITO DE RESÍDUOS NÃO FILTRADOS
- 3 TRIAGEM PRIMÁRIA
- 4 TRIAGEM SECUNDÁRIA
- 5 PRENSAGEM

○ Centro de Coleta e Filtragem de Resíduos - TÉRREO

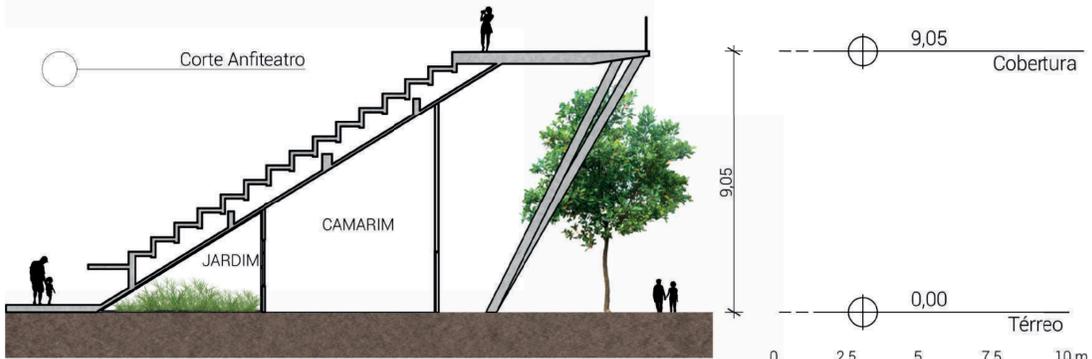


- 6 VESTIÁRIO
- 7 COPA
- 8 COORDENAÇÃO/DIRETORIA
- 9 ÁREA DE DESCANSO

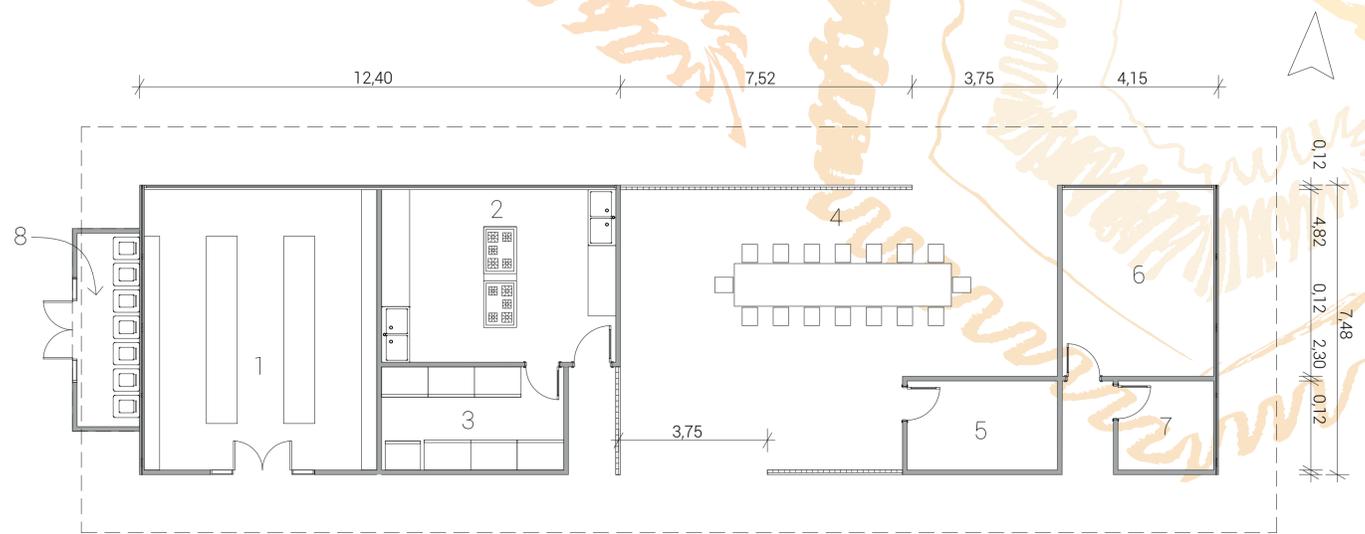
○ Centro de Coleta e Filtragem de Resíduos - SUPERIOR



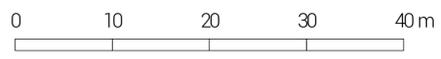
○ Corte Centro de Coleta



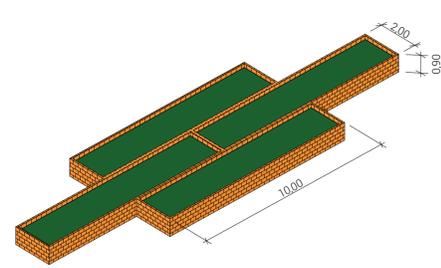
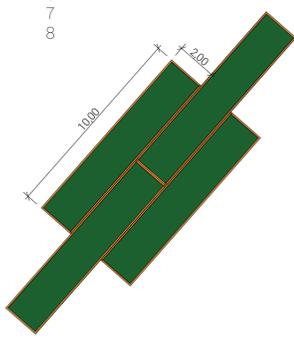
○ Corte Anfiteatro



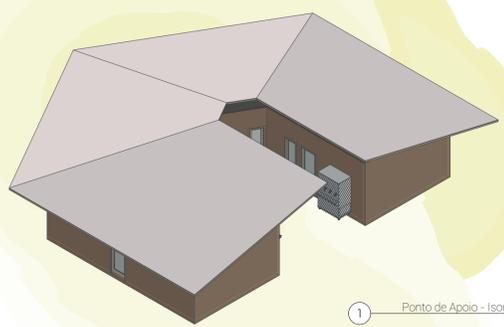
- 1 DEPÓSITO SECO
- 2 COZINHA
- 3 REFRIGERADOR
- 4 REFETÓRIO
- 5 ADMINISTRAÇÃO
- 6 WC (GERAL)
- 7 WC ACESSÍVEL
- 8 LIXO



○ Copa Comunitária

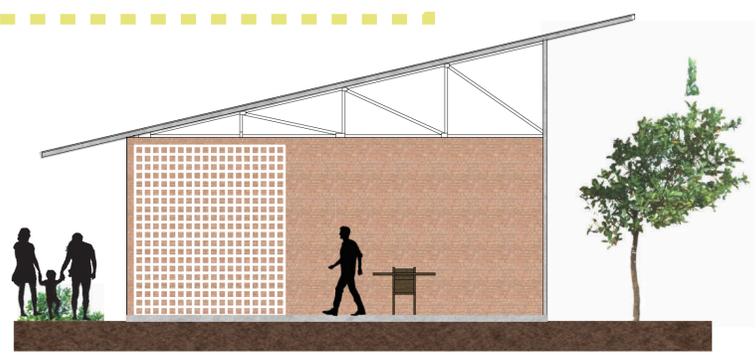
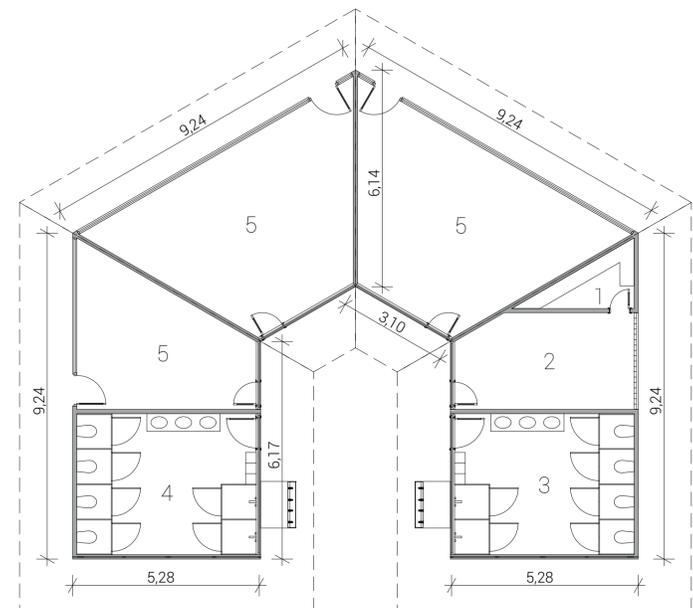
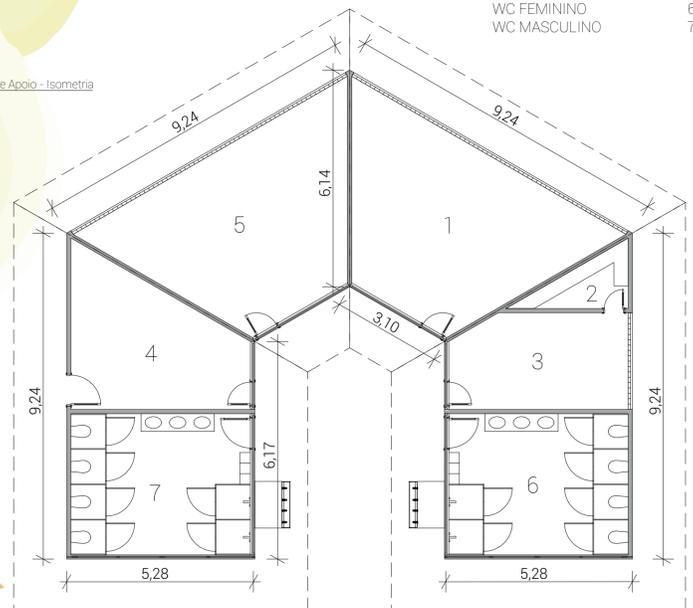


○ Detalhamento Hortas

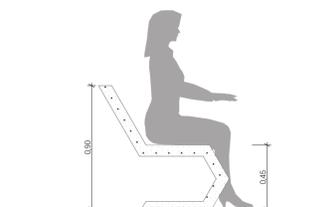


- 1 DEPÓSITO ESPORTIVO
- 2 DML
- 3 COPA/DESCANSO
- 4 RECEPÇÃO
- 5 ADMINISTRAÇÃO
- 6 WC FEMININO
- 7 WC MASCULINO

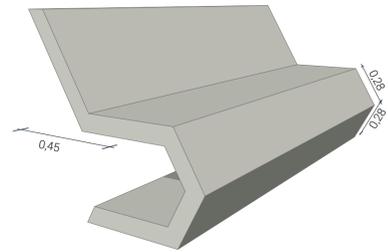
- 1 DML
- 2 COPA/DESCANSO
- 3 WC FEMININO
- 4 WC MASCULINO
- 5 LOJAS



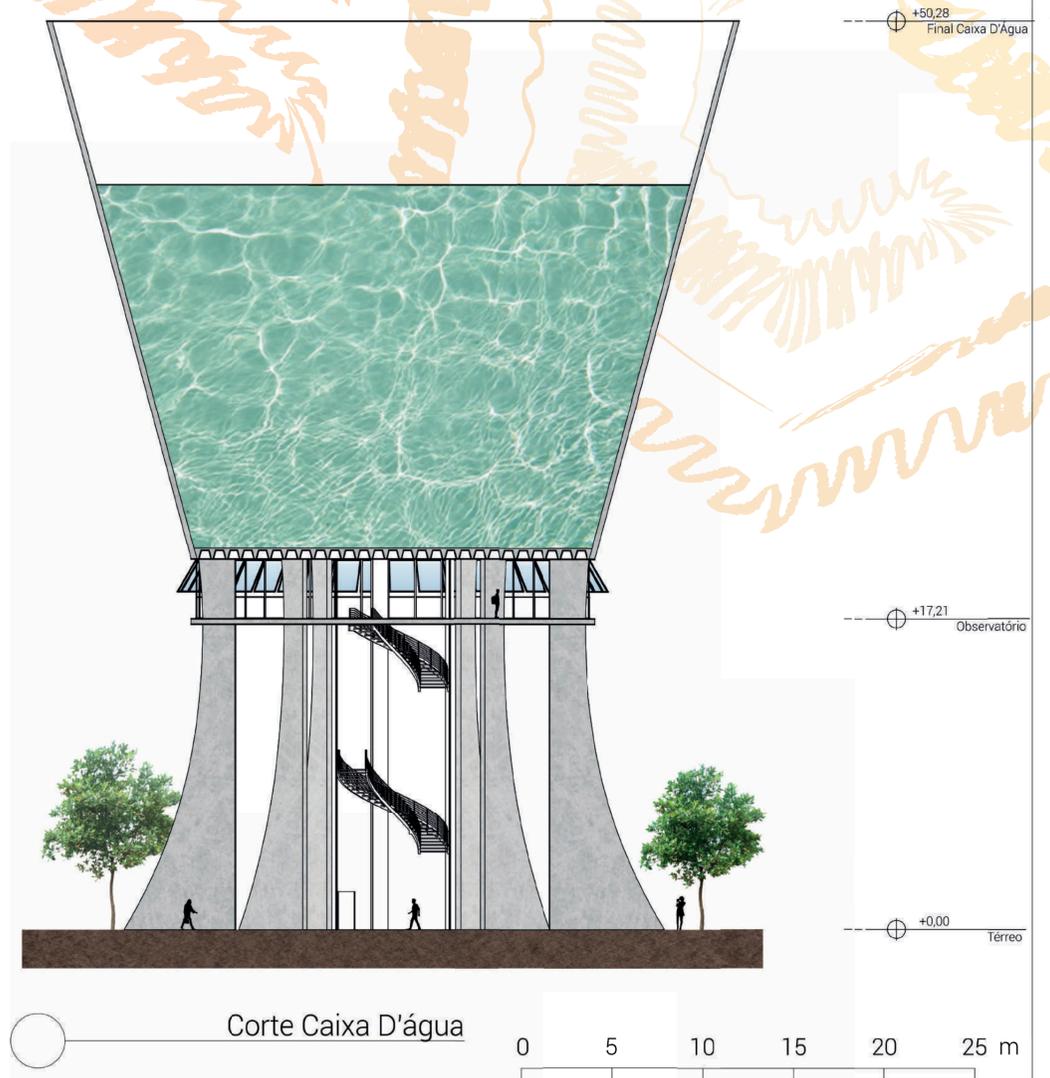
○ Corte Copa Comunitária



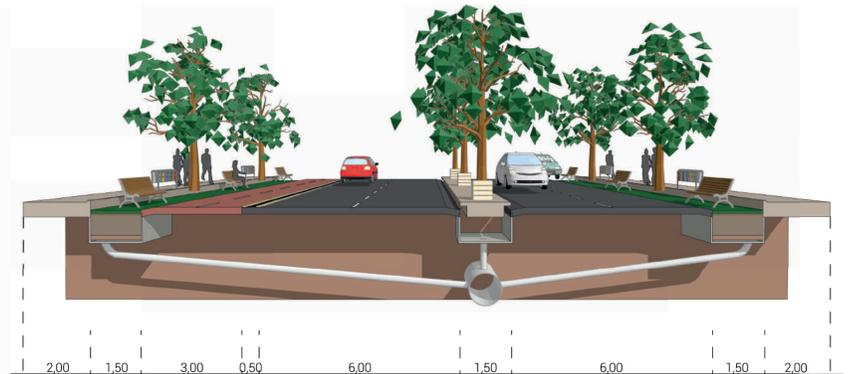
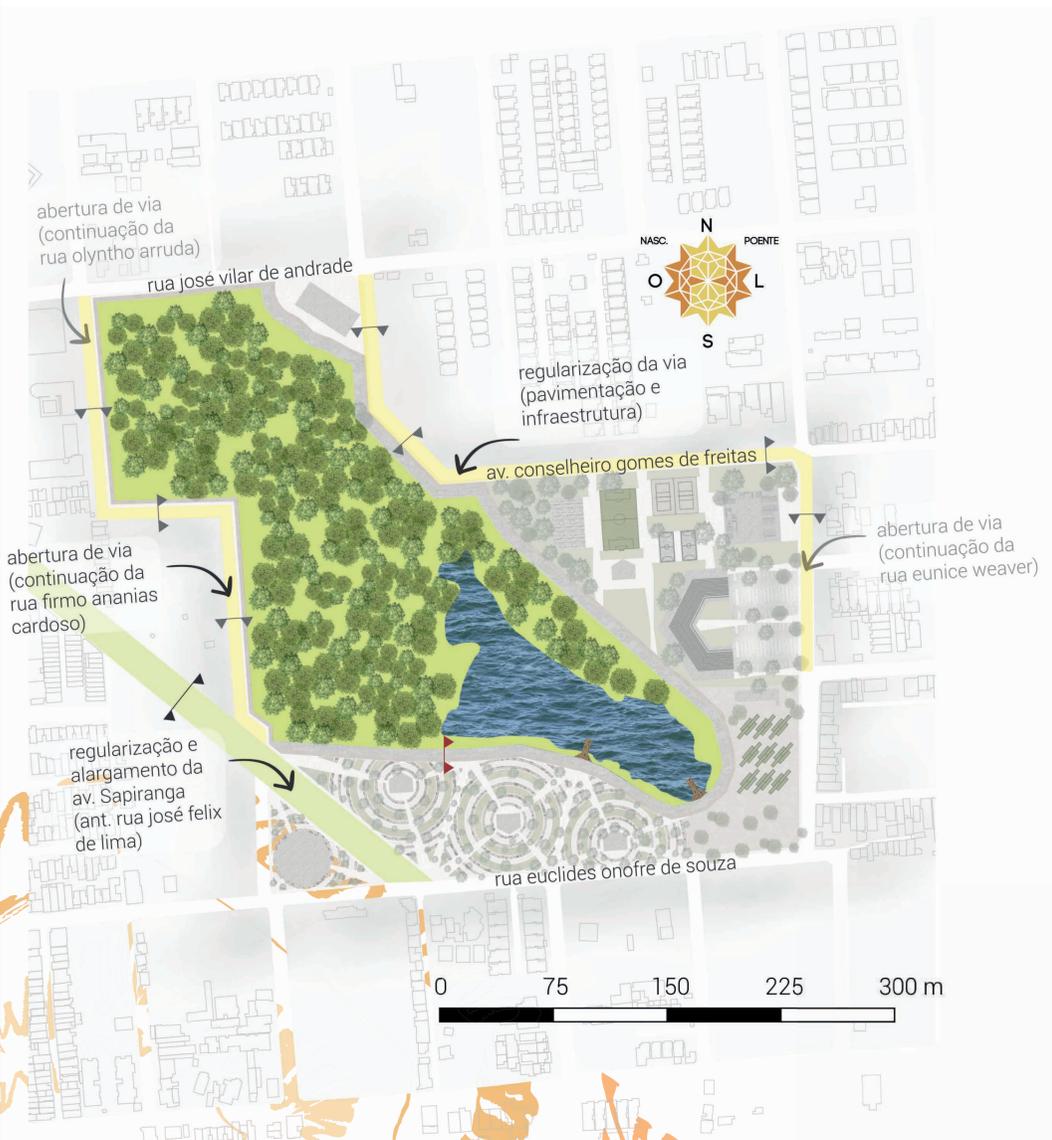
○ Detalhamento Banco



O observatório logo abaixo do nível da água da caixa d'água foi pensado para que os moradores da Sapiranga conseguissem ter um visão mais ampla no bairro, da sua estrutura viária, do que há nos arredores, etc. Nas encontros que aconteceram junto com a comunidade, conseguir entender as foto aéreas da Sapiranga que estavam nos mapas de diagnóstico era uma dificuldade constante dos moradores, e com isso foi possível perceber que eles não possuíam essa visão geral do bairro, e não conheciam alguns lugares nos arredores e dentro do próprio bairro também devido a isso. Com o observatório, essa visão mais elevada permitiria que os moradores da Sapiranga vissem e tivessem a vontade de conhecer melhor as localidades próximas ao seu bairro, e assim aproveitá-lo melhor, se apropriar dos seus espaços.

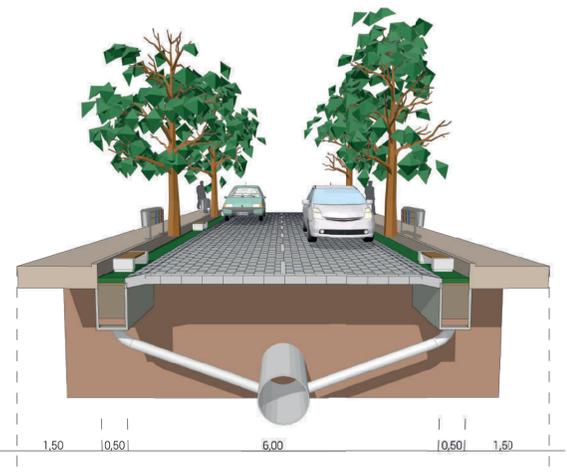


mapa de recursos naturais e cortes viários

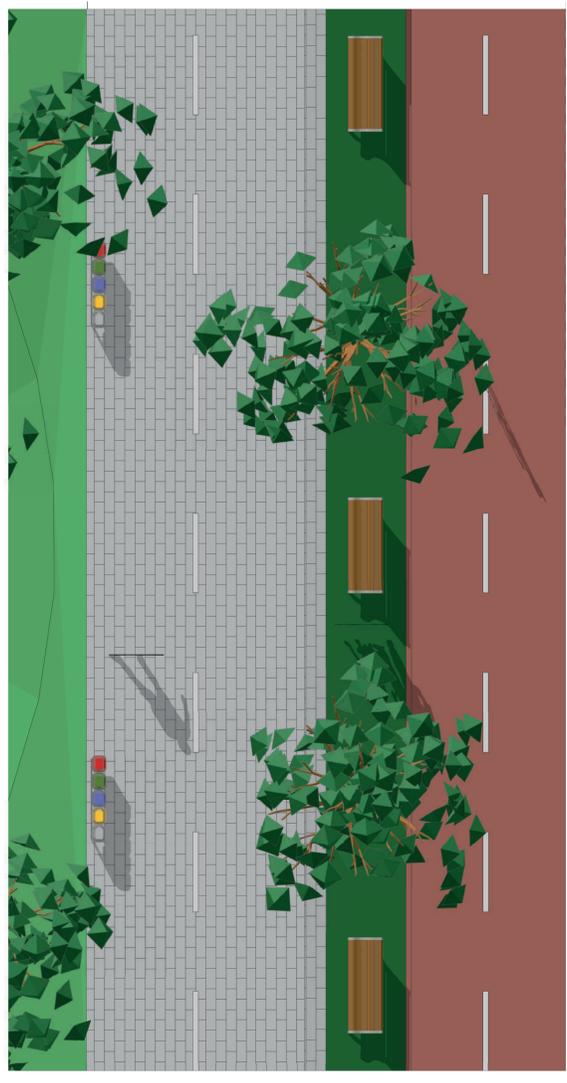
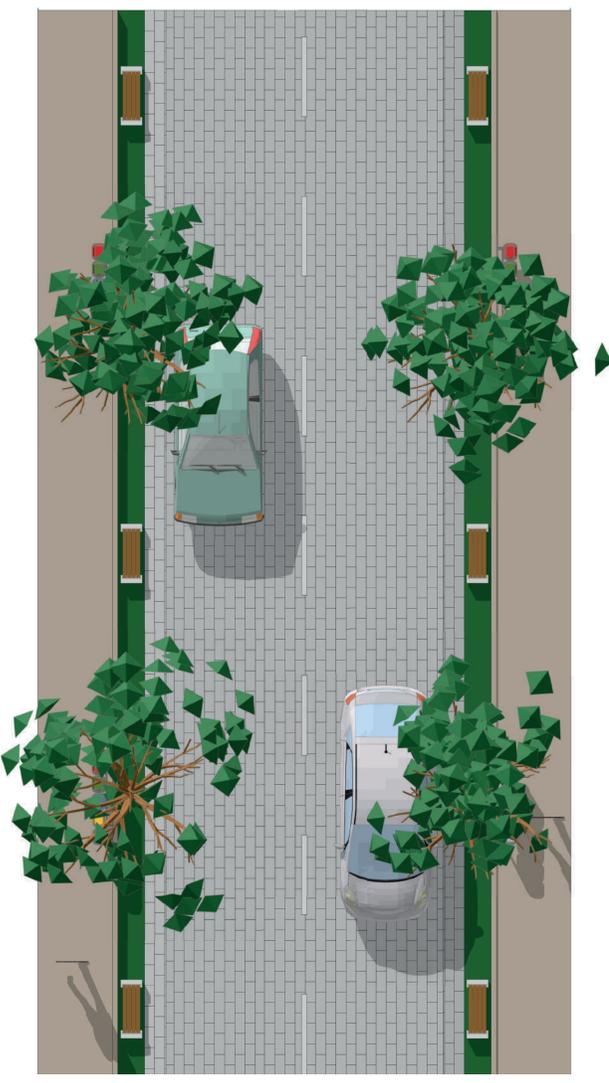
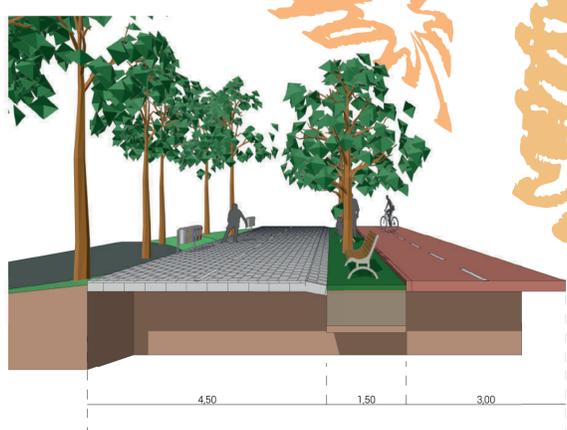


corte da av. Sapiranga

vias locais



calçada + ciclofaixa



As vias planejadas juntamente com o projeto do parque visam não somente melhorar a mobilidade dos diversos modais de transporte, mas também estabelecer uma conexão entre os fluxos pluviais e o corpo hídrico do Açude Coité, de forma que esse recurso seja abastecido regularmente com a água das chuvas. Essa conexão seria criada por meio de jardins de chuva, que filtrariam a água da chuva e esta seria direcionada para a galeria de águas pluviais, e daí para o Açude. Assim, o corpo hídrico entraria novamente em um fluxo, não ficando mais isolado e nem correndo mais perigo de assoreamento. Também para evitar o assoreamento do açude, o recolhimento de resíduos e nivelamento da profundidade também são propostas a serem realizadas.

